

**A COOPERAÇÃO
PORTUGAL-CHINA,
NO CONTEXTO DA UE E
DO SUL GLOBAL,
O ERGUER DO BRASIL
E DA ÁFRICA**

V CONFERÊNCIA
INTERNACIONAL
DE COOPERAÇÃO
PORTUGAL-CHINA

**A
C
T
A
S**

FICHA TÉCNICA

EDIÇÃO

Instituto Sun Wen_Song Qingling

Câmara de Cooperação e Desenvolvimento Portugal-China _ CCDPCh

Editora da MC2P (Apoio Técnico)

EDITOR

António dos Santos Queirós

AUTORES

Agostinho Costa

Alberto Laplaine Guimarães

António Costa Silva

António dos Santos Queirós

Caroline Cicarello

Choi Man Hin

Gao Haihong

Elias Jabbour

João Santos Pinto

Luís Campos Ferreira

Maria Fernanda Ilhéu

Paulo Duarte

Paulo Jorge Nascimento

Pinto Ramalho

Rui Lourido

Vítor Ramalho

Y Ping Chow

Zhao Bentang

IMPRESSÃO

Impressões de Coimbra

Estrada de Coselhas Lote 16, R/C Dto, 3000-125 Coimbra

PAGINAÇÃO

Joana Capelo

REVISÃO

Beatriz Santos

TRADUÇÃO PARA MANDARIM

João Especial

CONTACTOS

Web page e mail

<https://ccdpch.com/>

<https://www.facebook.com/CamaraDeCooperacaoEDesenvolvimentoPortugalChina/camaracoopdespch@gmail.com>

<https://www.facebook.com/profile.php?id=100069497344545>

<https://www.facebook.com/profile.php?id=100068233494234>

APOIOS À EDIÇÃO

Câmara de Cooperação e Desenvolvimento Portugal-China _ CCDPCh

Câmara de Comércio Portugal-China PME

Fundação Luso Internacional para a Educação e a Cultura na Zona Norte

Instituto Nacional de Estratégia Global (NIGS), da Academia de Ciências Sociais da China (CASS)

ISBN

978-972-8659-64-6

DEPÓSITO LEGAL

557600/25

ÍNDICE DE COMUNICAÇÕES

V CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE COOPERAÇÃO PORTUGAL-CHINA PROGRAMA.....	7
V CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE COOPERAÇÃO PORTUGAL-CHINA, SOB O SIGNO DA COOPERAÇÃO PORTUGAL-CHINA, NO CONTEXTO DA UE E DO SUL GLOBAL, O ERGUER DO BRASIL E DA ÁFRICA_ NA CGTN/CRI_ CHINA GLOBAL TELEVISION NETWORK/CHINA RÁDIO INTERNACIONAL.....	11
ZHAO BENTANG EMBAIXADOR DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA EM PORTUGAL.....	20
PAULO JORGE NACIMENTO EMBAIXADOR DE PORTUGAL EM PEQUIM.....	24
HAIHONG GAO PROFESSOR AND DIRECTOR, RESEARCH CENTRE FOR INTERNATIONAL FINANCE AT THE INSTITUTE OF WORLD ECONOMICS AND POLITICS (IWEP) AND NATIONAL INSTITUTE FOR GEOSTRATEGIC STUDIES (NIGS), CHINESE ACADEMY OF SOCIAL SCIENCES (CASS).....	28
LUÍS ÁLVARO CAMPOS FERREIRA SECRETÁRIO-GERAL DA UCCLA, EX-SECRETÁRIO DE ESTADO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COOPERAÇÃO DO XX GOVERNO DE PORTUGAL, FOI MEMBRO DA ASSEMBLEIA PARLAMENTAR DA OSCE E FOI MEMBRO DO CONSELHO DA EUROPA.....	32
ALBERTO LAPLAINE GUIMARÃES SECRETÁRIO-GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA.....	38
RUI LOURIDO PRESIDENTE DO OBSERVATÓRIO DA CHINA E MEMBRO DA DIREÇÃO DA WACS – WORLD ASSOCIATION FOR CHINESES STUDIES, COORDENADOR CULTURAL DA UCCLA.....	42
CAROLINE CICARELLO PESQUISADORA E ASSOCIADA DO OBSERVATÓRIO DA CHINA, DIRETORA DA CÂMARA DE COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PORTUGAL-CHINA, E MESTRE EM DIREITO NA ESCOLA DA ROTA DA SEDA DA UNIVERSIDADE RENMIN DA CHINA.....	50
ELIAS JABBOUR CONSULTOR DA PRESIDÊNCIA DO NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO (NDB).....	52
CHOI MAN HIN PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE COMERCIANTES E INDUSTRIAIS LUSO-CHINESA.....	54
VITOR RAMALHO PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO CÍVICA PARTICIPAR+, EX-SECRETÁRIO-GERAL DA UCCLA, EX-SECRETÁRIO ADJUNTO DO MINISTRO DA ECONOMIA.....	58

MARIA FERNANDA ILHÉU

PROFESSORA JUBILADA INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO (ISEG)
UNIVERSIDADE DE LISBOA. INVESTIGADORA DO CESA/ISEG. PRESIDENTE ASSOCIAÇÃO
AMIGOS DA NOVA ROTA DA SEDA.....62

ANTÓNIO DOS SANTOS QUEIRÓS

PRESIDENTE DA UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE AMIZADE E COOPERAÇÃO COM A CHINA,
PRESIDENTE DA CCDPCH – CÂMARA DE COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PORTUGAL-
CHINA. INVESTIGADOR E PROFESSOR. CENTRO DE FILOSOFIA DA UNIVERSIDADE DE
LISBOA86

AGOSTINHO COSTA

MAJOR GENERAL, MESTRE EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS, EX-CHEFE DO ESTADO-MAIOR
DA EUROPEAN RAPID OPERATIONAL FORCE (EUROFOR), EM ITÁLIA; CHEFIU O GABINETE
DE PLANEAMENTO E PROGRAMAÇÃO DO INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES
(ATUAL IUM) 110

PINTO RAMALHO

GENERAL, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO MULTISECULAR DE AMIZADE PORTUGAL-CHINA,
EX-CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, FOI ADJUNTO DO MINISTRO DA DEFESA
NACIONAL PARA AS RELAÇÕES EXTERNAS DE DEFESA, É DIRETOR DA REVISTA MILITAR.
..... 122

JOÃO SANTOS PINTO

DIRETOR CCILB – CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA LUSO BRASILEIRA. ADVOGADO,
SÓCIO DA CVSP ADVOGADO. 126

ANTÓNIO COSTA SILVA

MINISTRO DA ECONOMIA E DO MAR DURANTE O XXIII GOVERNO DE PORTUGAL. LICENCIADO
EM ENGENHARIA DE MINAS PELO INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO, MESTRE EM ENGENHARIA
DE PETRÓLEOS NA IMPERIAL COLLEGE, DOUTORADO PELAS DUAS FACULDADES. NA VIDA
PROFISSIONAL, PASSA PELA COMPANHIA PORTUGUESA DE SERVIÇOS, PELA MULTINACIONAL
FRANCESA CGG, PELO INSTITUTO FRANCÊS DO PETRÓLEO E, PELA PARTEX, EMPRESA DA
FUNDAÇÃO GULBENKIAN. PROFESSOR JUBILADO DO INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO..... 134

Y PING CHOW

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO LUSO INTERNACIONAL PARA A EDUCAÇÃO E A CULTURA
PRESIDENTE DA CCPC-PME – CÂMARA DE COMÉRCIO PORTUGAL-CHINA DE PEQUENAS
E MÉDIAS EMPRESAS..... 142

PAULO AFONSO B. DUARTE

PROFESSOR AUXILIAR NA UNIVERSIDADE LUSÓFONA DO PORTO, PROFESSOR CONVIDADO
NA UNIVERSIDADE DO MINHO E INVESTIGADOR NO CENTRO DE INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIA
POLÍTICA DA UNIVERSIDADE DO MINHO. ESPECIALISTA EM “UMA FAIXA E UMA ROTA”, DA
ÁSIA CENTRAL. VICE-PRESIDENTE DA CCDPCH 146

V Conferência Internacional de Cooperação Portugal - China

A Cooperação Portugal-China, no contexto da UE e do Sul Global, o erguer do Brasil e da África.

20 de Novembro de 2024
9:30h – 18:30h

Presencial: Centro Científico e
Cultural de Macau, Lisboa,
Portugal.

Online: Link a
disponibilizar.

A participação é gratuita, mas é necessária uma
pré-inscrição por e-mail, indicando nome, função
e modo de participação (online ou presencial).

Inscrições:
camaracoopdespch@gmail.com



V CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE COOPERAÇÃO PORTUGAL-CHINA

A COOPERAÇÃO PORTUGAL-CHINA, NO CONTEXTO DA UE E DO SUL GLOBAL, O ERGUER DO BRASIL E DA ÁFRICA

PRESENCIAL

CENTRO CIENTÍFICO E CULTURAL DE MACAU, RUA DA JUNQUEIRA 30, 1300-343 LISBOA
20 DE NOVEMBRO DE 2024. HORÁRIO: 9H30 – 18H30

ONLINE:

CCCM – CENTRO CIENTÍFICO E CULTURAL DE MACAU

09h30 – Receção dos participantes e visita ao Museu do CCCM

10h10 – SESSÃO DE ABERTURA

- **Carmen Amado Mendes** – Presidente do CCCM
- **Zhao Bentang** – Embaixador da República Popular da China em Portugal
- **Paulo Jorge Nascimento** – Embaixador de República de Portugal na China (Zoom)
- **Gao Haihong** – Presidente do Centro de Investigação de Finanças Internacionais, do Instituto Nacional de Estratégia Global (NIGS), da Academia de Ciências Sociais da China (CASS),
- **Luís Campos Ferreira** – Secretário-Geral da UCCLA
- **Alberto Laplaine Guimarães** – Secretário Geral da Câmara Municipal de Lisboa

11h30 – Conferência de Rui Lourido – Presidente do Observatório da China e membro da Direção da WACS – World Association for Chinese Studies, Coordenador Cultural da UCCLA: “As relações de Portugal com a China no âmbito da EU e o papel dos países de Língua Portuguesa”

11h50 – INTERVALO

12h00 – 1.ª Mesa redonda

Subordinada aos temas: Cooperação com a China num Mundo Multipolar, a Europa, o alargamento dos BRICS+; Nova Rota da Seda

Moderadora:

Caroline Cicarello – Investigadora e associada do Observatório da China, Diretora da CCDPCh. Mestre em Direito Económico Chinês na Escola da Rota da Seda da Universidade Renmin da China.

- **Choi Man Hin** – Presidente da Associação dos Comerciantes e Industriais Chineses
- **Vítor Ramalho** – Presidente da Participar +, ex-Secretário-Geral da UCCLA
- **Maria Fernanda Ilhéu** – Presidente da Associação Amigos da Nova Rota da Seda e administradora da Fundação Jorge Álvares

13h30-15h00 – ALMOÇO

15h00 – Conferência de António dos Santos Queirós – Presidente da União das Associações de Amizade e Cooperação com a China, Presidente da CCDPCh - Câmara de Cooperação e Desenvolvimento Portugal-China. “A difícil tarefa de construir o polo de multilateralismo PLP-China, para um mundo de paz e progresso”.

15h20 – 2.ª Mesa redonda

Subordinada aos temas: A Cooperação Portugal-China, no contexto da UE e do Sul Global, o Erguer do Brasil e da África

Moderador:

Agostinho Costa – Major General, Mestre em Relações Internacionais, ex-Chefe do Estado-Maior da *European Rapid Operational Force* (EUROFOR), em Itália; chefiou o Gabinete de Planeamento e Programação do Instituto de Estudos Superiores Militares (atual IUM)

- **Pinto Ramalho** – General, Presidente da Associação Multisecular de Amizade Portugal-China, ex-Chefe do Estado-Maior do Exército, foi Adjunto do Ministro da Defesa Nacional para as Relações Externas de Defesa, é diretor da Revista Militar (Vídeo)
- **Pedro Anjos** – Diretor e investigador do Observatório da China e colaborador da União das Universidades de Língua Portuguesa_ UALP

- **João Santos Pinto** – Diretor da CCILB. Câmara de Comércio e Indústria Luso-Brasileira
- **Bernardo Menda** – Secretário-Geral da CCILC - Câmara de Comércio e Indústria Luso-Chinesa; e Presidente da PHKCCI - Câmara de Comércio e Indústria Portugal-Hong Kong

16h20 – INTERVALO

16h30 – 3.ª Mesa redonda

Subordinada aos temas: A modernização da China no contexto das suas relações com o Ocidente e o Sul Global:

Moderadora:

Cristina Maria Domingues de Jesus – Ex-deputada da Assembleia da República. Investigadora U. Aveiro, Secretária-Geral da CCDPCh, Conselho Fiscal do Observatório

- **Y Ping Chow** – Presidente da CCPC-PME - Câmara de Comércio Luso-Chinesa de Pequenas e Médias Empresas
- **António Costa Silva** – Ex-Ministro da Economia do XXIII Governo de Portugal (vídeo)
- **Paulo Duarte** – Professor Auxiliar na Universidade Lusófona do Porto, Professor convidado na Universidade do Minho e investigador no Centro de Investigação em Ciência Política da Universidade do Minho. Especialista em “Uma Faixa e Uma Rota”, da Ásia Central. Vice-Presidente da CCDPCh (Zoom)

17h40 – Debate global

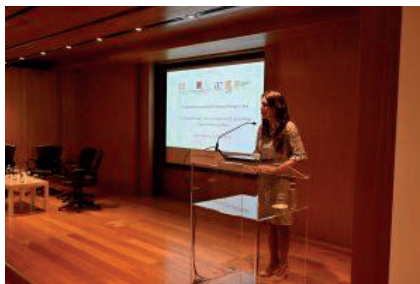
18h00 – SESSÃO DE ENCERRAMENTO

V CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE COOPERAÇÃO PORTUGAL-CHINA, SOB O SIGNO DA COOPERAÇÃO PORTUGAL-CHINA, NO CONTEXTO DA UE E DO SUL GLOBAL, O ERGUER DO BRASIL E DA ÁFRICA_ NA CGTN/CRI_ CHINA GLOBAL TELEVISION NETWORK/ CHINA RÁDIO INTERNACIONAL

Por António dos Santos Queirós – Professor e investigador. Universidade de Lisboa



A V Conferência foi uma iniciativa da Câmara de Cooperação e Desenvolvimento de Portugal China, do Observatório da China, e da União de Associações de Cooperação e Amizade Portugal-China, com o apoio da Embaixada da China em Portugal e a Embaixada de Portugal na China, do Instituto Nacional de Estratégia Global da China (CASS) e do Centro Científico e Cultural de Macau (CCCM). O presidente da República de Portugal saudou a Conferência.



Abriu os trabalhos a Presidente do CCCM Profª Drª Carmen Amado Mendes.



“A China, desempenha hoje um papel fundamental na negociação dos conflitos e na contenção da guerra”, afirmou o presidente da União das Associações de Cooperação e Amizade Portugal-China, professor António dos Santos Queirós, sublinhando que se Portugal não se integrar, cada vez mais, nesse polo (sem ter de excluir a UE e outras parcerias internacionais), nos planos cultural, político e económico, nos próximos decénios, a sua diplomacia global tornar-se-á completamente irrelevante. Concluindo: “É a construção do pilar representado pela cooperação multilateral dos Países de Língua Portuguesa com a China que pode restituir a Portugal a sua plena soberania, se a UE se desagregar ou renascer como uma Nova Democracia”.

Em consonância com esta visão, o Major General Agostinho Costa, ex-vice-presidente do Centro de Estudos EuroDefense-Portugal, analisou a situação mundial a partir do confronto entre dois blocos geopolíticos, em ascensão, aquele que a China lidera, que conclama as nações para a criação de uma nova ordem internacional de harmonia e cooperação pacífica e o outrora bloco hegemónico, anglo-americano, que não desiste de resistir pela força à irreversível perda dessa hegemonia.

Alberto Laplaine Guimarães, secretário-geral da Câmara Municipal de Lisboa, fez um veemente apelo à paz como causa comum de toda a humanidade.



O embaixador da China em Portugal, Zhao Bentang, sublinhou, na sua comunicação, a importância da recente resolução da terceira sessão plenária do 20º Comitê Central do Partido Comunista da China (PCCh), enfatizando que a modernização chinesa segue o caminho do desenvolvimento pacífico e compartilhado, assente numa política externa de paz, mas também ecologicamente sustentável.

O Embaixador de Portugal na China, Paulo Nascimento, enfatizou a importância estratégica do Fórum de Macau, como um instrumento de partilha de experiências e comunhão de soluções para o aprofundamento das relações entre os Estados membros e a República Popular da China.

A GEOGRAFIA POLÍTICA DA COOPERAÇÃO PLP-RPCHINA

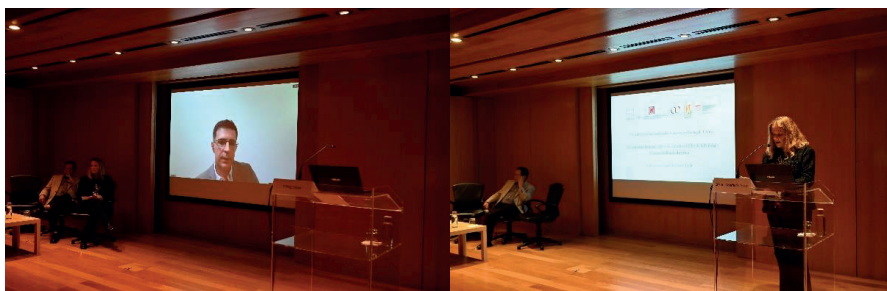
Destaque para o emergir nesta Conferência de uma nova geração de investigadores e diretores das entidades de cooperação, cuja visão dá um novo impulso à aliança entre os países de língua portuguesa e a China.

A pesquisadora do Observatório da China (OC) e diretora da Câmara de Cooperação e Desenvolvimento Portugal-China (CCDPCh), Caroline Cicarello, afirmou que a Iniciativa Cinturão e Rota (ICR) representa a expressão internacional da capacidade chinesa de projeção da oferta e da procura ao nível mais elevado das industriais tradicionais e tecnológicas, como pontuado por Xi Jinping.



O consultor da Presidência do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), Elias Jabbour, sublinhou: “Existe uma globalização liderada pela China, intimamente ligada com a capacidade da China em exportar bens de uso. Isso impulsiona a multipolaridade. Os BRICS+ não surgem como uma aliança antiocidental, apenas não é uma articulação de países ocidentais no desenvolvimento econômico”.

Pedro Anjos, do OC e da UALP, disse que o Brasil, maior economia da América do Sul e principal parceiro comercial da China, assume um papel central na dinâmica comercial global. Timor-Leste reforça a integração da China no sudeste asiático, enquanto Portugal, com o seu acesso ao mercado europeu, é um elo vital para a diplomacia econômica da China.



O professor Paulo Duarte, da Universidade Lusófona e da Universidade do Minho, teve uma intervenção crítica sobre o posicionamento da Europa ao sabor da estratégia definida pelos EUA. Realçou a descarbonização na China, apontando significativos progressos em diversas áreas. Cristina de Jesus, anterior deputada da Assembleia da República, diretora da CCDPCh e doutoranda da Universidade Aveiro analisou a China como líder mundial do turismo emissor e da sua transição para o novo paradigma de turismo ambiental. A ecocivilização é o novo paradigma para o desenvolvimento da China e do mundo, o turismo chinês, uma indústria da paz e da regeneração dos ecossistemas _concluiu a investigadora.



A professora Maria Fernanda Ilhéu, presidente da Associação Amigos do Cinturão e Rota (Nova Roda da Seda), evidenciou o crescimento dos investimentos estrangeiros na China, como um fator crucial para estabilizar e dar confiança ao mercado internacional e a importância dos investimentos chineses para o desenvolvimento sustentável dos países do SUL, a economia mundial e a redução da pobreza.

O Dr. João Santos Pinto, da Câmara de Comércio e Indústria Luso-Brasileira (CCILB), destacou o papel histórico da Câmara, sublinhando as facilidades oferecidas pela CCILB aos empresários, nomeadamente o apoio logístico, a assessoria comercial e jurídica, com o objetivo de fomentar o fortalecimento das economias do Mercosul e da União Europeia.



O Dr. Bernardo Mendia, secretário-geral da Câmara de Comércio e Indústria Luso-Chinesa (CCILC) e presidente da Câmara de Comércio e Indústria Portugal-Hong Kong (PHKCCI), analisou as oportunidades de colaboração entre Portugal, a parte continental da China e Hong Kong, realçando o papel estratégico das câmaras de comércio na dinamização de parcerias econômicas e comerciais.

O Sr. Y Ping Chow, presidente da Câmara do Comércio Portugal-China PME (CCPC-PME), salientou a importância de um visa golden tecnológico em Portugal, como forma de atrair investimento para as áreas tecnológicas e de investigação e exaltou os acordos realizados no âmbito do projeto da Grande Área da Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, no último Fórum Macau.

O Sr. Choi Man Hin, presidente da Associação de Comerciantes e Industriais Luso-Chinesa sublinhou o impacto do Cinturão e Rota (Nova Roda da Seda) nas relações entre a União Europeia e a República Popular da China, atendendo à evolução das relações entre ambos nos últimos vinte anos, assim como ao interesse em aderir a este megaprojeto dos países que integram os BRICS.



O Dr. António Costa Silva, ministro da Economia e do Mar do XXIII Governo de Portugal, destacando a área energética, referiu a vantagem comparativa de Portugal relativamente à Europa, através dos preços significativamente mais baixos, valorizando a aposta de Portugal nas energias renováveis através de parcerias estratégicas como a EDP.



A professora Gao Haihong, presidente do Centro de Investigação de Finanças Internacionais, do Instituto Nacional de Estratégia Global (NIGS), da Academia de Ciências Sociais da China, apresentou as propostas da China para a reforma democrática do sistema financeiro internacional.

O General Pinto Ramalho, presidente da Associação Multisseular de Amizade Portugal-China, antigo chefe do Estado-Maior do Exército, valorizou a longa e cordial relação entre Portugal e a China, e valorizou também o seu apelo à solidariedade e a busca da manutenção da capacidade de intervenção da ONU, cosignado na Agenda para a Paz.

O Dr. Rui Lourido, presidente do OC, historiou as relações de cooperação entre os PLP e a China e as iniciativas do OC, destacando a Biblioteca Digital Macau/China, de acesso livre, e a necessidade de reforçar a participação portuguesa na Nova Rota da Seda.

O Dr. Luís Álvaro Campos Ferreira, atual secretário-geral da União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA) e antigo secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação do XX Governo, e o Dr. Vitor Ramalho, o seu antecessor, defenderam o desenvolvimento da cooperação a todos os níveis, destacando o papel das autarquias.



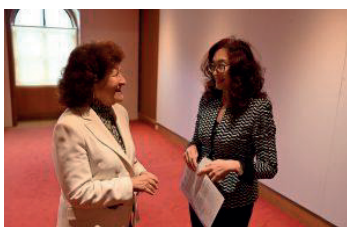
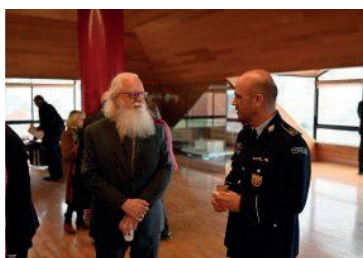
Publicadas os livros de Actas de anteriores conferências e catálogos de exposições, cuja difusão esteve a cargo da Dr^a Beatriz Santos, os quais pode adquirir, em formato digital (sem custos) ou impressos, através do e.mail: camaracoopdespch@gmail.com



A visita ao museu e biblioteca do CCCM, que antecedeu a Conferência e a sua presidente e anfitriã, **Professora Carmen Amado Mendes**



A Conferência permitiu uma ampla troca de opiniões entre os seus paricipantes



Para conhecer melhor a China siga estes links:
www.ccdpch [https://portuguese.cgtn.com/](http://portuguese.cgtn.com/)





ZHAO BENTANG

SUA EXCELÊNCIA ZHAO BENTANG EMBAIXADOR DA RÉPÚBLICA POPULAR DA CHINA EM PORTUGAL

DISCURSO DO EMBAIXADOR DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE COOPERAÇÃO PORTUGAL-CHINA

RESUMO (LAYOUT)

A China e Portugal estabeleceram uma Parceria Estratégica Global em 2005 (dois mil e cinco) e a cooperação amigável tem entrado na via rápida do desenvolvimento. Constroem em conjunto o Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Fórum de Macau).../...A China toma a iniciativa de expandir a abertura do mercado e concederá tratamento de tarifa zero a todos os produtos dos países menos desenvolvidos que tenham relações diplomáticas com a China a partir de 1 de dezembro de 2024, tornando-se o primeiro grande país em desenvolvimento e grande economia do mundo a implementar esta medida.../...

A China é o maior parceiro comercial de Portugal na Ásia, e Portugal é o principal destino de investimento da China na Europa.../...

A China junta-se a países como Portugal para liderar a modernização do Sul Global, trazendo novas oportunidades para a multipolarização do mundo justa e organizada... em prol do desenvolvimento sustentável do mundo

中国与葡萄牙于 2005 年建立了全球战略伙伴关系，友好合作步入快速发展轨道。双方共同建设中国—葡语国家经贸合作论坛（澳门论坛）.../...中国积极扩大市场开放，从 2024 年 12 月 1 日开始，将对所有与中国建交的不发达国家产品实行零关税待遇，成为首个实施这一措施的发展中大国和全球主要经济体.../...

中国是葡萄牙在亚洲的最大贸易伙伴，葡萄牙则是中国在欧洲的主要投资目的

地...../.....

中国与葡萄牙等国家合作，共同推动全球南方的现代化，为构建公平有序的世界多极化格局带来新机遇...促进全球的可持续发展。

Bom dia!

É uma honra participar nesta conferência. Em primeiro lugar, em nome da Embaixada da China em Portugal, gostaria de expressar os agradecimentos aos organizadores do evento, e os meus sinceros agradecimentos a todos que apoiam a cooperação amistosa entre a China e Portugal!

Portugal é o país mais amistoso na UE. Olhando para a história, é difícil encontrar duas nações e dois países como a China e Portugal, que tenham uma longa história de intercâmbios mútuos e amizade natural. Esta história única moldou uma experiência sino-portuguesa única, como “respeito mútuo com avanços conjuntos, benefício mútuo com ganhos conjuntos, aprendizagem mútua com compartilhamentos conjuntos”. No mundo de hoje, esta experiência é ainda mais preciosa.

Primeiro, respeitar-se mutuamente e orientar as relações China-Portugal na direção certa. Desde o estabelecimento de relações diplomáticas, Portugal sempre mantém a visão estratégica e independente, estando na frente da Europa no desenvolvimento das relações com a China. Os dois países conseguiram o regresso de Macau através de negociações amistosas, dando um exemplo para os países resolverem pacificamente questões legadas pela história. A China e Portugal estabeleceram uma Parceria Estratégica Global em 2005 (dois mil e cinco) e a cooperação amigável tem entrado na via rápida do desenvolvimento. Constroem em conjunto o Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Fórum de Macau), fornecendo uma plataforma de alta qualidade para investimentos, cooperações financeiras, intercâmbios culturais e formação de talentos entre a China e os países de língua portuguesa.

Segundo, procurar benefícios mútuos com ganhos compartilhados e fazer o diálogo e a cooperação o tom principal. Muitas empresas e amigos portugueses dão importantes contributos para o desenvolvimento económico da China. Ao mesmo tempo, muitas empresas chinesas criam raízes em Portugal e alcançam grandes sucessos. A China é o maior parceiro comercial de Portugal na Ásia, e Portugal é o principal destino de investimento da China na Europa. Atualmente, tanto a China como Portugal enfrentam novas situações de desenvolvimento, e as respetivas estruturas económicas estão a sofrer mudanças importantes. Portugal está a apostar

na transformação energética, na economia digital e no desenvolvimento inovador, enquanto a China está empenhada em implementar novos conceitos de desenvolvimento e promover o desenvolvimento de alta qualidade com novas forças produtivas de qualidade. Os conceitos de desenvolvimento dos dois países são semelhantes, e as vantagens complementares são óbvias.

A Terceira Sessão Plenária do Vigésimo Comité Central do Partido Comunista da China certamente acelerará a modernização da estrutura industrial da China e o desenvolvimento vigoroso das indústrias de alta tecnologia e do mercado interno. A China compartilhará oportunidades de desenvolvimento com o mundo com uma lista negativa mais curta, um melhor ambiente de negócios e maior abertura institucional. A China toma a iniciativa de expandir a abertura do mercado e concederá tratamento de tarifa zero a todos os produtos dos países menos desenvolvidos que tenham relações diplomáticas com a China a partir de 1 de dezembro de 2024, tornando-se o primeiro grande país em desenvolvimento e grande economia do mundo a implementar esta medida. A China continua a expandir os canais de entrada de produtos de alta qualidade e saudamos as empresas portuguesas a integrarem-se ativamente no novo padrão de desenvolvimento da China e partilharem o mercado chinês.

Terceiro, aprendemos uns com os outros e promovemos um novo impulso nos intercâmbios culturais e interpessoais. É imprescindível ter intercâmbios sólidos entre os dois povos para garantir o desenvolvimento estável e a longo prazo das relações oficiais entre os dois Estados. Nos últimos anos, o número de intercâmbio de pessoas entre a China e Portugal tem crescido constantemente enquanto a China implementou a política favorável de isenção de vistos para Portugal. A cooperação cultural sino-portuguesa e o ensino de línguas estão a desenvolver-se rapidamente. A primeira Oficina Luban na Europa foi estabelecida em Portugal. As atividades de marca como Feliz Ano Novo Chinês e Concurso Chinese Bridge são calorosamente acolhidas pela sociedade portuguesa.

Assinala-se neste ano o 75º aniversário da fundação da República Popular da China. Nos últimos 75 anos, a China desenvolveu um caminho independente, pacífico e amigável para a modernização, trazendo oportunidades e apoios para os países em desenvolvimento se erguerem. O Presidente Xi Jinping propôs sucessivamente as Iniciativas para o Desenvolvimento Global, a Segurança Global e a Civilização Global, constituindo soluções chinesas para eliminar os défices de paz, desenvolvimento, segurança e governação.

A China sempre se preocupa com o “Sul Global” e se concentra no “Sul Global”. No ano corrente, foi realizada com sucesso a Cimeira 2024 do Fórum da Cooperação China-África e esteve presente o Presidente Xi Jinping na 16ª Reunião dos Líderes do BRICS, na 31ª Reunião Informal dos Líderes da APEC e na 19ª Cimeira dos Líderes

do G20. A China junta-se a países como Portugal para liderar a modernização do Sul Global, trazendo novas oportunidades para a multipolarização do mundo justa e organizada, fortalecendo apoios à globalização económica inclusiva e disponibilizando mais poderes estável, otimista e progressivo em prol do desenvolvimento sustentável do mundo.

Há centenas de ano atrás, por via da Roda da Seda Marítima, a porcelana azul e branca da China atravessou os mares e chegou a Portugal, onde, combinada com as técnicas locais, deu origem ao azulejo português, que tem o seu encanto próprio. Na véspera da visita de Estado a Portugal em 2018, o Presidente Xi Jinping publicou um artigo nos meios de comunicação portugueses, descrevendo vividamente a amizade de longa história e eterna entre os dois povos.

Somente ao saber de onde veio, saberia a onde vai. Partindo de um novo ponto de partida histórico, aproveitemos esta conferência para resumir experiências úteis dos últimos 45 anos e discutir planos de desenvolvimento, aderindo-se sempre aos princípios corretos de respeito mútuo, coexistência pacífica e cooperação ganha-ganha, para promover constantemente o desenvolvimento das relações bilaterais.

Obrigado a todos, desejo a todos sucesso no seu trabalho e uma vida feliz.



PAULO JORGE NASCIMENTO

SUA EXCELÊNCIA PAULO NASCIMENTO EMBAIXADOR DE PORTUGAL EM PEQUIM

A COOPERAÇÃO PORTUGAL-CHINA, NO CONTEXTO DA UE, DO ERGUER DO BRASI, DA ÁFRICA E DO SUL GLOBAL

RESUMO (LAYOUT)

No quadro bilateral Portugal e a China por razões diferentes, mas que se encontram, cruzam-se noutras latitudes, em particular em África ou na América Central e do Sul.

A República Popular da China é hoje um parceiro central dos países africanos e dos países da América Latina e Portugal mantém, com uns e com outros, uma relação próxima seja no quadro Bilateral seja pela pertença a organizações multilaterais das quais é um bom exemplo a Organização dos Estado Ibero-Americanos ou da CPLP – que nos une aos países de língua portuguesa desde o Brasil a Timor-Leste, passando pelos países africanos de língua Portuguesa.

Com a China, o Fórum de Macau constitui-se como um esforço de partilha de experiências e comunhão de soluções para o aprofundamento das relações entre os Estados membros e a República Popular da China.

在葡萄牙与中国的双边关系中，双方虽出于不同考量，却在其他地域——尤其是非洲以及中南美洲地区——实现了战略交汇。

中华人民共和国如今已成为非洲国家和拉美国家的重要合作伙伴，而葡萄牙无论通过双边框架还是通过参与多边组织（如伊比利亚-美洲国家组织或葡语国家共同体），都与这些国家保持着紧密联系。以葡语国家共同体为例，该组织将我们与从巴西到东帝汶、乃至非洲葡语国家紧密相连。

与中国方面，中葡论坛（澳门）作为深化成员国与中华人民共和国关系的平台，正致力于推动经验共享与解决方案的协同探索。

Exmos Senhores,
Embaixador Zhao Bentang,
Professora Wang Lei,
Responsáveis das entidades organizadoras,
Senhora Presidente do Centro Científico e Cultural de Macau,
Professora Carmen Amado Mendes,
Caros Participantes,

Começo por agradecer a todos o convite que me foi dirigido para participar na abertura desta 5ª Conferência Internacional sobre a Cooperação Portugal-China, temática que, naturalmente, está no centro da ação da Embaixada de Portugal em Pequim.

Pessoalmente, entendo que eventos desta natureza são da maior importância na compreensão da realidade global e da forma como os diferentes atores da Comunidade Internacional se posicionam.

Julgo que é hoje assente que a busca de entendimentos e interações positivas é central no relacionamento entre os Estado e – não sendo sempre fácil – é central na busca de soluções e arranjos que possam ser mutuamente benéficos.

Não se podem ignorar os desafios, mas devemos empenhar-nos na busca de soluções comuns e partilhadas para desafios que são, também, crescentemente, globais.

Portugal e a China assinalam este ano os 45 anos do estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países.

Muito mudou em Portugal e na República Popular da China nestes 45 anos.

Em 1974 – ano da revolução do 25 de abril que em larga medida viabilizou (entre tantas outras coisas) o estabelecimento de relações diplomáticas entre Portugal e a República Popular da China – o PIB português era de 2,27 mil milhões de euros. O PIB chinês era de 144 mil milhões de USD.

Em termos per capita o PIB nacional era de 260 euros e na República Popular da China era de 160 USD.

Hoje, passados 50 anos, muito pouco num período histórico, o PIB per capita de Portugal é de um pouco mais de 31 (dados do EuroStat) mil euros e o da República Popular da China superior, ligeiramente, a 12 mil dólares norte-americanos.

De uma forma simplificada pode dizer-se que o PIB per capita aumentou quase 100 vezes em Portugal em 50 anos e 75 vezes na China.

Portugal é desde 1986 membro da União Europeia e membro fundador da Aliança Atlântica desde 1949.

A República Popular da China é hoje – desde 1971 – Membro Permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (com todas as responsabilidades inerentes) e ascendeu ao lugar de segunda maior economia do mundo em 2011, e prevendo-se

que alcance o primeiro lugar em termos nominais em 2032. É responsável por cerca de 28% do crescimento do pib global, cerca de 12% do comércio mundial e 7% do comércio de serviços.

Em termos bilaterais a balança comercial tem vindo a registar significativo aumento das trocas de comércio e serviços, a que corresponde um paralelo aumento do défice em desfavor de Portugal, revelador da necessidade de se ajustar o fluxo comercial e facilitar o acesso das empresas e dos produtos portugueses ao mercado chinês.

Em termos globais, quer Portugal quer a China têm vindo a afirmar-se internacionalmente construindo um quadro de relacionamento com outros Estados e organizações internacionais, que revelam e resultam do interesse específico de cada um dos países e das suas prioridades de inserção geoestratégica.

Estes espaços de relacionamento internacional de Portugal e da China não são, no entanto, estranhos entre si, até porque os dois países partilham preocupações em múltiplas agendas multilaterais (vd. a questão das alterações climáticas, do desenvolvimento sustentável e a agenda da economia verde).

No quadro bilateral Portugal e a China por razões diferentes, mas que se encontram, cruzam-se noutras latitudes, em particular em África ou na América Central e do Sul

A República Popular da China é hoje um parceiro central dos países africanos e dos países da América Latina e Portugal mantém, com uns e com outros, uma relação próxima seja no quadro Bilateral seja pela pertença a organizações multilaterais das quais é um bom exemplo a Organização dos Estado Ibero-Americanos ou da CPLP – que nos une aos países de língua portuguesa desde o Brasil a Timor-Leste, passando pelos países africanos de língua Portuguesa.

Com a China, o Fórum de Macau constitui-se como um esforço de partilha de experiências e comunhão de soluções para o aprofundamento das relações entre os Estados membros e a República Popular da China.

O diálogo político e o aprofundamento equilibrado da dimensão económica (incluindo as vertentes do comércio e investimento), a partilha de experiências e de contactos deverão fazer parte do caminho a percorrer entre Portugal e a República Popular da China em benefício mútuo e de terceiros.

A sociedade civil, os centros académicos e de investigação têm um papel central.

Retomo assim - e para terminar - as minhas saudações e agradecimento as entidades promotoras deste encontro, fazendo a todos votos de um excelente trabalho.

Muito obrigado.



HAIHONG GAO

PROFESSOR AND DIRECTOR, RESEARCH CENTRE FOR INTERNATIONAL FINANCE AT THE INSTITUTE OF WORLD ECONOMICS AND POLITICS (IWEI) AND NATIONAL INSTITUTE FOR GEOSTRATEGIC STUDIES (NIGS), CHINESE ACADEMY OF SOCIAL SCIENCES (CASS)

COOPERATION WITH CHINA IN THE CHANGING WORLD ECONOMIC ORDER

RESUMO (LAYOUT)

We are in a world with the rise Global South – a new group that is still in shaping, the expansion of BRICS+, and how China as the world largest trading country plays a role. For instance, the New Silk Road continues connect China with the world. There are also uncertainties because of the changing geopolitical landscape. Today's issue is how countries can cooperate in the multipolar world. This is exactly what we are going to discuss now. What I want to emphasize is that, there is certainly a hope that while the Global South raised their voice, the role of Global North is also inseparable. This is because challenges are common, so are the efforts that countries should make.

我们正身处一个全球南方国家崛起、金砖机制扩员持续推进的世界，而作为全球最大贸易国的中国在其中扮演着重要角色。例如，新丝绸之路持续搭建中国与世界的桥梁。但受地缘政治格局演变影响，世界也面临着诸多不确定性。当今的核心议题是：在多极化世界中，各国应如何开展合作——这正是接下来我们要探讨的内容。需要强调的是，在全球南方国家增强话语权的同时，全球北方国家的作用同样不可或缺。因为我们面临的挑战是共同的，各国需要携手付出努力。

Distinguished guests and friends, good morning!

I am here on behalf of the National Institute for Global Strategy - NIGS of Chinese Academy of Social Sciences to welcome you to the 5th International Conference on Portugal-China Cooperation in the context of the EU and the Global South. It truly is an honor for me to be here. This is the second time I participated in the event. Last year I joined the panel discussion in Porto. I'd like to especially thank Rui Lourido, President of the China Observatory for organizing this event.

We are now in the critical period that the world is becoming fragmented and unstable. The global economy is at risk of disorder with rising unilateralism, prevailing protectionism, politicized economic relations, a more serious debt crisis, a growing risk of climate change, and global financial instability that is even more devastating in the absence of international cooperation. Geopolitical tensions and wars have weakened the willingness for dialogues to deal with the common economic threats globally. The changing economic landscape has also made it difficult for countries to come together if the old economic order is unchanged.

G20 still functions as a leading platform for the leaders in the major economies to discuss the key issues and find out global solutions. Brazil took the presidency of the G20 in 2024. I just turned back from the T20 summit held on November 11-12 in Rio de Janeiro. T20 (i.e. Think20) is one of the engagement groups of G20. It gathers the think tanks worldwide to provide policy recommendations for G20. My role is to serve as a Lead Co-chair of the Taskforce of Reforming the International Financial Architecture together with my Brazilian colleague. Throughout the year, we had frequent dialogues through our taskforce and with other engagement groups of G20. We have tried to find solutions for how the G20 countries work together to mitigate the global financial risks through international cooperation, increase the accessibility of financing for the Sustainable Development Goals (SDGs), reform the Multilateral Development Banks (MDBs), solve the global debt problems, improve tax system, and enhance the representation and participation of developing countries in the governance of the International Financial Architecture institutions, such as the International Monetary Fund, and the World Bank.

China is playing a positive role to promote international cooperation for global economic development. Two days ago at the G20 Summit, President Xi Jinping announced China's eight actions to support global development, including 1) build a high-quality Belt and Road Initiative; 2) implement the Global Development Initiative to deepen practical cooperation in various fields such as poverty reduction, food security, and digital economy; 3) support Africa's development; 4) to join the Global Alliance against Hunger and Poverty and support the G20 Development

Ministers' Meeting; 5) launch the Open Science International Cooperation Initiative jointly with Brazil, South Africa and the African Union to promote global scientific and technological innovation in the Global South; 6) support the G20's Roadmap for Increasing Investment in Clean Energy in Developing Countries and the High-Level Principles for the Bio-economy, digital education, museum digitization and digitization of ancient books; 7) implement the G20 Anti-Corruption Action Plan and strengthen cooperation with developing countries in areas such as the rejection of safe havens for corruption, and anti-corruption capacity building; and 8) improve high-level and unilateral opening-up to the least developed countries, with zero tariff treatment granted to all least developed countries that have diplomatic relations with China for 100% of their tariff items.

China will continue support globalization. As a beneficiary and contributor to globalization, there is no reason for China to reverse the course of globalization. On the contrary, China has the momentum to further promote global connectivity. China's accession to the World Trade Organization (WTO) in 2011 was the starting point for China's participation in the international division of labor and rules-based international cooperation. This period was also the end of the Cold War. The end of the cold war brought with it a brief period of hegemonic stability, accelerated globalization and widespread openness. Globalization has matched China's export-led growth strategy, and urbanization and industrialization have promoted the diffusion of Western technology and unleashed a demographic dividend. China is now the world's largest trading nation and the world's second-largest economy. China is also one of the world's leading creditors. It can be said that without globalization, China would not have had the economic growth of the past 40 years

Multilateralism undoubtedly is still the basic principle of China's participation in international cooperation. China's economic position in the world is quite unique. China is a superpower in terms of economic size and a frontrunner in areas such as digital transformation. Because of China's economic influence, there is an argument that China should play a responsible stakeholder in global governance. However, in terms of GDP per capita, China's position lags behind that of advanced economies. In fact, China is still at a stage where personal incomes have to grow faster in order to keep pace with the growth of national wealth. The uniqueness of China's position reflects the reality that if there is a more diverse group of players in the global economic order, then the rights of emerging markets and developing countries need to be legitimized as a whole. With this in mind, China sees governance gaps in international institutions as an opportunity to improve multilateralism. China's leaders have called for "genuine multilateralism." This has two levels of meaning: one is to clarify China's position that multilateralism is the basic principle of China's participation in international

affairs; another implication is that multilateralism requires inclusiveness, fairness, and a balance of power in governance structures.

We are in a world with the rise Global South – a new group that is still in shaping, the expansion of BRICS+, and how China as the world largest trading country plays a role. For instance, the New Silk Road continues connect China with the world. There are also uncertainties because of the changing geopolitical landscape. Today's issue is that how the countries can cooperate in the multipolar world. This is exactly what we are going to discuss now. What I want to emphasize is that, there is certainly a hope that while the Global South raised their voice, the role of Global North is also inseparable. This is because that challenges are common, so are the efforts that countries should make.

I am sure today's discussions will help understand the ongoing debates of the key challenges we have, what actions should be taken, and, how China and Portugal cooperate to manage the economic relations in particular, in a win-win manner. This event is also a continuity of the collaboration between NIGS of CASS and the Portuguese partners. With our mutual efforts, this partnership will be strengthened further in the years to come.

Thank you for coming to this event and for your contributions. I look forward to your insights and views in the following panel discussions.



LUÍS ÁLVARO CAMPOS FERREIRA

SECRETÁRIO-GERAL DA UCCLA, EX-SECRETÁRIO DE ESTADO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COOPERAÇÃO DO XX GOVERNO DE PORTUGAL, FOI MEMBRO DA ASSEMBLEIA PARLAMENTAR DA OSCE E FOI MEMBRO DO CONSELHO DA EUROPA

COOPERATION WITH CHINA IN THE CHANGING WORLD ECONOMIC ORDER

RESUMO (LAYOUT)

Macau foi uma das cidades fundadoras da União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa em 1985. Logo a China, esteve desde o início ligada à UCCLA. Somos uma Associação Intermunicipal, sem fins lucrativos, de âmbito internacional e multilateral, com um carácter mais geoestratégico e global, que ultrapassa em muito o âmbito das organizações de ajuda ao desenvolvimento...

Se contabilizarmos as cidades UCCLA por continentes de pertença, teremos a sua distribuição caracterizada, de forma natural, por uma maioria de 38 cidades africanas; 18 cidades europeias (para além das 16 portuguesas inclui igualmente Olivença e Santiago de Compostela) que pela sua história têm a Língua Portuguesa falada pelas suas populações; 6 cidades brasileiras (logo americanas); e 6 cidades asiáticas (onde se inclui Macau e 5 em Timor-Leste).

A UCCLA é a primeira instituição multilateral, em que as cidades membros têm igualdade de direitos e deveres, cuja adesão é livre e voluntária e com a mesma língua oficial. A UCCLA veio a criar melhores condições para 11 anos depois ser fundada a CPLP. A língua portuguesa é o grande elo dinamizador deste espaço comum, com vários centros, multiculturais e multiétnicos. A UCCLA é um promotor do livre comércio e da Paz entre os Povos.

葡萄牙语国家首都城市联盟 (UCCLA) 与澳门和中国

自 1985 年葡萄牙语国家首都城市联盟 (UCCLA) 成立之初, 澳门便是其创始城市之一。因此, 中国从一开始就与 UCCLA 联系在一起。我们是一个国际性、多边的市际协会, 属于非营利性质, 具有更强的地理战略性和全球性特征, 其范围远超发展援助组织.....

若按所属大洲统计 UCCLA 的成员城市, 其分布特点自然呈现为: 非洲城市占多数, 共 38 个; 欧洲城市 18 个 (除 16 个葡萄牙城市外, 还包括奥利文萨和圣地亚哥-德孔波斯特拉), 这些城市因其历史渊源, 其居民使用葡萄牙语; 巴西城市 (即美洲城市) 6 个; 以及亚洲城市 6 个 (包括澳门及东帝汶的 5 个城市)。

UCCLA 是首个多边机构, 其成员城市权利与义务平等, 入盟自由自愿, 并拥有相同的官方语言。UCCLA 的创立为 11 年后葡萄牙语国家共同体的成立创造了更有利的条件。葡萄牙语是推动这个多元中心、多元文化、多民族共同空间发展的强大纽带。UCCLA 是自由贸易与人民间和平的促进者。

Exmos. Senhores,

Agradeço o convite do Observatório da China para intervir nesta V Conferência Internacional de Cooperação Portugal – China, uma realização conjunta com várias instituições e personalidades, a todos agradecemos esta oportunidade¹.

Macau foi uma das cidades fundadoras da União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa em 1985. Logo a China, esteve desde o início ligada à UCCLA. Somos uma Associação Intermunicipal, sem fins lucrativos, de âmbito internacional e multilateral, com um carácter mais geo-estratégico e global, que ultrapassa em muito o âmbito das organizações de ajuda ao desenvolvimento.

A UCCLA:

Permitam-me que apresente a UCCLA (União das Cidades Capitais Luso-Afro-

1 Do Observatório da China com a Câmara de Cooperação e Desenvolvimento de Portugal China (CCDPCh), com a União de Associações de Cooperação e Amizade Portugal-China, com a Câmara de Pequenas e Médias Empresas Portugal-China e com o apoio institucional da Embaixada da China em Portugal, da Embaixada de Portugal na China, e da nossa União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA). Ainda com a parceria do Instituto Nacional de Estratégia Global (NIGS), da Academia de Ciências Sociais da China, e pela Associação de Comerciantes e Industriais Luso-Chinesa, e apoiada pelo Centro Científico e Cultural de Macau.

-Américo-Asiáticas), que foi concebida como uma comunidade das cidades capitais dos países de língua portuguesa. Contudo, a sua pertinência e a utilidade do seu trabalho em prol dos seus membros, obrigou-a a abrir-se a novas cidades membro, que queriam desenvolver projetos de cooperação entre si, unidas pela língua e por um património histórico comum. A UCCLA conta, em 2025, com mais de 100 membros². Neste âmbito, temos o prazer de contar como membro apoiante o Observatório da China.

Se contabilizarmos as cidades UCCLA por continentes de pertença, teremos a sua distribuição caracterizada, de forma natural, por uma maioria de 38 cidades africanas; 18 cidades europeias (para além das 16 portuguesas inclui igualmente Olivença e Santiago de Compostela) que pela sua história têm a Língua Portuguesa falada pelas suas populações; 6 cidades brasileiras (logo americanas); e 6 cidades asiáticas (onde se inclui Macau e 5 em Timor Leste).

A UCCLA é a primeira instituição multilateral, em que as cidades membros têm igualdade de direitos e deveres, cuja adesão é livre e voluntária e com a mesma língua oficial. A UCCLA veio a criar melhores condições para 11 anos depois ser fundada a CPLP. A língua portuguesa é o grande elo dinamizador deste espaço comum, com vários centros, multiculturais e multiétnicos. A UCCLA é um promotor do livre comércio e da Paz entre os Povos.

DIMENSÃO INSTITUCIONAL UCCLA – MACAU/CHINA:

Desde a transição da administração de Macau para a China, em 1999, a UCCLA manteve-se ativa na representação dos laços entre Macau e os países de língua portuguesa. Macau tem desempenhado um papel institucional relevante na UCCLA, sendo nomeado para os seus órgãos sociais, incluindo o de membro do Conselho Fiscal (1990-2005) e a Vice-Presidência da Comissão Executiva (2006-2019), bem como da própria Presidência da Comissão Executiva (2019-2022). Tendo sediado várias Assembleias Gerais da UCCLA e no ano de 2026 voltaremos a reunir a Assembleia Geral da UCCLA em Macau.

Ao longo de todos estes anos, a UCCLA recebeu inúmeras delegações Institucionais de governos provinciais, de cidades e outras instituições chinesas nas nossas instalações, em Lisboa, muitas delas com o apoio e intermediação do Observatório da China (OC),

2 Distribuídos pelas seguintes categorias: os membros efetivos: são as cidades capitais dos países de língua oficial portuguesa, que participam ativamente nas iniciativas e decisões da organização. Os membros associados são as cidades não capitais ou outras entidades que, embora não sendo capitais, têm relevância cultural, histórica ou económica e contribuem para os objetivos da UCCLA. Os membros observadores: são as entidades que acompanham as atividades da UCCLA, sem participação direta nas decisões, podendo incluir organizações internacionais ou instituições académicas. Os membros apoiantes: são os indivíduos ou organizações que, através de apoio financeiro, técnico ou logístico, contribuem para a missão e projetos da UCCLA.

nomeadamente da província de Guangdong e da sua capital Cantão (Guangzhou), da província de Jiangsu e sua capital Nanquim (Nanjing), bem como de Shanghai. A UCCLA deslocou-se a Macau, em 2018, a convite do governo da RAEM, com uma delegação integrada pelo presidente da Assembleia Geral, General Higinio Carneiro, em representação de Luanda, e pelo Secretário-Geral, Dr. Vítor Ramalho. Esteve também presente o Presidente da Associação Empresarial de Luanda e da Federação Empresarial de Língua Portuguesa, Dr. Francisco Viana.

CULTURA E ARTE

A UCCLA tem desempenhado um papel crucial na promoção da cultura de Macau no espaço lusófono e vice-versa. Através da organização de exposições, festivais de cinema e publicações têm-se fortalecido os laços históricos e culturais entre as duas regiões. Entre as principais iniciativas culturais e artísticas, destacaram-se o projeto *Macau-China em Lisboa* (2009), que incluiu ciclos de conferências, exposições temáticas e espetáculos musicais, como *Macau Património Mundial*, *Macau é um Espetáculo* e *Olhares da China*. Além disso, Macau tem sido presença constante nos Encontros de Escritores de Língua Portuguesa (EELP), promovidos pela UCCLA desde 2010, com a participação de escritores macaenses e chineses. Em 2013, apoiámos uma grande digressão cultural da China em Portugal, em que o OC organizou cinco espetáculos de Ópera de Pequim nas cidades de Lisboa, Coimbra, Évora e Faro. O Festival Internacional de Cinema Chinês e Lusófono (2014) trouxe uma mostra de cinema macaense e chinês para Portugal. Em 2017, a UCCLA associou-se ao Festival Literário de Macau - Rota das Letras. Em 2019, a UCCLA apresentou a exposição *O Fio Invisível: Arte Contemporânea Portugal - Macau/China*. A UCCLA apoiou a exposição *A China Vista da Europa: Séculos XVI-XIX*, organizada pelo Observatório da China e pela Biblioteca Nacional de Portugal, que esteve patente de novembro de 2023 a março de 2024, na Biblioteca Nacional de Portugal. Em 2024, a UCCLA inaugurou a exposição *Aqui e Agora*, que contou com o patrocínio do Governo da Região Administrativa Especial de Macau e do Fundo de Desenvolvimento da Cultura, e com a parceria do ICM – Instituto Cultural de Macau. A exposição proporcionou uma plataforma para o diálogo intercultural, reforçando os laços entre Macau e os países de língua portuguesa. Muitas destas iniciativas tiveram a coorganização ou o apoio do Observatório da China.

COOPERAÇÃO ECONÓMICA E EMPRESARIAL

A UCCLA tem sido uma facilitadora do diálogo económico e comercial entre Macau, a China e os países de língua portuguesa. O reconhecimento da língua portuguesa como um ativo económico tem fortalecido Macau como um centro estratégico para negócios. Entre os principais eventos económicos e empresariais organizados,

destaca-se o Seminário *Cidades Criativas* (2010), que debateu o desenvolvimento urbano e cultural entre Macau e o espaço lusófono. Em 2012, a Conferência *Macau – Plataforma de Cooperação entre a China e o Mundo Lusófono* que discutiu a importância de Macau como polo económico e financeiro. Além disso, entre 2015 e 2024, várias delegações empresariais da China visitaram Portugal e a UCCLA para estreitar laços comerciais, incluindo empresários de Guangzhou e Jiangsu que participaram em reuniões de negócios e estabeleceram parcerias estratégicas com empresas portuguesas.

DIVULGAÇÃO ACADÉMICA E CIENTÍFICA

A UCCLA tem colaborado ativamente com universidades, apoiando a AULP – Associação das Universidades de Língua Portuguesa no desenvolvimento de diferentes estudos, nomeadamente sobre a equivalência dos sistemas de ensino entre a China e o mundo lusófono. UCCLA também tem apoiado a pesquisa científica e a preservação histórica de Macau, destacando pela sua importância para o estudo e história das relações sino-lusófonas, a *Biblioteca Digital Macau-China*, criada em 2015 pelo Observatório da China, em parceria com a Biblioteca Nacional de Portugal e a Fundação Macau, e que conta com apoio da UCCLA³. Esta biblioteca oferece acesso gratuito a mais de 200 mil páginas digitalizadas, com as crónicas de Portugal e documentos históricos sobre Macau.

A fundação da “Rede de Universidades dos Países de Língua Portuguesa com Jiangsu e Macau” pelas condições e potencialidades inerentes é uma das iniciativas mais importantes deste relacionamento multilateral, pelo seu impacto no setor educativo e na formação das novas gerações. Realizada na cidade de Yangzhou, no 25 outubro 2016, no âmbito da 3ª Conferência Conjunta para a Cooperação no Setor Educativo entre a Província de Jiangsu, Macau e Países de Língua Portuguesa, a qual é liderada pela Universidade de Yangzhou, e que continua ativa na troca de alunos e professores entre universidades lusófonas e chinesas.

A comemoração da Casa dos Estudantes do Império realizada entre 2014 e 2015 pela UCCLA, teve o contributo do OC com a investigação dos ficheiros da Casa dos Estudantes do Império, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, que permitiu revelar e conhecer as fichas dos associados, nos quais identificámos cerca de 46 estudantes oriundos de Macau.

Para além das iniciativas de exclusiva responsabilidade da UCCLA, a parceria com o Observatório da China, desde 2009, tem permitido intensificar e dinamizar inúmeras

3 Em parceria com a Biblioteca Nacional de Portugal e a Fundação Macau, e que conta com apoio da UCCLA. Esta biblioteca oferece acesso gratuito a mais de 200 mil páginas digitalizadas, com as crónicas de Portugal e documentos históricos sobre Macau
<https://purl.pt/26918/1/PT/index.html>,

iniciativas e projetos para o aprofundamento das relações da UCCLA com a China.

A UCCLA sempre considerou de importância estratégica para a Lusofonia o projeto chinês da Grande Baía, que integra Macau e Hong Kong com mais nove grandes cidades da província de Guangdong. As empresas Lusófonas têm no FÓRUM MACAU - Fórum para a Cooperação Económica e Comercial da China com P. de Língua Portuguesa um apoio determinante para a sua entrada na China.

A UCCLA continuará a trabalhar com Macau e com a China, para apoiar um maior desenvolvimento entre o tecido empresarial e cultural das cidades lusófonas com a China.



ALBERTO LAPLAINE GUIMARÃES

SECRETÁRIO-GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

LISBOA E MACAU, NO CONTEXTO DA COOPERAÇÃO PORTUGAL-CHINA

RESUMO (LAYOUT)

Historicamente as relações de Portugal com a China remontam ao Séc. XVI, com a chegada dos primeiros navegadores e, desde então, estas ligações sempre se pautaram por serem relações amigáveis nos múltiplos momentos de trocas comerciais.

No quadro das políticas de cooperação municipal internacional, Lisboa, cidade capital, privilegiou, desde o primeiro momento, a ligação ao oriente celebrando, em 24/07/1982, um Acordo de Geminação entre as cidades de Macau e Lisboa.

Por outro lado, mas ainda neste âmbito, temos Lisboa, cidade multicultural que, conformando estrategicamente uma plataforma atlântica, permite o cruzamento de todas as ligações para a África e para o continente americano, principalmente com o Brasil

Sendo a chinesa a maior comunidade asiática presente em território português, em Lisboa esta representa cerca de 8% da população estrangeira, sendo a segunda maior comunidade depois da brasileira.

E importa dizer que em Lisboa cresce com uma nova geração que abre a comunidade chinesa ao mundo, nas várias áreas de formação académica: médicos, fisioterapeutas, professores, economistas, gestores, artistas, etc.

历史上，葡萄牙与中国的交往可追溯至十六世纪首批航海家抵达中国之时。自此以来，在双方悠久的贸易往来中，两国关系始终保持着友好基调。

在国际城市合作政策的框架下，里斯本作为首都，历来高度重视与东方的联系，并于 1982 年 7 月 24 日与澳门结为了姐妹城市。

与此同时，里斯本作为一座多元文化城市，通过打造大西洋战略枢纽，成为连接非洲与美洲大陆——尤其是巴西——的重要桥梁。

在葡萄牙境内，华人已成为最大的亚洲社群。仅里斯本一地，华人就占外国人口的 8%，规模仅次于巴西裔群体，位居第二。

特别值得一提的是，新一代华人活跃医学、物理治疗、教育、经济、管理、艺术等各学术领域：他们以专业能力为纽带，推动着华人社群更深地融入当地社会。

Senhor Embaixador Zhao Bentang, Embaixador da República Popular da China em Portugal,

Senhor Embaixador Paulo Jorge Nascimento, Embaixador de República de Portugal na China,

Senhora Prof. Doutora Carmen Amado Mendes, Presidente do CCCM,

Senhor Dr. Luís Álvaro Campos Ferreira, Secretário-Geral da UCCLA,

Senhora Gao Haihong, Presidente do Centro de Investigação de Finanças Internacionais, do Instituto Nacional de Estratégia Global (NIGS), da Academia de Ciências Sociais da China,

Senhor Dr. Rui Lourido, Presidente do Observatório da China,

Senhora Dra. Celeste Hagatong, Presidente da Fundação Jorge Álvares,

Senhor Choi Man Hin, Presidente da Associação de Comerciantes e Industriais Luso-Chineses,

Senhora Dra. Lúcia Santos, Chefe da Delegação Económica e Comercial de Macau em Lisboa,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Começo por agradecer o amável convite que me foi dirigido para participar nesta iniciativa.

Além do grande prazer que tenho em encontrar-me com todos os presentes, considero que estes momentos representam sempre oportunidades privilegiadas para expor e debater assuntos de interesse para Portugal e Lisboa, em particular sobre a cooperação Portugal-China, neste ano em que se comemoram os 25 anos da

transferência de Macau para a China e o estabelecimento da Região Administrativa Especial de Macau.

Como todos sabemos, Portugal é o país europeu com as ligações mais antigas com a China. Historicamente as relações de Portugal com a China remontam ao Séc. XVI, com a chegada dos primeiros navegadores e, desde então, estas ligações sempre se pautaram por serem relações amigáveis nos múltiplos momentos de trocas comerciais.

Neste quadro de referência, temos Macau que desde sempre ocupou um lugar histórico nas relações luso-chinesas, proporcionando o estabelecimento de contactos entre as duas nações e funcionando como um ponto de interseção no intercâmbio das culturas ocidentais e orientais.

Quando em 1979 se estabeleceram as relações diplomáticas entre Portugal e China, estas permitiram criar condições para uma nova fase no relacionamento político e comercial entre os dois países, assim como a criação de laços bilaterais mais amplos.

Em 2013, Xi Jinping, Presidente da República Popular da China, apresenta o projeto da Nova Rota da Seda, One Belt, One Road (Uma Faixa, Uma Rota) promovendo com este grande simbolismo histórico a projeção internacional da China, numa grande estratégia económica e de cooperação internacional, desenvolvendo uma rede de relações multiculturais com os países colaborantes, na cultura e na diplomacia.

Neste contexto contemporâneo e no quadro das boas relações bilaterais, em 2018, Portugal fortalece o relacionamento com a China, numa parceria empenhada, assinando um “memorando de cooperação” imbuído de instrumentos de colaboração no âmbito da iniciativa “One Belt, One Road”, em articulação com a cooperação estratégica europeia e obedecendo aos padrões europeus de impacto ambiental e social.

Por seu turno, o investimento chinês em Portugal disparou nos últimos anos e são emblemáticos os exemplos da EDP e da REN, que tem o Estado Chinês como principal acionista, ou o BCP e a Fidelidade, com a Fosun como principal acionista.

Este reforço mútuo da confiança política e do diálogo bilateral entre Portugal e China, consolida-se em resultados frutíferos de cooperação nas áreas financeira e empresarial, nos setores da economia, comércio, energia, cultura, educação, ciência e tecnologia, investimento, turismo, entre outros.

Por outro lado, mas ainda neste âmbito, temos Lisboa, cidade multicultural que, conformando estrategicamente uma plataforma atlântica, permite o cruzamento de todas as ligações para a África e para o continente americano, principalmente com o Brasil.

No quadro das políticas de cooperação municipal internacional, Lisboa, cidade capital, privilegiou, desde o primeiro momento, a ligação ao oriente celebrando, em 24/07/1982, um Acordo de Geminação entre as cidades de Macau e Lisboa.

Em 28 de junho de 1985, Macau assina a Declaração de Geminação Múltipla das

Capitais dos Países de Expressão Portuguesa e torna-se membro da UCCLA (União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa).

Aproveito o ensejo para saudar o novo Chefe do Executivo do sexto mandato da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), Sam Hou Fai, e desejar-lhe os maiores sucessos para esta missão.

No presente momento, a cidade de Lisboa tem acordos de Cooperação e Amizade com a cidade de Pequim (22 de outubro de 2007), e com outras cidades chinesas, numa perspetiva transnacional, reafirmando o diálogo, a confiança, a troca de conhecimentos e experiências, estimulando cooperação, a solidariedade e o desenvolvimento coletivo.

Sendo a chinesa a maior comunidade asiática presente em território português, em Lisboa esta representa cerca de 8% da população estrangeira, sendo a segunda maior comunidade depois da brasileira.

A comunidade chinesa criou raízes em Lisboa e hoje a cultura chinesa faz parte da paisagem lisboeta. A celebração do Ano Novo Chinês é um bom exemplo da integração da comunidade chinesa e do envolvimento da população lisboeta, tanto na dança do dragão e desfiles, como nos espetáculos que lhe estão associados.

Por outro lado, a economia da cidade está intrinsecamente ligada a esta comunidade, quer nos diversos setores tradicionais como a restauração, o comércio, e escolas de artes marciais, e a indústria de casinos, por exemplo, quer nos domínios empresariais da tecnologia e inovação, como na área financeira.

E importa dizer que em Lisboa cresce com uma nova geração que abre a comunidade chinesa ao mundo, nas várias áreas de formação académica: médicos, fisioterapeutas, professores, economistas, gestores, artistas, etc.

Não querendo alongar-me mais, desejo que este encontro, entre amigos, seja uma boa oportunidade para consolidar e explorar vias de aprofundamento desta amizade histórica.

Quero, por isso, desejar a Portugal e à China a consolidação dos laços de amizade e cooperação e o desenvolvimento de um trabalho conjunto que seja profícuo e que desbrave novos horizontes e mostre novos caminhos.

É este o futuro que ambicionamos.



RUI LOURIDO

PRESIDENTE DO OBSERVATÓRIO DA CHINA E MEMBRO DA DIREÇÃO DA WACS -WORLD ASSOCIATION FOR CHINESE STUDIES, COORDENADOR CULTURAL DA UCCLA

AS RELAÇÕES DE PORTUGAL COM A CHINA NO ÂMBITO DA EU E O PAPEL DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

RESUMO (LAYOUT)

Portugal, sendo coerente com a sua tradição histórica de promotor da primeira Globalização da Era Moderna e para se salvaguardar das crises das economias ocidentais, deve saber diversificar os seus circuitos económicos a outras economias, nomeadamente, na África, na América do Sul e na Ásia, intensificando a sua cooperação com a China. Será fundamental reforçar a participação portuguesa na Iniciativa Chinesa da nova Rota da Seda (Iniciativa Cinturão e Rota).

É fundamental promover a dimensão cultural, o diálogo cultural, promover os estudos chineses na Europa, para realçar as fortes sinergias e ligações entre Portugal/Europa e a China. Devido ao serviço público científico e cultural, que presta a nível internacional, destaco a Biblioteca Digital Macau-China.

葡萄牙秉承其作为现代全球化先驱的历史传统，并为规避西方经济体系危机，亟需推动经济合作多元化发展，重点拓展与非洲、南美及亚洲市场的联系，尤其应深化与中国的合作。强化葡萄牙在中国一带一路倡议中的参与度，将成为关键战略举措。

必须大力推动文化维度和文化对话，促进欧洲的汉学研究，以彰显葡萄牙/欧洲与中国之间强大的协同效应和紧密联系。鉴于其在全球范围内提供的科学文化公共服务，我特别要强调"澳门-中国数字图书馆"的重要作用。

Como presidente da direção do Observatório da China, gostaria de começar por referir que esta V Conferência Internacional de Cooperação Portugal – China é uma realização conjunta do Observatório da China com várias instituições e personalidades a quem, desde já, muito agradecemos. São elas a Câmara de Cooperação e Desenvolvimento de Portugal China (CCDPCh), a União de Associações de Cooperação e Amizade Portugal-China, a Câmara de Pequenas e Médias Empresas Portugal-China e com o apoio institucional da Embaixada da China em Portugal, na pessoa do Sr. Embaixador Zhao Bentang, da Embaixada de Portugal na China, na pessoa do Sr. Embaixador Paulo Nascimento e da União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA). Esta conferência é reforçada ainda pela parceria do Instituto Nacional de Estratégia Global (NIGS), da Academia de Ciências Sociais da China, aqui representada pela Professora Gao Haihong, Presidente do Centro de Investigação de Finanças Internacionais; e pela Associação de Comerciantes e Industriais Luso-Chinesa, liderada pelo Dr. Choi Man Hin e apoiada pelo Centro Científico e Cultural de Macau (CCCM) representado pela sua presidente, a Professora Doutora Carmen Amado Mendes. Queremos igualmente agradecer as participações de oradores com apresentações presenciais, de forma online e através de vídeo. Bem como agradeço ao público que nos segue presencialmente ou online (da academia, de autarquias, entidades empresariais, culturais, sociais e associativas de Portugal, da RPC, e de Países de Língua Portuguesa). A sua realização não seria possível sem o apoio das equipas: do CCCM coordenadas pela Dr^a Filipa Moreira, do Observatório da China, da Câmara de Cooperação e Desenvolvimento de Portugal China_CCDPCh, da União de Associações de Cooperação e Amizade Portugal-China, da Câmara de Pequenas e Médias Empresas Portugal-China. Destaco em especial: Prof. António Queirós, Sr Y Ping Chow, Dr. Pedro Anjos, Dr^a Cristina de Jesus, Dr^a Caroline Cicarello e a Dr^a Beatriz Santos.

SOBRE AS RELAÇÕES PORTUGAL – CHINA EM 2024

Portugal estabeleceu há 50 anos relações diplomáticas oficiais com a China, em 8 de fevereiro de 1979, contudo Portugal é a nação europeia que mantém as relações de amizade mais longas e pacíficas com a China. A própria devolução da administração de Macau à China, com a criação da RAEM, foi pacífica e segundo a China decorreu de forma exemplar (em dezembro de 1999). Desde o século 16 que a Língua Portuguesa começou o seu relacionamento com a língua, a escrita e a cultura Chinesas e o impacto do mandarim no estrangeiro não iria mais parar. Com o desenvolvimento económico-social da China, nas últimas décadas, a Língua e Cultura Chinesas abriram-se ainda mais ao mundo e, por iniciativa conjunta da China, das suas universidades e de universidades estrangeiras nos vários continentes, foram criados 489 Institutos

Confúcio e 817 Salas (de ensino não superior), envolvendo 158 países e regiões, segundo os dados oficiais de 2021. Nos países lusófonos estão em funcionamento cerca de 20 Institutos Confúcio (destacando-se Cabo Verde, com a disponibilidade do ensino do Chinês nos currículos de vários cursos universitários e secundários). Em Portugal estão em plena atividade 5 Institutos Confúcio, nas cidades de Braga, Porto, Aveiro, Coimbra e Lisboa. Na China mais de 40 universidades ensinam a Língua Portuguesa a estudantes chineses.

A difusão da cultura chinesa no Ocidente começou antes da idade média, trazida pelos povos mongóis e persas e mais tarde pelos povos islâmicos à Península Ibérica. Contudo, foi só com os religiosos e os mercadores portugueses e europeus que ela se expandiu a toda a Europa. Os Portugueses ficaram de tal forma fascinados com a sofisticada e avançada civilização chinesa (nomeadamente pelas sedas, porcelanas e pela importância dos letrados no comando da administração pública), que foram agentes pioneiros na difusão da cultura chinesa às restantes nações ocidentais, o que viria a influenciar o *Iluminismo* (séculos XVII e XVIII), e o próprio sistema de exames do sistema da administração britânica¹, e a moda europeia, com um gosto à chinesa (conhecido como *Chinoiserie*).

Os sucessos civilizacionais do sistema socialista chinês, ao ter o povo no centro da ação política do seu governo e devido ao desenvolvimento da China, permitiram o feito histórico de retirar 850 milhões de habitantes da pobreza (segundo o próprio FMI), com o acesso universal ao trabalho, saúde, habitação e educação. Segundo o Banco Mundial, a China passou a ser, desde 2017, a Nação mais rica, a nível mundial, em índice de Poder de Compra Comparado e a segunda mais rica em Produto Interno Bruto.

Com o desenvolvimento económico, os chineses ampliaram a abertura do seu país ao mundo, assumindo mais responsabilidades no apoio às agências das Nações Unidas, nomeadamente, no combate às pandemias e no apoio aos esforços na pacificação de conflitos mundiais.

Apesar da tentativa frustrada dos Estados Unidos da América, e de setores radicais da União Europeia, de parar o desenvolvimento da China, grande parte do tecido empresarial e social da Europa reconhece que sem a recuperação da China, pós pandemia, a economia mundial estaria em crise e no caso da Europa estaria em recessão ainda maior que a verificada em países como a Alemanha.

Portugal é relevante para a China, também, pelas suas intensas relações com a restante Europa, com os Países de Língua Portuguesa e com África.

1 Bodde, Derke. "China: A Teaching Workbook". Columbia University. International Journal of English Language. Vol.3, No.4, pp.1-12, julho 2015.

RELAÇÕES ENTRE A CHINA E A ÁFRICA

Nas relações entre a China e a África, deveremos ter em conta que a China é o maior investidor e parceiro comercial de África tendo, desde 2009, ultrapassado a UE e os EUA (quando em 1994, África ocupava somente 1% do Comércio Externo Chinês). O sucesso explica-se pela postura pragmática da China, que aplica nas negociações com os diferentes países o princípio do benefício mútuo e da solidariedade. Não impõe pré-condições políticas e investe não só em matérias-primas, mas também cria condições a um maior desenvolvimento estrutural em África. Através da iniciativa chinesa da Nova Rota da Seda (BRI) a China investe em infraestruturas, em indústrias e em serviços, escolhidos pelos respetivos países.

No primeiro semestre de 2024, a China continuou a ser o maior parceiro comercial de África no mundo, com trocas comerciais no valor de cerca de 152 mil milhões de euros.

Cerca de cinquenta dirigentes africanos reuniram-se em Pequim, a 5 de setembro 2024, para a Cimeira do Fórum de Cooperação China-África, tendo a China apresentado dez “ações de parceria” com assinatura de múltiplos acordos de Cooperação, que abrangem diferentes áreas, da formação profissional e técnica, a projetos de energia verde, a investimento em infraestruturas e a uma maior abertura dos mercados chineses ao investimento africano.



Xi Jinping e os líderes africanos na cimeira do Fórum de Cooperação China-África no Grande Salão do Povo em Pequim, quinta-feira, 5 de setembro de 2024.

Nas relações com África, o governo da R.P. da China criou dois tipos de fóruns que são complementares: o Fórum China-Africa e o Fórum sediado em Macau. Este último foi instituído em 2003, com o nome de Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, para facilitar as relações

económicas e culturais com os Países Lusófonos.

O Brasil compreendeu a importância estratégica de África, pela sua potencialidade de crescimento, de recursos humanos (população mais jovem) e naturais (agrícolas, minerais, ...). O Brasil, através do Governo Federal e Governo do Estado da Bahia, organizou em agosto de 2024, a Conferência da Diáspora Africana nas Américas, com a União Africana e o Togo, reunindo a sociedade civil, académicos e governos de mais de 50 países, para debater estratégias de fortalecimento das raízes africanas no mundo. A integração do Brasil nos BRICS+ e a sua ampliação a 11 países, já junta países essenciais de África como a África do Sul, o Egito e a Etiópia. Além destes, tornaram-se países parceiros do BRICS a Bielorrússia, Bolívia, Cazaquistão, Cuba, Malásia, Nigéria, Tailândia, Uganda e Uzbequistão.

NOTA SOBRE A LUSOFONIA

A importância geoestratégica do grupo de 8 países de Língua Oficial Portuguesa, juntamente com a cidade de Macau, revela-se, claramente, quando olhamos o mapa e observamos que todos estes países estão localizados nos quatro continentes (5 em África, Brasil na América Latina, Timor e Macau na Ásia e Portugal na Europa) e unidos pelos respetivos oceanos. As suas áreas marítimas exclusivas, olhadas em bloco, são das mais significativas do planeta. Por outro lado, é necessário reconhecer e respeitar a diversidade de culturas, de interesses geoestratégicos e económicos e de agendas políticas, dos respetivos governos. Esta diversidade é uma mais valia nas diferentes respostas à crise internacional e na valorização das respetivas oportunidades. Assim, Portugal deveria intensificar e aprofundar as suas políticas de relacionamento prioritário com os países lusófonos e com a China. A maioria dos Países de Língua Portuguesa fazem parte da Iniciativa Chinesa – Faixa e Rota (BRI) que já envolve cerca de 150 países. Referir, ainda, que Portugal e o Brasil são fundadores do novo Banco Asiático de Investimento em Infraestruturas (AIIB).

O ministro da Economia de Portugal, Pedro Reis, participou na VI Conferência Ministerial do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial da China com os Países de Língua Portuguesa, em Macau, em abril 2024.. Sob o tema “Nova Era, Nova Visão” aprovou o novo Plano de ação para o triénio 2024-2027, com 20 novas iniciativas que cobrem seis áreas diferentes, abrangendo comércio e investimento, recursos humanos e saúde, cooperação industrial, desenvolvimento e o papel de Macau como plataforma de cooperação.

O crescimento económico da China permitiu um novo máximo histórico nas trocas comerciais totais entre os Países de Língua Portuguesa e a China, tendo atingido 220,869 mil milhões de dólares em 2023, mais 2,81% do que em 2022. Globalmente, o movimento foi muito positivo, tendo as exportações para a China (147,470 mil

milhões de dólares) aumentado 6,24%, em comparação com 2022, enquanto que as importações da China (73,399 mil milhões de dólares) feitas pelos países lusófonos decresceram 3,45% face a 2022. Este facto permitiu ao conjunto dos Países de Língua Portuguesa ter uma balança de pagamentos positiva recorde face à China de 74,1 mil milhões de dólares.

Contudo, temos de ter em conta que o maior crescimento das exportações se deveu ao Brasil, cujas vendas subiram de forma recorde 11,9% (122,4 mil milhões de dólares), só seguido do aumento recorde de exportações de Moçambique de 33,9% (1,79 mil milhões de dólares) e as vendas de Cabo Verde para a China mais que triplicaram (72 mil dólares). Os outros países de língua Portuguesa diminuíram as respetivas exportações para a China em 2023 (segundo informam os Serviços de Alfândegas da China).

No ano de 2024, entre os meses de janeiro e de setembro, as exportações lusófonas para a China aumentaram 2,6% nos primeiros nove meses de 2024, sendo o melhor arranque de ano de sempre (100,3 mil milhões de euros). Novamente, tal crescimento deveu-se ao Brasil cujas vendas para a China cresceram 2,8%, (83,8 mil milhões de euros), um novo máximo para os primeiros nove meses do ano. As vendas de Angola para a China aumentaram 2,2% (para 12,4 mil milhões de euros), as exportações de Moçambique cresceram mais 6,1% (para 1,16 mil milhões de euros); também as exportações de Portugal para a China subiram 8,9% (2,14 mil milhões de euros). Contudo, reduziram-se as exportações da Guiné Equatorial (desceram 16,8%), de Cabo Verde (menos 82,4%), de Timor Leste (menos 99%), e de São Tomé e Príncipe (menos 91,1%). Assim, nos anos de 2023 e de 2024, a China continua a ser o maior parceiro comercial de Portugal na Ásia, e o investimento português na China cresceu de forma constante (segundo os Serviços de Alfândegas da China).

Portugal, sendo coerente com a sua tradição histórica de promotor da primeira Globalização da Era Moderna e para se salvaguardar das crises das economias ocidentais, deve saber diversificar os seus circuitos económicos a outras economias, nomeadamente, na África, na América do Sul e na Ásia, intensificando a sua cooperação com a China, em energia limpa, veículos verdes, entre outros campos tecnologicamente avançados, que incorporem mais valor nos produtos a produzir.

Será fundamental reforçar a participação portuguesa na Iniciativa Chinesa da nova Rota da Seda (Iniciativa Cinturão e Rota), particularmente com a criação da dupla conexão de Sines, com a ferrovia intraeuropeia ligada a Madrid por um lado, e com o porto oceânico de Sines à Rota Marítima da Seda.

A sociedade civil tem também uma atividade muito diversificada e importante, desde as relações económicas às culturais e às científicas. É intensa a atividade de diversas associações de promoção do comércio e indústria de grandes, médias e

pequenas empresas (umas mais consolidadas outras mais recentes).

É fundamental promover a dimensão cultural, o diálogo cultural, promover os estudos chineses na Europa, para realçar as fortes sinergias e ligações entre Portugal/Europa e a China.

Nas relações culturais, o Ano Novo Chinês, da iniciativa das diferentes comunidades chinesas, em especial do Norte e Centro de Portugal, com apoio da Embaixada da China, é sempre uma grande festa pública que mobiliza a população portuguesa das respetivas cidades. Durante o ano de 2023 e 2024 foram organizadas várias conferências, espetáculos e exposições sobre a China. Receberam-se inúmeras delegações chinesas em Portugal e muitas outras portuguesas se deslocaram à China.

Devido ao serviço público científico e cultural, que presta a nível internacional, destaco a Biblioteca Digital Macau-China², que o Observatório da China criou em parceria com a Biblioteca Nacional de Portugal e a Fundação Macau. A Biblioteca já disponibiliza mais de 200 mil páginas de livros e documentos, com as descrições portuguesas escritas entre os Séculos XVI e XIX, fundamentais para a História de Macau e do seu papel no Mundo, que foi pioneiro no relacionamento de charneira entre o Ocidente e a China. Mas possui igualmente descrições sobre todos os continentes e mares navegados pelos Portugueses.

No sentido de combater a desinformação existente no Ocidente sobre a China, o Observatório da China investe na atualização do seu site, com uma apresentação moderna e profissional de notícias diárias, apesar de se realizar de forma voluntária. O Observatório da China organizou conjuntamente com a Biblioteca Nacional de Portugal e na sua principal galeria, a exposição de cartografia e arte – *A China vista da Europa: séculos XVI-XIX*³, com o apoio de centros de investigação e universidades de Portugal, de Itália da América e da China. Tendo estado patente entre novembro de 2023 a março de 2024, com a visita de milhares de visitantes.

A Comunidade portuguesa na China e a Chinesa em Portugal têm crescido desde a criação da Região Administrativa Especial de Macau de tal forma que, para além da Embaixada em Beijing e do Consulado em Macau, Portugal abriu um novo consulado em Guangzhou. Por outro lado, a Comunidade Chinesa em Portugal tem vindo a crescer moderadamente, sendo a décima maior comunidade estrangeira do país, composta em 2024 por cerca de 35 mil chineses e sino portugueses.

O Ocidente, e a Europa em particular, deveriam considerar a China como um parceiro e não como uma ameaça. Pensamos ser necessário encorajar uma visão positiva

2 Disponível - <http://purl.pt/26918/1/EN/index.html> através do site do Observatório da China; e no site da Biblioteca Nacional de Portugal - <https://www.observatoriodachina.org/en/biblioteca-en>

3 https://www.bnportugal.gov.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=1844%3Aa-china-vista-da-europa&catid=174%3A2023&Itemid=1831&lang=pt

da Europa sobre a China e anular preconceitos ligados à chamada “Ameaça Chinesa” e combater notícias falsas. É necessário aprofundar o diálogo e o desenvolvimento das relações económicas de confiança entre a Europa e a China.

É essencial ao desenvolvimento económico e social dos povos que a paz seja restaurada, bem como a redução das alterações climáticas e da pobreza.

As relações entre Portugal e a China devem (como sempre aconteceu) continuar a aprofundar-se com benefício e respeito mútuos!

Rui Lourido

Presidente do OC



CAROLINE CICARELLO

PESQUISADORA E ASSOCIADA DO OBSERVATÓRIO DA CHINA, DIRETORA DA CÂMARA DE COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PORTUGAL-CHINA, E MESTRE EM DIREITO NA ESCOLA DA ROTA DA SEDA DA UNIVERSIDADE RENMIN DA CHINA

A INICIATIVA CINTURÃO E ROTA (ICR)

A Iniciativa Cinturão e Rota (ICR) representa a expressão internacional da capacidade chinesa da projeção da oferta e da procura ao nível mais elevado das industriais tradicionais e tecnológicas, como pontuado por Xi Jinping. Neste contexto, a China oferece aos países em desenvolvimento, duas características principais. Primeiro, corresponde a capacidade chinesa de absorver a informação de mercado através das State-Owned Enterprises (SOEs) e das empresas não-públicas chinesas, capaz de gerar sinergias estratégicas para disputar os mercados internacionais. Além disso, a China pode executar transferências de tecnologia que podem favorecer a produtividade do trabalho nos países em desenvolvimento, sendo outra característica relevante na disputa de mercados internacionais. Portanto, a China oferece através do ICR, uma plataforma de realocação dos mercados internacionais que podem favorecer os países em desenvolvimento, servindo de plataforma para os Países de Língua Portuguesa e BRICS+.

Caroline Cicarello (卡罗琳·奇卡雷洛) ——中国观察站研究员及成员、葡萄牙-中国合作发展协会会长，中国人民大学丝路学院法学硕士

一带一路倡议体现了中国特色供需体系在传统工业与科技产业最高水平的国际化成果，正如习近平主席所指出的那样。在此背景下，中国为发展中国家提供了两大核心优势。首先，中国能够通过国有企业和民营企业高效整合市场信息，形成参与国际市场竞争的战略协同效应。其次，中国实施的技术转移有效提升发展中国家劳动生产率，这成为争夺国际市场的另一关键优势。因此，中国通过一带一路倡议构建了有利于发展中国家的国际市场配置平台，该平台尤其为葡语国家和金砖+国家提供了重要合作支点。



ELIAS JABBOUR

CONSULTOR DA PRESIDÊNCIA DO NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO (NDB)

OS BRICS E A ICR, ALTERNATIVA PARA OS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

No caso brasileiro e considerando os países periféricos, possui elevada importância um reforço estatal para o desenvolvimento econômico, mas que considere o contexto do exterior. No processo de desenvolvimento chinês, houve a clara demonstração da capacidade chinesa de construir trens de alta velocidade, que ainda está em expansão, com mais linhas e tecnológicas.

A China possui grande capacidade de produzir bens de uso, especialmente no âmbito da Iniciativa Cinturão e Rota (ICR), sendo uma alternativa para o desenvolvimento econômicos para os países em desenvolvimento, inclusive o Brasil. Existe uma globalização liderada pela China, intimamente ligada com a capacidade da China em exportar bens de uso. Isso impulsiona a multipolaridade. Os BRICS+ não surgem como uma aliança anti-Occidental, apenas não é uma articulação de países ocidentais no desenvolvimento econômico.

Elias Jabbour (埃利亚斯·雅布尔) ——新开发银行 (NDB) 行长顾问

就巴西及其外围国家而言，在兼顾外部环境的前提下强化国家对经济发展的主导作用至关重要。中国的发展历程鲜明展现了其高铁建设能力——这一技术优势仍在持续扩展，不仅体现为线路网络的延伸，更包含技术体系的升级。特别是在一带一路倡议框架下，中国强大的消费品生产能力为发展中国家（包括巴西）提供了全新的经济发展路径。当前存在一种由中国引领的全球化模式，其核心动能正是中国消费品的出口优势，这一模式有力推动了世界多极化进程。金砖+并非反西方联盟，而是不同于西方发达国家集团的一种经济发展协作模式。



CHOI MAN HIN

PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE COMERCIANTES E INDUSTRIAIS LUSO-CHINESA

AS RELAÇÕES CHINA-UNIÃO EUROPEIA

RESUMO (LAYOUT)

Num quadro de redefinição do equilíbrio internacional e de procura de estreitamento de laços com parceiros estratégicos, a União Europeia apresenta-se como um pilar global cuja relação com a China tem conhecido momentos de proximidade e afastamento ao longo dos anos.

Não obstante, o entendimento entre as partes tem subsistido de forma positiva até hoje, tanto que são múltiplos os países europeus que integram o projecto chinês para o novo século, dinamizando assim as relações entre a União Europeia e a China.

在国际格局重塑与寻求同战略伙伴加强联系的时代背景下，欧盟作为全球重要支柱，多年来与中国的关系既有紧密也有疏离。

尽管如此，双方的共识至今仍保持积极态势，众多欧洲国家已加入中国迈向新世纪的新丝路倡议，从而为欧中关系注入了新动力。

Exmos Senhores

Zhao Bentang, Embaixador da República Popular da China em Portugal;

Ms. Caroline Cicarello;

Mr. Elias Jabbour;

Dr. Vítor Ramalho;

Professora Fernanda Ilhéu;

Senhores Oradores convidados,

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Em meu nome pessoal, e em nome da Associação de Comerciantes e Industriais Luso-Chinesa, quero, desde já, congratular-me pela presença de tão ilustres convidados nesta importante conferência que pretende refletir e contribuir para desenvolver o grande potencial das relações de Portugal com a China no âmbito da União Europeia e do Sul Global, com especial destaque para o atual erguer do Brasil e da África, onde se destaca a Língua Oficial Portuguesa.

Por isso mesmo, é com enorme satisfação que aceitei o convite para reflectir sobre os temas “Cooperação com a China num Mundo Multipolar, a Europa, a Nova Rota da Seda e o alargamento dos BRICS”.

Num quadro de permanente mudança, o contexto das relações entre a União Europeia e a República Popular da China não está indiferente às alterações das novas dinâmicas regionais, sobretudo na condução das suas políticas externas e revela-se especialmente importante se considerarmos que falamos de duas das maiores economias globais da atualidade.

A afirmação internacional da China, nos últimos anos, tem sido objeto de estudo de inúmeros académicos e investigadores das mais variadas áreas. A sua condição demográfica, geográfica, política, militar e, mais recentemente, económica, tem impulsionado o interesse sobre a sua ação e posição no sistema internacional.

Neste sentido, o lançamento do projecto de cooperação internacional Nova Rota da Seda por parte do governo de Pequim, em 2013, aumentou quer esse interesse, quer as expetativas em relação àquele que será o seu desempenho no contexto internacional.

Paralelamente a isto, num quadro de redefinição do equilíbrio internacional e de procura de estreitamento de laços com parceiros estratégicos, a União Europeia apresenta-se como um pilar global cuja relação com a China tem conhecido momentos de proximidade e afastamento ao longo dos anos.

Não obstante, o entendimento entre as partes tem subsistido de forma positiva até hoje, tanto que são múltiplos os países europeus que integram o projecto chinês

para o novo século, dinamizando assim as relações entre a União Europeia e a China.

Na realidade, tem sido evidente o impacto da Nova Rota da Seda nas relações entre a União Europeia e a República Popular da China, atendendo à evolução das relações entre ambos nos últimos vinte anos, assim como ao interesse em aderir a este mega projecto dos países que integram os BRICS.

Inspirada numa visão estratégica adequada, depois de uma crise económica, em 2008, que assolou praticamente todos os Estados-membros da União Europeia, Pequim prosseguiu a sua estratégia externa orientada para ocidente.

Com a constante evolução do quadro mundial nos últimos anos, a nível, político, económico e social, existirão, certamente, pensamentos distintos dentro da política chinesa em relação ao futuro.

Será, provavelmente, o momento de refletir sobre este megaprojeto, de ajustar e reequilibrar a sua estratégia e execução.

Não querendo isto dizer que será o fim da “Nova Rota da Seda”, tendo em consideração interesses maiores em prol do desenvolvimento económico e prosperidade à escala mundial.

Faço votos para que a cooperação e amizade entre Portugal e a China dure para sempre!

Em nome da Associação dos Comerciantes e Industriais Luso-Chineses, quero manifestar o meu desejo que esta Conferência Internacional de Cooperação Portugal-China se renove e que mais edições se realizem nos próximos anos.

A todos, muito obrigado.



VITOR RAMALHO

PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO CÍVICA PARTICIPAR+, EX-SECRETÁRIO-GERAL DA UCCLA, EX-SECRETÁRIO ADJUNTO DO MINISTRO DA ECONOMIA

MULTIPOLARIDADE, BRICS E NOVA ROTA DA SEDA

RESUMO (LAYOUT)

Só as profundas alterações que sob os nossos olhos se têm desenvolvido, de forma vertiginosa, nos últimos anos, à escala planetária, justificam as mudanças a que assistimos, dando lugar à multipolaridade e à criação dos BRICS e, com ambos, à gestação da NOVA ROTA DA SEDA.

近年来，在我们眼前以惊人速度发生的全球性深刻变革，正是我们目睹的多极化格局形成、金砖国家崛起以及随之而来的丝绸之路孕育之必然。

Agradeço muito o convite que me foi dirigido para intervir nesta tão meritória iniciativa, com um muito interessante título para o painel em que intervenho, pretendendo abordar a cooperação com a República Popular da China, num mundo multipolar, a Europa, a nova Rota da Seda e o alargamento dos BRIC's (BRICS, trata-se de uma sigla em inglês, sem apóstrofe, "Brazil/Russia/India/China/South Africa").

Felicitó, por isso, os organizadores do evento, começando por fazer notar que os BRIC's surgiram, na sua configuração primitiva, com o Brasil, a Rússia, a Índia e a China, a que mais tarde viria a associar-se a África do Sul.

Os fundamentos para esta associação foram legitimados pelo facto de ser expectável que os quatro primeiros países pudessem vir a ter, a meio do século XXI, 50% do PIB mundial.

Como aliança política, que pretende ser, foi seu propósito vir a alcançar maior influência geopolítica através do aprofundamento da cooperação económica, visando

um desenvolvimento conjunto.

É sabido que, recentemente, aderiram outros países, com diferentes graus de desenvolvimento, como o Egipto, a Etiópia, os Emiratos (Emirados) Árabes Unidos, o Irão e a Arábia Saudita.

Cerca de três anos após a fundação dos BRIC's surgiu o Cinturão e a Rota, mais conhecido pela Nova Rota da Seda, tendo por objetivo fazer a aproximação da República Popular da China ao mundo dos investimentos e projetos, alicerçados sobretudo em infraestruturas.

Compreende-se, por isso, que o programa incluía nesta mesa redonda (mesa-redonda) o mundo multipolar e a Europa.

Só as profundas alterações que sob os nossos olhos se têm desenvolvido, de forma vertiginosa, nos últimos anos, à escala planetária, justificam as mudanças a que assistimos, dando lugar à multipolaridade e à criação dos BRIC's e, com ambos, à gestação da NOVA ROTA DA SEDA.

Estas alterações não deixam de nos transportar para o registo histórico dos factos, confrontando-os com a atualidade.

Esta reflexão é tanto mais necessária quanto é certo que a Rota da Seda quando se afirmou na antiguidade e na Idade Média, teve maioritariamente como alicerce de relacionamento a prevalência do comércio da seda e outras mercadorias, suscitando curiosidade às pessoas pela atratividade cultural do desconhecido.

A NOVA ROTA DA SEDA não tem uma parte desta base, considerando serem outros os seus objetivos.

O objetivo desta NOVA ROTA DA SEDA é, fundamentalmente, económico-financeiro, prevalecendo as relações entre os Estados, tendo como impulsionador a República Popular da China.

Os cidadãos, individualmente considerados, são naturalmente os destinatários das infraestruturas e projetos na NOVA ROTA DA SEDA, mas não são os interlocutores diretos, como da Rota da Seda da antiguidade e da Idade Média.

O tempo decorrido entre o início (início) da NOVA ROTA DA SEDA até ao presente, ainda é muito curto para se poder aferir os resultados finais, sabendo-se, através da revisitação da História, que é a Cultura que deixa marcas nas civilizações e na história destas.

Admito que, em função da experiência adquirida na profusão dos projetos, o relacionamento da Nova Rota da Seda no domínio cultural com os povos dos países beneficiários venha a ser incorporado de forma mais expressiva.

Sob a atual União Europeia, por exemplo, nasceu um projeto, essencialmente económico-financeiro, a CEECA – Comunidade Económica do Carvão e do Aço, perante a necessidade de salvaguardar a defesa complementar do aço e do carvão,

não deixando de evoluir para outros patamares, dando lugar à CEE – Comunidade Económica Europeia e desta à União Europeia.

Como é sabido, esta valoriza hoje também a cultura, promovendo a troca de experiências (experiências) de jovens europeus de diferentes países no domínio universitário, através do programa ERASMUS, aproximando diferentes identidades do todo europeu.

Mero exemplo.

O mundo em que hoje vivemos, multipolar, ainda muito incerto, encontra-se em gestação, suscitando múltiplas interrogações, inclusive por toda a Europa.

Por esta razão, não posso deixar de registar que nenhum país que integra a U.E. faz parte dos BRIC's e muito dificilmente fará, quanto mais não seja – e outras razões existem – pela própria natureza do desenvolvimento que apresentam, em média superior aos países que integram os BRIC's.

Há que aguardar para se poder apurar se nos BRIC's, países com diferenciados graus de desenvolvimento económico, podem – e de que forma – salvaguardar os objetivos pretendidos, atendendo ainda à descontinuidade territorial, em particular aos que resultam das últimas adesões.

Muito interessa, com todo o respeito pela participação nesta importante iniciativa, o contributo que entendi que posso e devo dar, inclusive para o debate sobre questões tão desafiantes que envolveram, como procurei deixar claro, reflexões que devem enfatizar a importância da cultura na essência do projeto da NOVA ROTA DA SEDA.

É por esta via que a curiosidade individual dos cidadãos pela civilização milenar da República Popular da China se reforça, como sucedeu com a Rota da Seda da antiguidade e da Idade Média.

Para terminar, felicito os membros da organização por mais esta meritória iniciativa.



MARIA FERNANDA ILHÉU

PROFESSORA JUBILADA INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO (ISEG) /UNIVERSIDADE DE LISBOA. INVESTIGADORA DO CESA/ISEG. PRESIDENTE ASSOCIAÇÃO AMIGOS DA NOVA ROTA DA SEDA

A IMPORTÂNCIA DOS NETWORKS DE NEGÓCIOS DAS DIÁSPORAS LUSO-CHINESAS NUM ECOSSISTEMA ECONÓMICO EM MUDANÇA

RESUMO (LAYOUT)

A competição estratégica entre os EUA e a China, tem evoluído para uma bipolarização da economia mundial, em dois ecossistemas comerciais e económicos, sobretudo depois de 2017, com a implementação por parte de Donald Trump de uma guerra comercial e tecnológica contra a China e com a resposta de Xi Jinping no Fórum de Davos 2017 a esse anúncio, desafiando aos EUA a liderança da globalização...

Os EUA adotaram a combinação de uma estratégia de menos globalização ou mesmo antiglobalização com um decoupling das suas atividades económicas da China e um reshoring back da capacidade industrial americana...

Por razões mercantilísticas e ideológicas e também pressionada pelos EUA, em 2019, a EU descreveu a China, como um país que é “um parceiro para a cooperação, um concorrente económico e um rival sistémico”...

No entanto a UE não é tão radical como os EUA, no seu relacionamento com a China, antes optando por minimizar o nível de risco originado pela China, implementando uma estratégia a que chamou de-risking...

A estratégia de China “Dupla Circulação” expressa no seu Plano Quinquenal 2021-2025, antecipa a criação destes 2 blocos comerciais, USA e UE de um lado e China do outro e pretende a autossustentação da economia chinesa num mundo com estas características...

...a resposta da China ao decoupling americano e ao de-risking europeu, é reforçar o grau de internacionalização e globalização das suas empresas, aumentando a sua presença noutros mercados. Esta diversificação de mercados tem sido feita sobretudo para os mercados de África,

Ásia e América Latina. O enquadramento desta estratégia tem sido o aumento da assinatura de acordos de cooperação e comércio bilaterais com muitos países dessas regiões, mas também com assinatura de acordos multilaterais...

No entanto a política mais estruturante desta diversificação em áreas de cooperação económica é a Iniciativa "Uma Faixa Uma Rota e a Nova Rota da Seda Marítima do Século XXI", lançada em 2013 por Xi Jinping que é explicada no documento, Visão e Ações na Construção Conjunta da Faixa Económica da Rota da Seda e a Rota da Seda Marítima do Século XXI...

A visão para esta iniciativa da China, é a constituição de networks de zonas livres de comércio, uma forma dos países interligarem as suas estratégias de desenvolvimento, complementando as suas vantagens competitivas...

中美战略竞争已促使世界经济向两大经贸生态系统两极分化，这一趋势在2017年后尤为显著——当时特朗普政府对中国发动贸易科技战，而习近平主席在2017年达沃斯论坛上对此作出回应，对美国的全球化领导地位提出挑战.....

美国采取去全球化甚至反全球化战略，推行对华经济脱钩，并实施产业回流政策.....

出于重商主义、意识形态考量及美国施压，欧盟在2019年将中国定位为"合作伙伴、经济竞争者和制度性对手".....

不过欧盟在对华关系上不似美国激进，而是选择通过实施"去风险"战略来降低中国相关风险.....

中国在"十四五"规划中提出的"双循环"战略，预见了美欧与中国形成两大贸易板块的格局，旨在使中国经济在此种世界格局中实现自给自足.....

面对美国脱钩与欧洲去风险策略，中国的回应是加强企业国际化与全球化程度，拓展非洲、亚洲和拉丁美洲等新兴市场。这一多元化战略通过与其他国家签署双边及多边经贸合作协议推进.....

而最具结构性的经济合作多元化政策，是2013年习近平主席提出的一带一路倡议。该战略在《推动共建丝绸之路经济带和21世纪海上丝绸之路的愿景与行动》文件中得到阐释.....

该倡议旨在构建自由贸易区网络，使各国能够对接发展战略，实现优势互补.....

UMA ECONOMIA MUNDIAL: DOIS ECOSISTEMAS COMERCIAIS E ECONÓMICOS

BOIS BLOCOS COMERCIAIS E ECONÓMICOS EM FORMAÇÃO

A competição estratégica entre os EUA e a China, tem evoluído para uma bipolarização da economia mundial, em dois ecossistemas comerciais e económicos, sobretudo depois de 2017, com a implementação por parte de Donald Trump de uma guerra comercial e tecnológica contra a China e com a resposta de Xi Jinping no Fórum de Davos 2017 a esse anúncio, desafiando aos EUA a liderança da globalização.

Este processo é descrito por Hung Tran em setembro 2020 na edição do Atlantic Council “*One World, Two Systems Take Shape during the Pandemic*”, concluindo que quer os EUA quer a China, têm desenvolvido estratégias para competir na segurança e influência política no novo meio-ambiente global.

Os EUA adotaram a combinação de uma estratégia de menos globalização ou mesmo antiglobalização com um *decoupling* das suas atividades económicas da China e um *reshoring back* da capacidade industrial americana. Esta estratégia americana é bem vista por grande parte da sua população que nutre um sentimento antiglobalização e especialmente anti China, por considerar que a deslocalização para este país de muitas empresas americanas é responsável pela perda de capacidade económica da classe baixa e média assalariada e por a China se assumir como desafiadora da liderança económica global o que é insuportável pelo forte sentimento hegemónico global dos americanos.

Por razões mercantilísticas e ideológicas e também pressionada pelos EUA, em 2019, a EU descreveu a China, como um país que é “*um parceiro para a cooperação, um concorrente económico e um rival sistémico*”.

No entanto a UE não é tão radical como os EUA, no seu relacionamento com a China, antes optando por minimizar o nível de risco originado pela China, implementando uma estratégia a que chamou *de-risking*. Na realidade em junho 2023 a UE publicou uma Comunicação Conjunta sobre a Estratégia de Segurança Económica Europeia, onde introduziu formalmente a palavra *de-risking* na sua aproximação estratégica em relação à China.

Talvez este menor radicalismo, tenha na altura sido ocasionado pela posição da Chanceler alemã Angel Merkel, que em 15 janeiro de 2020, numa entrevista ao Financial Times, declarou que Berlim não tinha intenção de seguir o *decoupling* americano, dizendo que não se pode ser contra a China por esta ter sucesso económico e alertando para as consequências negativas de seguir ideologias de soma-zero, de desmantelamento das cadeias de valor global e, de ignorar o paradigma das economias de escala, a eficiência e efetividade de custos na cooperação internacional num mundo sem fronteiras.

Na 24ª Cimeira China - UE realizada em Pequim em dezembro de 2023, a presidente

da UE, Ursula von der Leyen afirmou que a UE não pretende *decouple* da China, mas sim estabelecer uma relação de longo-prazo estável e lucrativa.

É importante analisar as diferenças entre *decoupling* e *de-risking*. Ambas indicam falta de confiança no relacionamento corrente, contudo *decoupling* é um divórcio efetivo enquanto *de-risking* é mais uma atitude de precaução, tipificada por introduzir medidas preventivas para reduzir riscos.

Capri (2023, p. 2) define *decoupling* como uma “separação completa dos laços entre duas economias. Envolve o desmantelamento das relações comerciais e de investimento existentes, rompendo as cadeias de suprimentos e estabelecendo uma nova parceria económica em outro lugar” e o *de-risking* como uma redução de riscos uma “uma abordagem gradual que se concentra na mitigação de riscos específicos associados ao envolvimento econômico com um determinado país”.

A estratégia de *de-risking* da UE em relação à China parece querer conciliar os interesses de manter as relações económicas e de negócios com a China e também um diálogo para compromisso nos diferentes valores sistémicos entre a UE e a China.

Os académicos, os membros do governo e os media chineses rejeitam a distinção e afirmam que é uma questão de semântica, mas para eles “*de-risking* é um *disfarce de decoupling*”. Pequim contesta ambos e considera-os uma forma de protecionismo comercial. É irrealista esperar que qualquer um dos blocos mude os valores do outro. Se isso não for bem-sucedido, o século XXI testemunhará a formação de blocos comerciais baseados em diferentes regimes políticos e ideológicos, e os benefícios económicos da interdependência mundial do mundo sem fronteiras tornar-se-ão obsoletos.

A estratégia de China “*Dupla Circulação*” expressa no seu Plano Quinquenal 2021-2025, antecipa a criação destes 2 blocos comerciais, USA e UE de um lado e China do outro e pretende a autossustentação da economia chinesa num mundo com estas características.

Um pilar da “*Dupla Circulação*” é a circulação internacional cujo objetivo é diversificar o seu comércio externo e a sua dependência dos seus principais mercados os EUA e a União Europeia. Pretende alcançar uma maior globalização, nomeadamente em novos mercados, para ter acesso livre aos mercados internacionais especialmente aos mercados de capitais, nomeadamente Investimento Direto Estrangeiro e alta tecnologia, para além da exportação dos seus produtos como é obvio e simultaneamente prepara uma autossustentação sobretudo tecnológica para reduzir a sua vulnerabilidade às pressões do estrangeiro sobretudo aos EUA, e às cíclicas flutuações financeiras e económicas internacionais.

O outro pilar da “*Dupla Circulação*” é a circulação interna fazendo a sua economia

depender mais do consumo interno, promovendo a inovação indígena e a melhoria da qualidade do crescimento orientado pela atividades domésticas, fomentando numa maior integração interna das cadeias de valor, reduzindo a sua dependência de importações sobretudo em áreas como produtos alimentares, energia e tecnologias avançadas e uma maior integração logística e burocrática das suas províncias praticando a livre circulação de bens e pessoas entre elas.

Esta estratégia pretende equilibrar uma menor globalização pretendida pelos EUA e EU com a autossustentação da economia chinesa.

Beugelsdijk e Luo (2024) concluíram que a preocupação corrente quer dos EUA, quer da UE, quer da China, é proteger as suas indústrias e tecnologias utilizando narrativas que enfatizam a segurança nacional, criando o seu novo paradigma de protecionismo provocado por razões geopolíticas e que pode ser considerado a causa da de-globalização.

Podemos, no entanto, antecipar que o intervencionismo e protecionismo nacionalista aponte numa direção económica e comercial e as cadeias de valor global das empresas multinacionais noutra, porque têm consciência que da primeira resultará um aumento significativo de altos custos económicos e comerciais.

Após esta nota introdutória vamos de seguida analisar os fundamentos e as consequências em termos de comércio e de investimento do *decoupling* americano e do *derisking* europeu assim como a reação estratégica da China a ambos.

EUA DECOUPLING

O valor do comércio diário entre os EUA e a China é cerca de US\$2,10 mil milhões e o *decoupling* comercial poderá ter aspetos muito negativos nos mercados financeiros, no investimento, nas cadeias de valor e nos resultados das empresas uma vez que as duas economias estão muito interligadas.

Os objetivos de Washington são bloquear o comércio das tecnologias estratégicas, o que irá provocar alterações significativas nas cadeias de valor global de vários tipos de produtos e serviços. Podemos dividir as estratégias dos EUA para essas cadeias em 3 grupos:

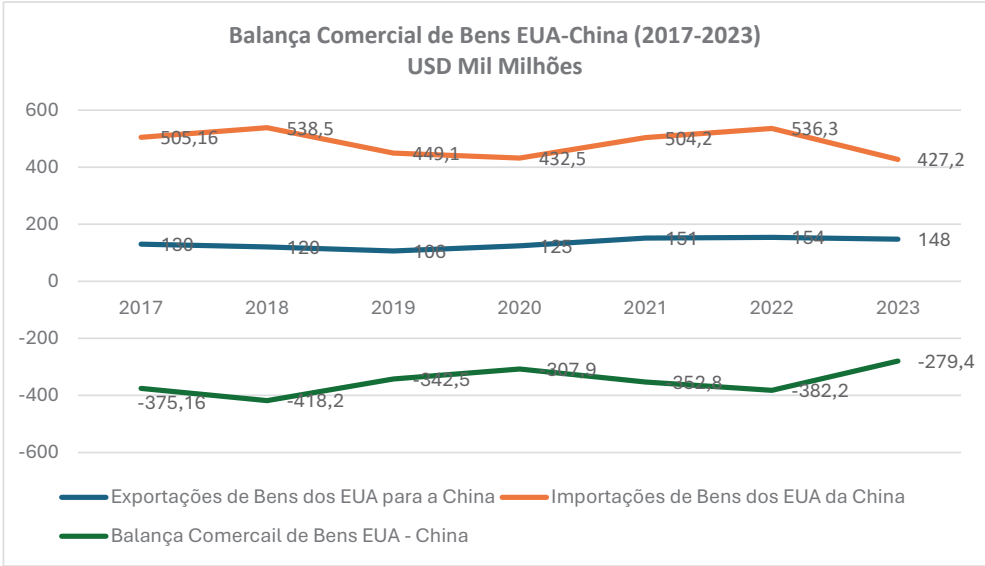
1º - Produtos estratégicos. Cerca de 20% do comércio entre os dois países. Inclui tecnologias fundacionais como semicondutores, software, algoritmos, computação quântica, IA, biotecnologias, telecoms, comunicação por satélite e robótica avançada. Para este grupo a estratégia é *decoupling*.

2º - Produtos de zonas cinzentas de utilização que podem ser usados para fins comerciais mas também para aplicações militares. Para este grupo a estratégia é *de-risking*.

3º - Todos os produtos não estratégicos ou de utilização dupla, como confeções,

produtos alimentares e agrícolas... Para este grupo a estratégia é continuar tudo como está.

Vamos analisar a evolução das trocas comerciais e do investimento entre os dois países entre 2017 e 2023, para perceber os efeitos práticos destas estratégias dos EUA e a reação chinesa.

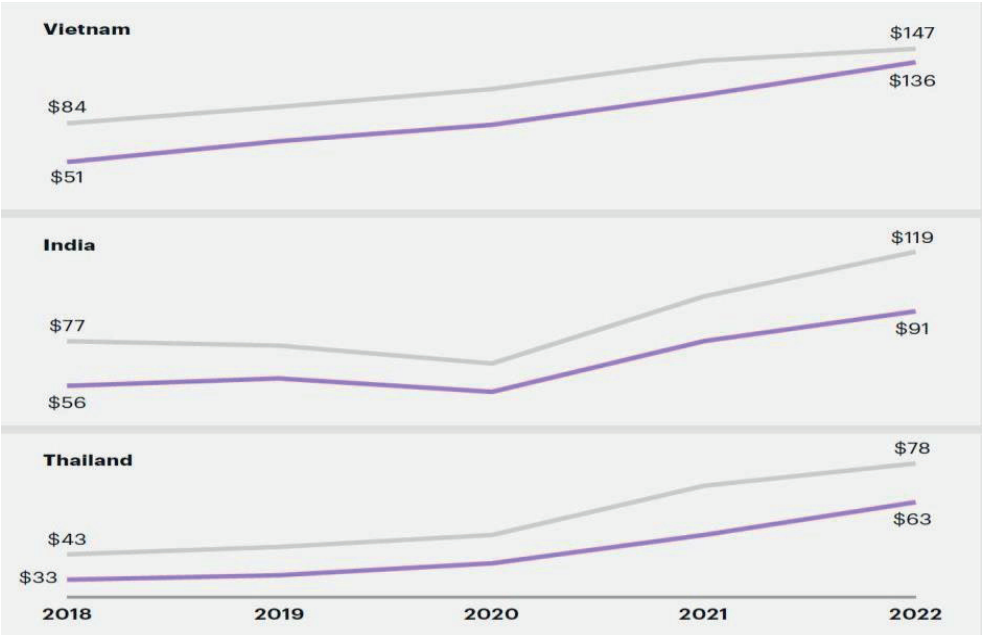


Fonte: Cálculo do autor: CIA Worldfact book; China statistical yearbook (2011-2023); Statista (2023).

Em termos de trocas comerciais quer as exportações dos EUA para a China quer as da China para os EUA, mantiveram em 2023, valores muito próximos dos de 2017, com algumas flutuações ao longo dos anos. Tendo no entanto o saldo de negativo da balança comercial dos EUA diminuído cerca de US\$96 mil milhões.

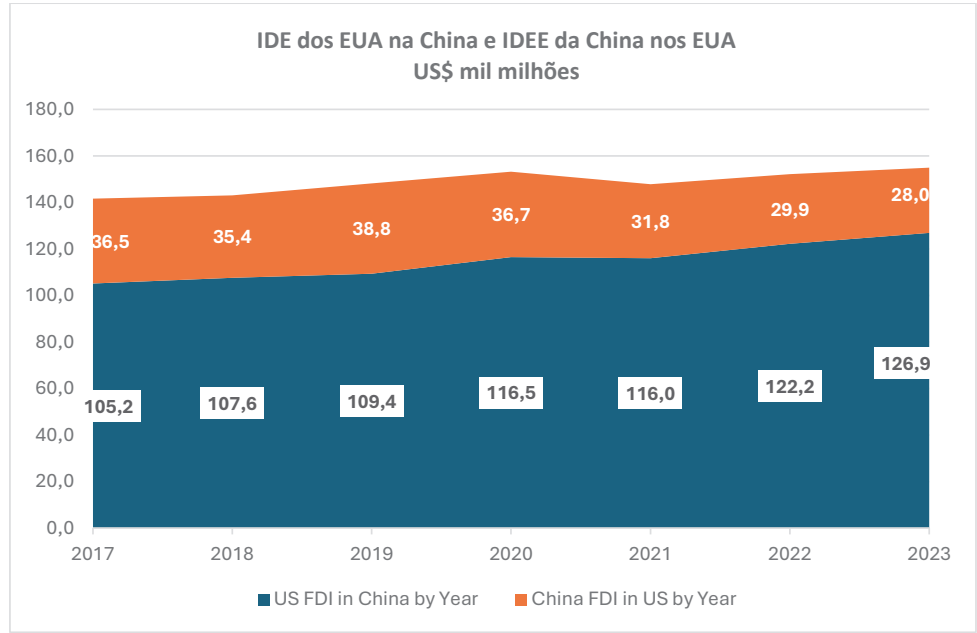
No entanto podemos estar na presença de um desvio de comércio, porque se pode estatisticamente observar no período entre 2018 e 2022, de acordo com a análise de Kearney (2024), que existiu uma correlação estreita, com tendência crescente, entre os fluxos de importações dos EUA de países como Vietname, Índia e Tailândia e das exportações da China para estes países, de produtos onde as cadeias de valor chinesas têm ali uma forte presença. Também o The Economist (27 fevereiro 2024), encontrou uma correlação quase perfeita entre o aumento de exportações do Vietname para os EUA e o aumento das importações da China. Podemos adiantar que as cadeias de valor global se estão a adaptar ao novo meio-envolvente de negócios mundial

FLUXOS DE IMPORTAÇÕES DOS EUA E DAS EXPORTAÇÕES DA CHINA PARA O VIETNAME, ÍNDIA, TAILÂNDIA (2018-2022) - US\$ MIL MILHÕES



Fonte: Kearney (2024) *Made in America: Here to stay.*

Se analisarmos o investimento direto estrangeiro da China nos EUA e o investimento direto estrangeiro dos EUA na China, podemos concluir que o primeiro, no período de 2017 a 2023, praticamente estagnou com tendência decrescente e o segundo aumentou 20,6%.



Fonte: Cálculo do autor: U.S. Embassy and Consulates in China (2024).

Concluimos que o protecionismo comercial e tecnológico dos EUA em relação à China tem um objetivo muito mercantilista, mas também preservar a sua posição de liderança hegemónica mundial em termos económicos e políticos e, que as cadeias de valor global se estão a adaptar ao novo meio-envolvente de negócios entre a China e os EUA e ainda concluir que as empresas americanas permanecem mais interessadas em investir na China do que as empresas chinesas em investir nos EUA.

UE DE-RISKING

A UE e a China são importantes parceiros comerciais com 2,3 mil milhões de euros de comércio de bens por dia, com um crescimento rápido em baterias de lítio, veículos elétricos, módulos fotovoltaicos, produtos de energias verdes.

Como referimos acima a UE não pretende separar-se da China, e espera relações duradoras, estáveis e lucrativas, pretende sim *de-risking* em termos de segurança e de uma dependência excessiva da China em termos económicos.

Peng Gang (2024), Ministro da Economia e Comércio da China na Comissão Europeia nega essa visão politizada sobre comércio e investimento, afirmando:

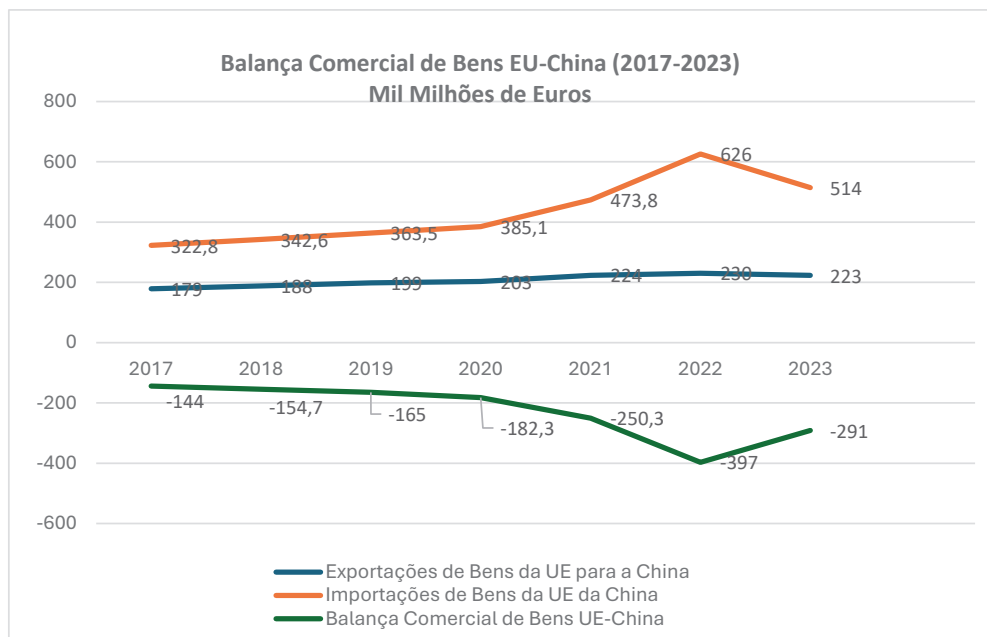
“A UE e a China são os parceiros comerciais mais importantes uma da outra”... “tanto as empresas chinesas quanto as europeias continuam otimistas em relação aos mercados umas das outras”... “a redução de riscos levará à redução de oportunidades”....” Atualmente, a redução de riscos ocupa um lugar de destaque na agenda da política econômica e comercial da UE em relação à China. Entendemos que todas as partes têm suas próprias preocupações com a questão da segurança, mas o que importa é estabelecer limites claros e prevenir riscos racionalmente. Opomo-nos à politização, ideologização e pan-securitização de questões econômicas, por meio das quais a redução de riscos se transforma em “redução de oportunidades” e “redução de cooperação”. Ele conclui que “a competição pode promover o progresso mútuo”.

No entanto o que se verifica é que existem áreas de tensão entre a UE e a China que justificam a estratégia de *de-risking* e que não são meramente mercantilísticas, mas também ideológicas. As áreas de tensão são as seguintes:

1. Atitude mercantilista da China durante o Covid-19. Reconhecimento da UE da alta dependência da China nos produtos de saúde básicos.
2. Déficit comercial UE-China de €395,7 mil milhões em 2022.
3. Práticas de comércio injustas – investigação a alegados subsídios a produtores de veículos elétricos.
4. Posições pouco claras da China relativamente à guerra na Ucrânia, receios que a China esteja a ajudar a Rússia a ultrapassar as sanções.
5. Tensões políticas sobre controles de segurança impostos pela China em Hong Kong e Xinjiang, não respeitando direitos humanos.

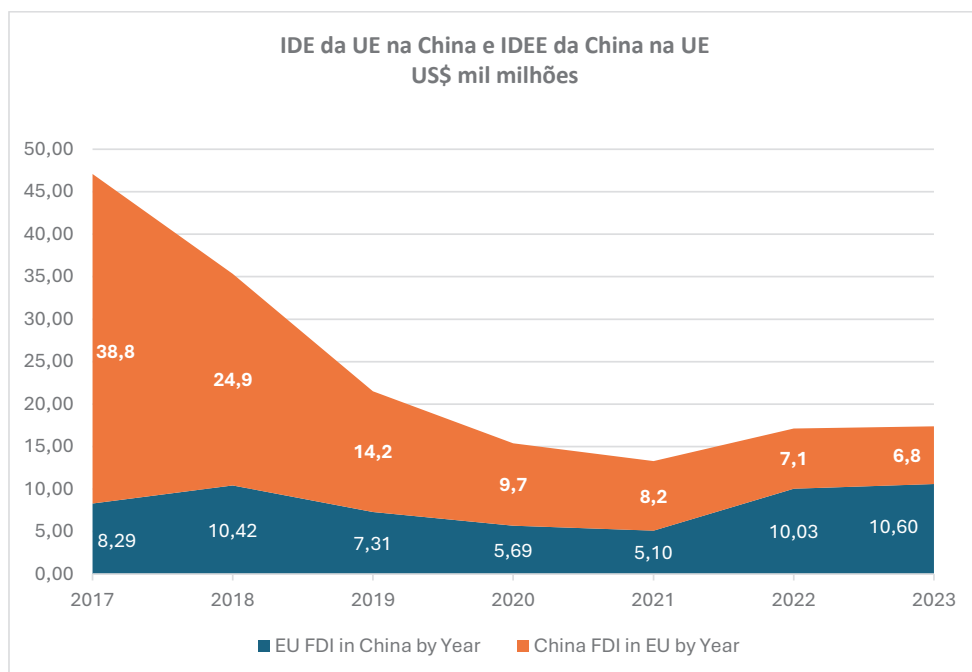
A estratégia de *de-risking* da UE tem 4 dimensões nomeadamente: altas taxas aduaneiras para alguns produtos chineses, controlo do acesso chinês à alta tecnologia europeia, coordenação de alta qualidade e altos subsídios para *reshoring* da indústria.

A resposta dos mercados a estas medidas em termos comerciais não surtiu o efeito pretendido pela UE. Como se pode ver na figura em baixo, as exportações da UE para a China mantiveram-se muito estáveis, mas as importações da UE da China,



Fonte: Cálculo do autor: CIA Worldfact book; China statistical yearbook (2011-2023); Statista (2023).

Se analisarmos o IDE da EU na China e o IDEE da China na EU, vemos que a UE reforçou entre 2017 e 2023 o seu investimento na China em cerca de 28% sobretudo a partir de 2022, mas o investimento da China na UE reduziu-se progressivamente em cerca de 82%. De acordo com o Rhodium Group, até 2021 o investimento da China na UE era feito quase 100% mediante Fusões e Aquisições, a partir desse ano passou a ser sobretudo investimento produtivo de raiz.



Source: Author calculation. Statista (2023); Rhodium Group and MERICS Report (2024); Peng Gang (08-04- 2024).

Em 2023 os principais projetos da China na Europa foram nos setores automóvel, baterias, tecnologias de informação e comunicação, bens de consumo e entretenimento, media e educação sobretudo em países como a Hungria, a França, a Alemanha e a Eslováquia, conforme se pode ver no quadro em baixo.

PRINCIPAIS PROJETOS DE INVESTIMENTO CHINÊS NA EUROPA EM 2023 (MILHÕES DE EUROS)

Type	Annouced Date	Chinese investor	Investment	Country	Sector	Value
GFI	Aug 12, 2022	CATL	Battery plant	Hungary	Automotive	7,458
GFI	Jun 28, 2021	AESC	Battery plant	France	Automotive	1,976
GFI	Jun 6, 2018	CATL	Battery plant	Germany	Automotive	1,695
GFI	Mar 30, 2022	Huayou Cobalt	Battery plant	Hungary	Automotive	1,274
GFI	Jul 1, 2022	Volvo (Geely)	Electric vehicle plant	Slovakia	Automotive	1,183
GFI	Aug 6, 2020	TikTok (ByteDance)	Data center	Ireland	Information and Communications Technology	439
GFI	Jun 28, 2023	Jinjiang Capital	Capital increase	Luxembourg	Real Estate and Hospitality	197
M&A	Jun 9, 2022	Xinbao Electrical Appliances	Morphy Richards	United Kingdom	Consumer Products and Services	187
M&A	May 18, 2023	Geely	Aston Martin	United Kingdom	Automotive	160
M&A	Aug 1, 2023	Playtika (Giant)	Youda Games	Netherlands	Entertainment, Media, and Education	148

Fonte: The Rhodium Group and MERICS report (06-06-2024).

A concorrência entre países da EU para atrair os investimentos da China é grande, sobretudo no setor de veículos eléctricos e baterias e na ausência de regras uniformes para escrutinar as condições desses investimentos por parte da UE, cada país concorre oferecendo incentivos a esses projetos.

INVESTIMENTO CHINÊS NA UE TEM BENEFICIADO DE AJUDAS ESTATAIS

Chinese company	Recipient country	Investment amount in EUR million	Grants	Loans	Other support	Subsidized share of total investment (%)
CATL	Hungary	7340	845	-	EUR 2 billion for industrial park	11
CATL	Germany	1800	7.5	-	-	0
Envision AESC	France	1317	-	450	-	34
Envision AESC	Spain	1310	200	100	-	23
EVE Energy	Hungary	1400	38	-	-	3
Huayou Cobalt	Hungary	1350	132	-	-	10
Semcorp	Hungary	183	34	-	-	19

Fonte: Rhodium Group (02-29-2024) Note: Subsidized share takes grants and loans into account, but not other support.

Podemos concluir que a estratégia de *de-risking* da UE face à China é ainda dúbia, misturada de visões mercantilistas e ideológicas, com afirmações e práticas contraditórias e na ausência de regras uniformes e claras, cada país tenta negociar bilateralmente com a China, tentando atrair o investimento chinês para setores estratégicos. Em termos de balança comercial os efeitos do *de-risking* não têm sido eficazes em termos de diminuir os saldos negativos da UE com a China.

CHINA MAIS GLOBALIZAÇÃO

Como referimos atrás, a resposta da China ao *decoupling* americano e ao *de-risking* europeu, é reforçar o grau de internacionalização e globalização das suas empresas, aumentando a sua presença noutros mercados. Esta diversificação de mercados em sido feita sobretudo para os mercados de África, Ásia e América Latina. O enquadramento desta estratégia tem sido o aumento da assinatura de acordos de cooperação e comércio bilaterais com muitos países dessas regiões. mas também com assinatura de acordos multilaterais nomeadamente com a ASEAN + 3 (China, Japão, Coreia do Sul) a RCEP-Parceria Económica Regional Abrangente, ambos tratados de livre comércio entre países do Sudeste Asiático, com organizações de foro mais geopolítico como os BRICS e a RCO-Organização para a Cooperação de Xangai, que estão a evoluir cada vez mais para organizações de cooperação também económica

e fóruns de iniciativa da China como a FOCAC- Fórum para a Cooperação China-África a plataforma mais compreensiva que promove a cooperação e as relações económicas da China com 53 países africanos com objetivos de desenvolvimento. No entanto a política mais estruturante desta diversificação em áreas de cooperação económica é a Iniciativa “Uma Faixa Uma Rota e a Nova Rota da Seda Marítima do Século XXI”, lançada em 2013 por Xi Jinping que é explicada no documento, Visão e Ações na Construção Conjunta da Faixa Económica da Rota da Seda e a Rota da Seda Marítima do Século XXI, (março de 2015, NDRC e MOFCOM) afirmando que *“Os países ao longo da Faixa e Rota podem coordenar totalmente suas estratégias e políticas de desenvolvimento económico, elaborar planos e medidas para a cooperação regional, negociar a resolução de problemas relacionados à cooperação e fornecer apoio à implementação de projetos de cooperação em larga escala”*.

A visão para esta iniciativa da China, é a constituição de networks de zonas livres de comércio, uma forma dos países interligarem as suas estratégias de desenvolvimento, complementando as suas vantagens competitivas. As rotas de cooperação e conectividade podem ser físicas (terrestres, marítimas, aéreas), digitais, saúde, espaciais, verdes.

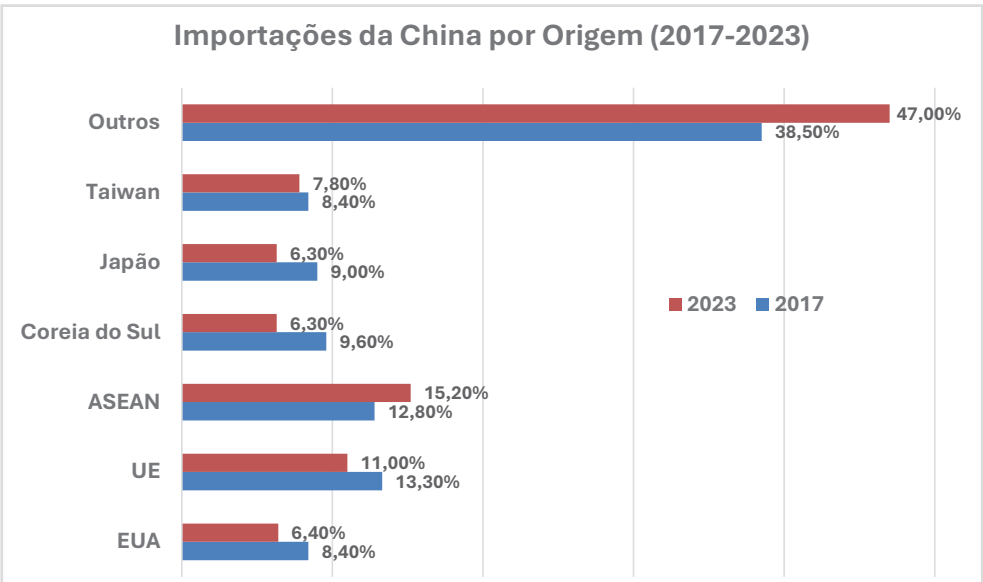
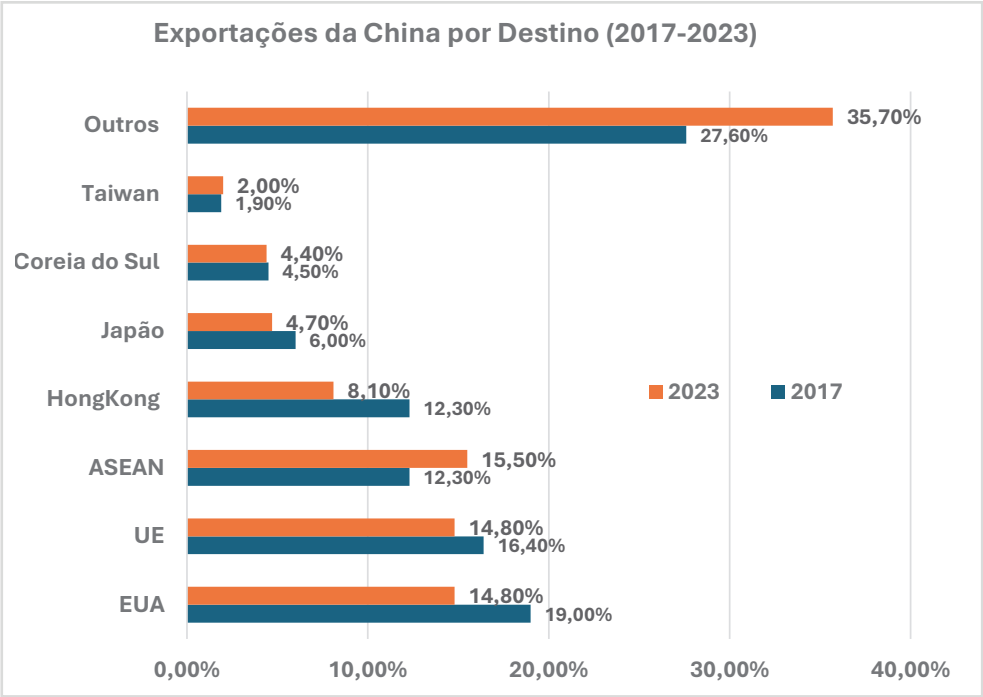
São novas formas de progresso, que pretendem reduzir barreiras e colocar os países a trabalhar em conjunto, com um novo *mindset*, baseado no conhecimento, conectividade, confiança e cooperação. A China trabalha nesta iniciativa com os países com quem assinou protocolos de cooperação.

No período de 2013 a 2023, 154 países e 32 organizações internacionais tinham assinado com a China Memorandos de Entendimento na Iniciativa Faixa e Rota. Esta iniciativa que visada inicialmente a Eurásia, mas alargou-se a partir 2018, para África e América Latina. Na UE 17 países assinaram Memorandos com a China nesta Iniciativa mas em 2024 a Itália não renovou a assinatura do Memorando Itália – China.

Os resultados desta estratégia de diversificação de parceiros comerciais e desenvolvimento de projetos de cooperação económica em novas geografias tem tido resultados positivos, como se pode ver nos quadros em baixo, a percentagem das exportações da China por destino no período de 2017 a 2023, diminuiu significativamente para os mercados americanos e da UE, no que foi acompanhada por um aumento das exportações para os países da ASEAN, que é hoje o grande comprador dos produtos *Made in China*. De registar também que Hong Kong neste período perdeu uma percentagem significativa das exportações da China, que como sabemos eram em grande parte reexportadas para outros mercados, sobretudo o americano e o dos países europeus. De referir também que neste período a percentagem de exportações chinesas para outros mercados indiferenciados cresceu de 27,60% para 35,70%.

Analisando as importações da China por origem verificamos que os países da ASEAN, são também agora, os maiores fornecedores do mercado chinês, com os

EUA e os países da UE a perderem importância nas vendas a este mercado, assim como acontece com o Japão, Coreia do Sul e Taiwan. Também a quota de aquisições da China de países indiscriminados cresceu de 38,50% para 47%.



Fonte: Statistical Communiqué of the People’s Republic of China (2018-2024).

Outra questão importante nesta análise é saber qual é o peso dos países Faixa e Rota na política diversificação de mercados para a economia chinesa. De acordo com o relatório da Chinese Academy of International Trade and Economic Cooperation do MOFCOM (2013-2024), no período de 2013 a 2023, o comércio entre a China e os países Faixa e Rota, passou de 39,2% do total de comércio internacional da China para 46,6%, crescendo a um ritmo de 7,1% ao ano e, evoluindo de US\$1,6 para US\$2,74 trilhões.

Não devemos, no entanto, realizar esta análise com base apenas em resultados do comércio internacional da China com estes países. É relevante vermos também a cooperação em termos de investimento em projetos de desenvolvimento, no âmbito da Iniciativa Faixa e Rota.

De acordo com o referido relatório, nos primeiros dez anos da Iniciativa foram realizados 3000 projetos Faixa e Rota, que alavancaram \$US1,053 trilhão (634b em contratos de construção e 419b em investimento não financeiro), criando 420 000 novos empregos e retirando 40 milhões de pessoas da pobreza absoluta.

Também de referir que fluxos de investimento estrangeiro da China nos Países Faixa e Rota passaram de US\$19,16 bilhões em 2013 para US\$44,6 bilhões em 2023.

O total de stock de investimento nesses países até 2023 era de US\$354,5 bilhões cerca de 11,2% do total de investimento direto estrangeiro da China no exterior.

Para uma melhor compreensão da importância destes projetos podemos analisar sumariamente alguns casos.

1. Barragem de Belo Monte no Brasil, projeto de transmissão de ultra-alta tensão UHV no Rio Xingu. O projeto é desenvolvido pela empresa chinesa China Grid em colaboração com a Companhia Brasileira de Energia.

- O projeto de transmissão de energia, conecta a Floresta Amazônica, no norte e o Rio de Janeiro a sul, cerca de 2518 Km. Integra 81 cidades e depois de concluído, fornecerá eletricidade a 18 milhões de pessoas.

- A primeira parte do projeto entrou em funcionamento em 2017. A segunda etapa está em bom andamento e vai ser concluída antes do planeado.

A percepção do governo brasileiro sobre este projeto é muito positiva, de acordo com as declarações do então ministro de energia e mineração do Brasil, Moreira Franco ao Diário do Povo online (20/08/2018), *“A implementação do projeto Belo Monte ajudará a aumentar o crescimento económico do Brasil e a promover a integração de recursos. Os ricos recursos hidrelétricos na região norte podem ser transportados para o principal mercado de consumo de energia no sudeste”*.

2. Porto de Chancay, em Lima Peru. Desenvolvimento do corredor direto marítimo Xangai-Chancay. O custo foi US\$3,6 bilhões.

A COSCO Shipping Ports detém 60% do porto e a Vulcan do Peru 40%. Vai ser uma plataforma portuária e logística para Peru, Chile, Colômbia e Equador. Prevista construção de ferrovia transoceânica Brasil-Peru.

3. Central de transmissão de energia Soyo-Kapary (SK) em Angola com a participação da Power Construction Corp of China (PowerChina), é o maior projeto de transmissão de energia construído em Angola e na Região Africana, com a maior potência e a maior distância de transmissão, que iguala os standards tecnológicos e equipamentos europeus.

Também o governo de Angola se manifestou favoravelmente sobre este projeto conforme palavras de João Borges, ministro da energia e água ao Global Times (21/10/2023), *“a Faixa e Rota está bem integrada no Desenvolvimento de longo-prazo de Angola e permite-nos progressivamente melhorar a situação económica e social em Angola, da maneira que queremos que seja”*

São apenas três exemplos, mas poderíamos referir muitos outros, como a Ponte Peljesac em Komarna, na Croácia, a Ponte Maputo-Katembe em Moçambique, o caminho-de-ferro China-Laos Luang Prabang que atravessa o Rio Mekong no Laos, um satélite de sensoriamento remoto na Etiópia ou escolas de amizade em Port Moresby na Papua Nova Guiné. São muitos os projetos de desenvolvimento Faixa e Rota, em vários setores e em várias geografias.

POTENCIAL DOS NETWORKS DE NEGÓCIOS DAS DIÁSPORAS LUSO-CHINESAS NUM ECOSISTEMA ECONÓMICO EM MUDANÇA

Os *networks* são relacionamentos de negócios, empresariais e pessoais, que permitem a realização de negócios baseados no conhecimento recíproco, na confiança e na conectividade, permitem que de uma forma dinâmica menos estruturada as empresas se interacionalizem e realizem negócios internacionais, beneficiando do conhecimento, experiência e relacionamentos de uns com os outros. Diminuem distância cultural, não necessitam de ser grandes (*parcerias de valor acrescentado*), aceleram a curva de aprendizagem e facilitam o negócio internacional.

VÁRIOS AGENTES INDIVIDUAIS EM NETWORK



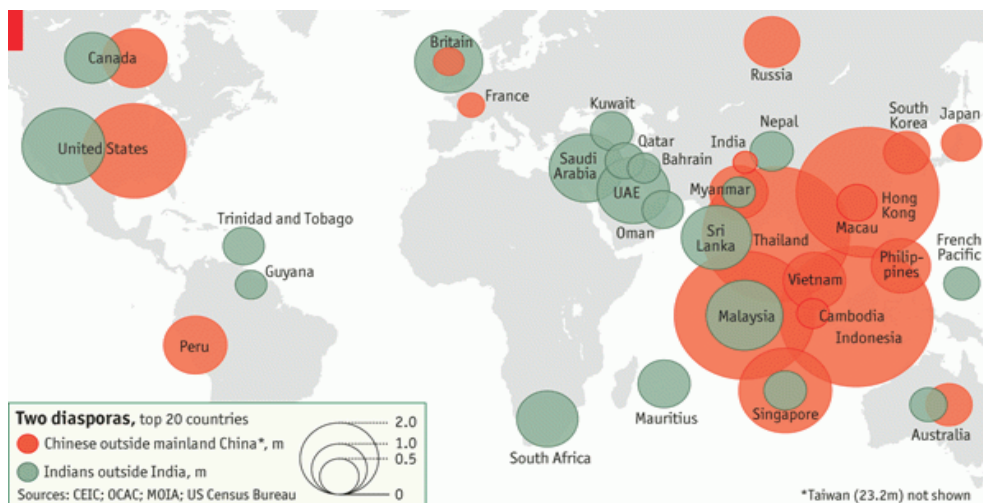
De acordo com o The Economist (2011, 19 Novembro, p.69), um tipo específico de networks, os networks da diáspora, baseados em língua e cultura comum, têm 3 virtudes lucrativas;

1. Transmitem os fluxos de informação rapidamente entre fronteiras.
2. Criam confiança.

3. Criam conectividade que ajudam as pessoas com boas ideias a colaborar umas com as outras independentemente das fronteiras.

Quer a China quer Portugal, têm importantes networks da diáspora mais de 60 milhões de chineses ultramarinos controlam negócios no Sudeste Asiático, como imagem em baixo, mas também têm uma presença significativa nos EUA, em França na Inglaterra na Rússia e também no Canadá e no Perú. O mapa não identifica Portugal porque o número de chineses a viver em Portugal não é grande mas a presença de grandes empresas da China tem um peso importante na economia portuguesa.

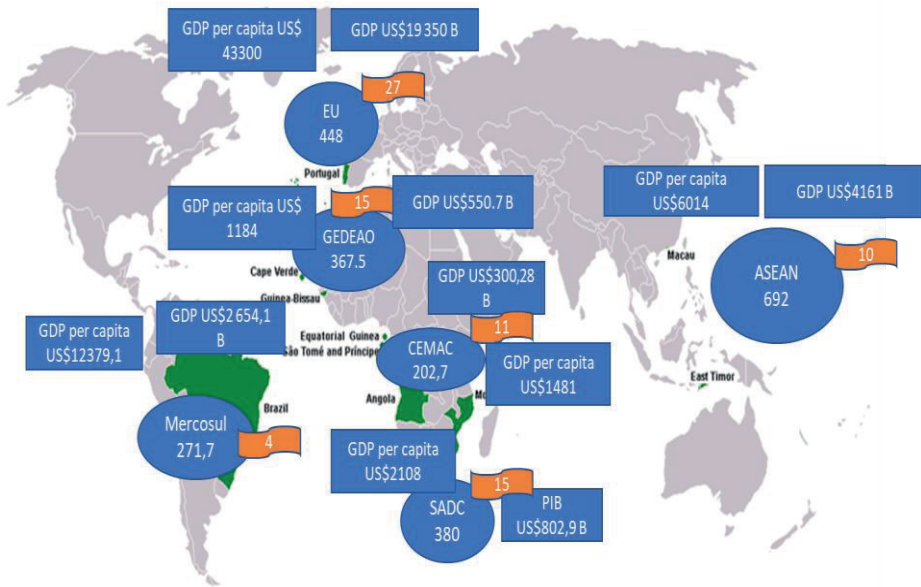
GEOGRAFIA E IMPORTÂNCIA DA DIÁSPORA CHINESA



Fonte: *The Economist* (2011, November 19th, p.69).

Também a diáspora portuguesa é muito significativa, para além de 5 milhões de emigrantes espalhados pelo mundo, a dimensão dessa diáspora engloba os países de língua portuguesa. São cerca de 282 milhões de pessoas, que falam a 4ª língua do mundo, a 1ª no Atlântico Sul, detêm 13,5% da água potável do mundo, 5,9% da terra arável, 3,9% do comércio global e muitas matérias-primas e recursos energéticos. Além dessa dimensão o seu potencial de cooperação é enorme em grandes blocos de integração económica com Portugal na UE; Angola e São Tomé e Príncipe no CEMAC; Brasil no Mercosul; Cabo Verde, Guiné-Bissau e Guiné Equatorial no CEDEAO; Angola e Moçambique na SADC; Timor-Leste na ASEAN, conforme mapa em baixo.

GEOGRAFIA E IMPORTÂNCIA DA DIÁSPORA PORTUGUESA



Fonte: Elaboração do autor

Com exceção do Brasil, que tem projetos Faixa e Rota mas não assinou com a China um Memorandos de Entendimento Faixa e Rota, todos os outros países de língua portuguesa, o fizeram.

De acordo com o China Global Investment Tracker 28/10/2023, os investimentos Faixa e Rota realizados pela China em países de língua portuguesa eram em 2023, 41% do total de projetos da China nesses países e 18% do seu valor o que é significativo.

INVESTIMENTOS DA CHINA EM PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA EM PROJETOS FAIXA E ROTA E NÃO-FAIXAS E ROTA

PAÍSES	PROJETOS FAIXA e ROTA (NOV 2013 – OUT 2023)		PROJETOS NÃO-FAIXA e ROTA (2005-NOV 2013)		Total de Investimento (em Milhões de USD)
	Nº. de Projetos	Investimento (em Milhões de USD)	Nº. de Projetos	Investimento (em Milhões de USD)	
Angola	24	11 710	22	16 000	27 710
Brasil*	1	160	94	76 520	76 680
Cabo-Verde	1	130	-	-	130
Timor Leste	2	780	-	-	780
Guiné - Equatorial	5	1 350	5	1 880	3 230
Guiné-Bissau	2	450	-	-	450
Moçambique	7	3 050	9	7 360	10 410
Portugal	9	4 890	4	4 590	9 480
São Tomé	3	950	-	-	950
TOTAL	55	23 470	134	106 350	129 820
TOTAL: 129 820					

*Fonte: China Global Investment Tracker (28/10/2023), Dados trabalhados pela American Enterprise Institute e The Heritage Foundation.
Todos os direitos reservados.*

Podemos concluir que o potencial de cooperação dos networks das diásporas Luso-Chinesas é enorme e que devem juntar forças para uma cooperação também multilateral na Iniciativa Uma Faixa Uma Rota para conseguir alavancar ainda maiores investimento e comércio, aumentando sinergias de desenvolvimento económico e social para cada um dos países.

BIBLIOGRAFIA

Beugelsdijk, S. and Luo, Y. (2024) "The politized nature of international business", *Journal of International Business Studies* 55: pp. 281-284.

Capri, A. (2023, 12th December), *China decoupling versus de-risking: What's the difference?* Hinrich Foundation.

Chinese Academy of International Trade and Economic Cooperation, MOFCOM (2013-2024, Report China's Trade and Investment Cooperation Under the Belt and Road Initiative.

China Global Investment Tracker (28/10/2023), *Dados trabalhados pela American Enterprise Institute e The Heritage Foundation. Todos os direitos reservados.*

Hung Tran, (September 2020) "One World, Two Systems' Takes Shape during the Pandemic" <https://www.atlanticcouncil.org/in-depth-research-reports/issue-brief/one-world-two-systems-takes-shape-during-the-pandemic/>

Hung Tran (April 2021) "Decoupling/Reshoring versus Dual Circulation: Competing Strategies for Security and Influence"; Atlantic Council Geoeconomic Center https://www.atlanticcouncil.org/wp-content/uploads/2021/04/Decoupling_Reshoring_versus_Dual_Circulation.pdf.

Kearney (2024). *Made in America. Here to Stay*, [made-in-america-here-to-stay.pdf](#)

Peng Gang (2024 March 8th). "The Essence of China – EU Trade and the Economic Relations is Mutual Benefit and Win-Win, Mission of the People's Republic of China to the EU", http://eu.chinamission.gov.cn/eng/mh/202404/t20240408_11278074.htm.

Rhodium Group (2022, September 14th). *The Cosen Few: A Fresh Look at European FDI in China*, <https://rhg.com/research/the-chosen-few/>.

Rhodium Group (2024, February 29th). *Pole Position: China EV Investments Boom Amid Growing Political Backlash*, <https://rhg.com/research/pole-position-chinese-ev-investments-boom-amid-growing-political-backlash/>.

Rhodium Group and Merics Report (2024 June 6th). *Dwindling investment become more concentrated - China FDI in Europe: 2023 update*,

<https://merics.org/en/report/dwindling-investments-become-more-concentrated-chinese-fdi-europe-2023-update>.

Rhodium Group (2024, June, 6th) *Chinese FDI in Europe: 2023 update* <https://rhg.com/research/chinese-fdi-in-europe-2023-update/>.

Statista (2024). <https://www.statista.com/statistics/270439/chinas-share-of-global-gross-domestic-product-gdp/>.

Statista (2024). <https://www.statista.com/statistics/270439/chinas-share-of-global-gross-domestic-product-gdp/>.

The Economist (2011, November 19th, p.69-

The Economist (2024 February 27th) <https://www.economist.com/finance-and-economics/2024/02/27/how-trump-and-biden-have-failed-to-cut-ties-with-china>.

U.S. Embassy and Consulates in China- <https://china.usembassy-china.org.cn/u-s-relations-with-china/>.

Visão e Ações na Construção Conjunta da Faixa Económica da Rota da Seda e a Rota da Seda Marítima do Século XXI, (março de 2015, NDRC e MOFCOM), <http://2017.beltandroadforum.org/english/n100/2017/0410/c22-45.html>.



ANTÓNIO DOS SANTOS QUEIRÓS

PRESIDENTE DA UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE AMIZADE E COOPERAÇÃO COM A CHINA, PRESIDENTE DA CCDPCH – CÂMARA DE COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PORTUGAL-CHINA. INVESTIGADOR E PROFESSOR. CENTRO DE FILOSOFIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA.

A DIFÍCIL TAREFA DE CONSTRUIR O POLO DE MULTILATERALISMO PLP-CHINA, PARA UM MUNDO DE PAZ E PROGRESSO

RESUMO (LAYOUT)

Se a República Popular da China _RPCh, representa uma nova experiência histórica da democracia e do socialismo, o quadro conceptual ocidental da hermenêutica política não é o adequado para compreender a Nova China. A necessidade de utilizar um novo aparelho conceptual adequado ao estudo da experiência histórica original do “socialismo com caraterísticas chinesas”, eis uma questão que a ocidente se começou a colocar não apenas às academias, mas aos estados que com a China se relacionavam após o início do processo de reforma e abertura...

A fundação da República Popular da China, em 1949, proclama um novo e historicamente original regime de Nova Democracia, baseado no Sistema de Cooperação Multipartidária e Consulta Política e nas Assembleias Populares, plasmado na Constituição de 1954, incorporando os princípios e os 30 artigos da Declaração Universal dos Direitos do Homem, de que a China é coautora (ONU, 1947), em transição para o “socialismo com caraterísticas chinesa, que iria evoluir constitucionalmente para o regime de socialismo ecológico e o projeto de ecocivilização...

O pensamento de Xi Jinping sobre o Socialismo com Caraterísticas Chinesas para uma Nova Era inscreve-se nessa tradição democrática e humanista da filosofia política que nasceu da tragédia da II Guerra mundial. Ao mesmo tempo que Xi Jinping defende, como orientação para a política internacional, que cada país tem o direito de escolher o seu caminho para a modernidade e proclama a via da paz para a construção de um destino comum para a humanidade...

A República Popular da China é a primeira potência mundial da história moderna da

humanidade cuja economia não depende das indústrias de guerra para o seu crescimento e sustentabilidade, e encontra na promoção da paz, da cooperação internacional e do desenvolvimento comum, a fonte da sua prosperidade. Por isso escrevemos que a proposta de Xi Jinping de construção conjunta da Faixa Económica da Rota da Seda e da Rota marítima da Seda do Século XXI, é a Nova Rota da Seda para a Paz, um cultura de multilateralismo democrático assente numa constelação de propostas para uma Nova Era de paz e prosperidade comuns Iniciativa de Desenvolvimento Global (GDI)_ The Global Development Initiative (GDI), a Iniciativa de Segurança Global, The Global Security Initiative (GSI) a Iniciativa de Civilização Global, The Global Civilization Initiative (GCI): a Rota da Seda Digital, no âmbito da Conferência Mundial da Internet (WIC). Nessa visão se deve integrar Portugal, hoje “O País do Meio”. A partir de uma nova visão estratégica e de um novo modelo de desenvolvimento económico, as nossas instituições e a nossa diplomacia (mesmo no contexto dominador da União Europeia e da NATO) devem contribuir de forma autónoma e segundo os interesses nacionais para integrar o nosso país no polo do multilateralismo cultural e científico, económico e político, constituído pela China, Brasil, Angola, Moçambique, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Timor_ os PLP, tendo como referência o Fórum Macau...

As democracias liberais trazem no seu ventre dois cancros fatais: promovem a concentração brutal e violenta do capital e substituem inexoravelmente o princípio da representatividade da maioria pela regra legal da legitimidade; ora, quem dita a lei é a classe dominante, minoritária. Em última instância, o capital financeiro... O caso dos EUA...

Há um terceiro tumor a minar as democracias liberais: a hostilidade e o ódio contra a emigração, e as suas metástases já se .espalharam dos EUA à União Europeia e a Portugal.

构建中葡论坛多边主义支柱的艰巨任务，

为了和平与进步的世界

作者：António dos Santos Queirós（安东尼奥·桑托斯·凯伊罗斯）

如果中华人民共和国代表了一种民主与社会主义的新历史经验，那么西方政治诠释的概念框架并不适用于理解新中国。对于开始与中国进行改革和开放进程后交往的两方学术界乃至国家行为体而言，迫切需要采用一套新的概念工具来研究“中国特色社会主义”这一独特历史经验——这已成为西方必须面对的问题。

中华人民共和国于1949年宣告成立，开创了基于多党合作与政治协商制度及人民代表大会的新民主主义这一具有历史独创性的新型政权体制。这一体制在1954年宪法中得到确立，并融入了中国作为共同起草国的《世界人权宣言》（联合国，1947年）的原则及30项条款。在此基础上，中国逐步向“中国特色社会主义”过渡，并通过宪法演进最终形成了生态社会主义制度体系与生态文明建设工程……

习近平主席新时代中国特色社会主义思想植根于第二次世界大战后诞生的民主与人文主义政治哲学传统，同时倡导各国自主选择现代化道路的权利，并主张以和平方式推动构建人类命运共同体。

中华人民共和国作为现代人类历史上首个不依赖战争工业实现经济增长与可持续性的世界大国，始终以促进和平、国际合作与共同发展作为繁荣的基石。因此，我们这样写道：习近平主席提出的共建“丝绸之路经济带”和“21世纪海上丝绸之路”倡议，是一条通向和平的新丝绸之路——这是建立在全球发展倡议（GDI）、全球安全倡议（GSI）、全球文明倡议（GCI）以及世界互联网大会（WIC）框架下数字丝绸之路等一系列新时代共同和平与繁荣倡议基础上的民主多边主义文化。

在此愿景下，葡萄牙作为当今“中间之国”，应当以全新战略眼光和经济发展模式，推动本国机构与外交体系（即便在欧盟与北约的主导框架下）保持自主性，依照国家利益积极参与由中国、巴西、安哥拉、莫桑比克、佛得角、圣多美和普林西比、东帝汶等葡语国家构成的文化与科学、经济与政治多边主义体系，并以澳门论坛为重要合作平台。

自由主义主体内孕育着两大致命痼疾：其一催生资本残酷而暴力的集中，其二不可逆转地以合法性法律规则取代多数代表性的原则——然而法律永远由占少数的统治阶级制定。最终，金融资本...以美国为例...

自由主义主体体制内滋生的第三个毒瘤是对移民的敌视与仇恨，这种恶性蔓延已从美国扩散至欧盟及葡萄牙。

A DIFÍCIL TAREFA DE CONSTRUIR O POLO DE MULTILATERALISMO PLP-CHINA, PARA UM MUNDO DE PAZ E PROGRESSO

Se a República Popular da China _RPCh, representa uma nova experiência histórica da democracia e do socialismo, o quadro conceptual ocidental da hermenêutica política não é o adequado para compreender a Nova China. A necessidade de utilizar um novo aparelho conceptual adequado ao estudo da experiência histórica original do “socialismo com características chinesas”, eis uma questão que a ocidente se começou a colocar não apenas às academias, mas aos estados que com a China se relacionavam após o início do processo de reforma e abertura. Nos EUA a Time chamou-lhe “hybrid model of quasi-state capitalism and semi democratic authoritarianism” E o Senado americano estudou e debateu durante dois anos no âmbito do National Debate Topic for High Schools 2016-2017 a síntese de milhares de documentos sobre a matéria, que a sua Biblioteca lhe proporcionou, concluindo pela necessidade de desenvolver as relações económicas e políticas com a RPChina. E a academia americana traduziu no pensamento da investigadora Nancy Wey, o seu labor científico:

“A reforma bem-sucedida da China produziu um sistema que não é soviético, nem anglo-americano, nem estado de desenvolvimento da Ásia Oriental. Possui elementos de todos os três.” Chunjuan Nancy Wei. University of Bridgeport, Connecticut, EUA.

O discurso anti chinês viria depois, encomendado pelo complexo militar-industrial aos políticos democratas e republicanos que dele dependem para financiar as suas campanhas eleitorais e assente na filosofia política hegemónica, da doutrina Monroe no século XIX¹, às teorias da *Heartland* de Mackinder, sobre o controle da Eurásia, “Quem governa a Europa de Leste, governa o mundo” e de Spykman, que pensava que o Rimland, a faixa de terra costeira que circunda a Eurásia, é mais importante do que a zona da Ásia Central (o chamado *Heartland*) para o controle do continente eurasiático; que já no século XX, Brzezinski atualizou:

1 2021_ RPCh e EUA: duas estratégias diferentes para enfrentar a crise global: China Global Development Initiative, proposta por Xi Jinping e USA plan against Chinese Threat, dos EUA DHS. O novo Departamento de Segurança Nacional.

O principal objetivo da GDI chinesa é superar os desafios colocados pela pandemia e acelerar a implementação da Agenda 2030 da ONU. Agenda para o Desenvolvimento Sustentável.

O plano americano anuncia a restrição e vigilância policial de todas as atividades e cidadãos da China nos EUA e uma parceria global em todos os continentes, incluindo o Ártico, mas também o espaço sideral, com a mesma intenção negativa. A sua primeira vítima foi o acordo sino-europeu de Investimento Global, que o parlamento Europeu bloqueou, de pois de 7 anos de negociações e a sua aprovação pela Comissão Europeia, que o anunciou como uma grande vitória diplomática, porque abria todos os setores económicos e financeiros do mercado chinês aos investidores e empresários da União Europeia.

Mackinder:

"Quem governa a Europa de Leste, governa o mundo"

Spykman pensava que o Rimland, a faixa de terra costeira que circunda a Eurásia, é mais importante do que a zona da Ásia Central (o chamado Heartland) para o controle do continente eurasiático



A Eurásia como terra prometida do hegemonismo do século XX

Fig 1. A Eurásia como a terra prometida do hegemonismo do século XX

“... a maneira como a América ‘administra’ a Eurásia é crítica. A potência que dominar a ‘Eurásia’ controlaria duas das três regiões mais avançadas e economicamente produtivas do mundo. Um simples olhar no mapa também sugere que o controle sobre a ‘Eurásia’ implicará automaticamente a subordinação de África, tornando o Hemisfério Ocidental e a Oceânia geopoliticamente periféricos em relação ao continente central do mundo. Cerca de 75 por cento da população mundial vive na “Eurásia”, e a maior parte da riqueza física do mundo também está lá, tanto nas suas empresas como debaixo de seu solo. A ‘Eurásia’ é responsável por cerca de três quartos dos recursos energéticos conhecidos do mundo.” (Zbigniew Brzezinski, “O grande tabuleiro de xadrez: a hegemonia americana e os seus imperativos geoestratégicos”, 1997)²

2 Zbigniew Kazimierz Brzezinski foi Conselheiro de Segurança Nacional dos Estados Unidos durante a presidência de Jimmy Carter, entre 1977 e 1981.

Esta filosofia política com origem anglo-saxónica, de pensadores saídos do império britânico em decadência e do novo imperialismo estadunidense, preconizava desde o princípio do novo século a intervenção dos EUA na Europa para impedir a concertação da Alemanha bismarquiana com a Rússia Imperial, pois a primeira emergia como potência industrial impulsionada pela ciência e pela técnica e a segunda possuía uma imensa riqueza de matérias-primas e mão de obra disponível, capaz de desafiar a sua hegemonia. E assim aconteceu na I e II Guerra Mundiais. Mas a revolução soviética e depois a revolução chinesa, com o surgimento de duas novas experiências históricas de democracia e socialismo, apesar da queda da URSS, criou um novo e inesperado tabuleiro de xadrez geoestratégico.

A Revolução Chinesa de 2011/2012 e a proclamação da sua primeira República, foi a resposta da grande nação chinesa aos tratados infames que as guerras do ópio e o roubo do Chá, infligiram à China Imperial da dinastia Qing (1644-1911). Sun Yat-sen, o seu líder, ao criticar a duplicidade do conceito ocidental de democracia, liberal democracia_ para as elites dos países imperialistas, estatuto de subcolónia para os povos dos países forçados a incorporar-se nos impérios modernos, não esqueceu os ideais da filosofia clássica chinesa, mas também os princípios proclamados no nascimento das democracias burguesas a ocidente. A síntese filosófica de Sun Yat Sen seria a Doutrina San Min Chu, os 3 princípios do povo. Nacionalismo, Democracia e Meios de Subsistência para o Povo. Ele proclamou:

“O povo chinês é um grande amante da paz. De facto, o nosso povo é o único povo no mundo que é verdadeiramente amante da paz. Todas as outras grandes nações são imperialistas e militaristas”.

O pensamento de Sun Yat-sen foi precursor e visionário do significado histórico da revolução bolchevique (1917), que mudou o mundo: um novo tipo de democracia podia emergir em qualquer país! O seu partido, o Kuomintang, integrou todas as forças democráticas e nacionalistas, incluindo o Partido Comunista. Após a sua morte, o golpe militar (1927) liderado por Chiang Kai-shek preconizava para a China um regime de despotismo iluminado, devido ao atraso no desenvolvimento das suas forças produtivas; tese que levava a Internacional Comunista a opor-lhe a democracia liberal como regime de transição; mas o o Partido Comunista da China, sob a liderança de Mao Zedong, teorizou os fundamentos de uma Nova Democracia, assente nos Soviotes de camponeses e na estratégia de Frente Popular e Guerra Popular para enfrentar a invasão japonesa, que iria prevalecer na China até à derrota do Japão e da ala militarista do Kuomintang, na guerra civil que se lhe seguiu.

A fundação da República Popular da China, em 1949, proclamou um novo

e historicamente original regime de Nova Democracia, baseado no Sistema de Cooperação Multipartidária e Consulta Política e nas Assembleias Populares, plasmado na Constituição de 1954, incorporando os princípios e os 30 artigos da Declaração Universal dos Direitos do Homem, de que a China é coautora (ONU, 1947), em transição para o “Socialismo com características chinesas”, que iria evoluir constitucionalmente para o regime de socialismo ecológico e o projeto de ecocivilização³. Neste processo histórico, emergiram duas das mais das mais relevantes singularidades da filosofia política chinesa.

A primeira:

Os filosofemas progressistas das várias escolas da filosofia clássica chinesa, foram incorporados na teoria política que orienta o partido comunista e os oito partidos democráticos, fundadores da RPCh e os órgãos do estado socialista.

De Confúcio e Mengzi Mencius (372-289 AC) a ordem e poder feudal como mandato divino é questionada, mas sem ainda ser posta em causa. Homem e natureza devem viver em harmonia. O progresso moral entendido como uma melhor compreensão da natureza. Os princípios Ren_ Humanidade O respeito pelos outros, a compaixão, incluindo os animais. Li_ O Ritual, entendido como um Contrato Social. Yi _ Dever: O Senhor deve governar para o bem estar do povo. Ordem e paz. Se não, o direito à revolta. Zhi _ Sabedoria. Com a influência da visão holística do Budismo chinês: o espírito de Buda presente em todos os seres vivos

Do Taoísmo. (Lao Tse, séc. IV AC): O caminho da Virtude. Ação pela Inação Respeitar a essência da natureza das coisas, as leis intrínsecas da natureza e das coisas, que estão em permanente transformação. Agir, com o mínimo de interferência, mas com vontade firme e sentido moral.

Mo Zi (468-378 AC): o precursor da filosofia e da ética política modernas. A crítica à cultura urbana e da Corte Feudal e à guerra. Escolher um modelo de vida pessoal e social piedoso, frugal, sem ambição de hegemonia ou poder absoluto. (Atributos do senhor supremo); a nobreza tem por base a humildade: o alto tem por alicerce o baixo... O homem violento terá morte violenta. Quando o Tao está presente no Universo, os cavalos acarretam estrume no campo. Quando o Tao está ausente do Universo, criam-se cavalos de guerra à porta das cidades. Não há maior infelicidade do que a ambição...

Os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica (1954), que constituíram o primeiro alicerces da política internacional da RPCh elaborada por Mao Zedong e Chu.

3 Nestas matérias, ver: Athens Journal of Philosophy 2024, 3: 1-22. <https://doi.org/10.30958/ajphil.X-Y-Z>
<https://philoetichal.blogspot.com/2024/09/revisiting-universal-declaration-of.html>
<https://philoetichal.blogspot.com/2021/10/a-china-no-caminho-da-ecocivilizacao.html>

En-Lai_ 1) respeito mútuo da soberania e integridade nacional; 2) não-agressão; 3) não intervenção nos assuntos internos de um país por parte de outro; 4) igualdade e benefícios recíprocos e 5) coexistência pacífica entre Estados com sistemas sociais e ideológicos diferentes, adotados pelo Movimento dos Países Não-Alinhados (1961_115 países) e pela Organização Mundial do Comércio, têm as suas raízes nessas filosofias milenares e deram origem à Iniciativa de Segurança Global, The Global Security Initiative (GSI) e ao seu princípio de Segurança Indivisível. de Xi Jinping. De tal modo que a diplomacia chinesa construiria nos últimos anos a aliança alargada dos BRICS⁴. E conseguiria avanços diplomáticos que pareciam impossíveis, como o restabelecimento das relações entre o Irão e a Arábia Saudita e o Acordo de Pequim entre todas as facções palestinianas, 14 organizações que incluíram a OLP e o Hamas, com este movimento a aceitar a liderança daquela formação histórica num futuro governo unificado da estado da Palestina coexistindo com o estado de Israel⁵. E no caso do conflito ucraniano, levaria o então ministro dos negócios estrangeiros da Ucrânia a afirmar:

“Estou convencido de que uma paz justa na Ucrânia é do interesse estratégico da China, e o papel da China como uma força global pela paz é importante”, disse Dmytro Kuleba durante uma reunião com o Ministro das Relações Exteriores Wang Yi em Guangzhou.

No plano da ambiental e da diplomacia verde, a China alcançaria a sua maior vitória diplomática com a COP 15, o Acordo Global de Kunming-Montreal sobre a biodiversidade. Restaurar 30% dos ecossistemas degradados pelas políticas imperialistas a nível mundial (tanto na terra como no mar) até 2030. Conservar e gerir 30 % das zonas (terrestres, interiores, costeiras e marinhas) até 2030. Novo Fundo Mundial para a Biodiversidade, 200 mil milhões de dólares por ano até 2030, provenientes das potências mais responsáveis pelo agravamento da crise ambiental.

4 BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e os seus membros mais recentes (Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia e Irão) têm como principal objetivo o desenvolvimento sustentável e pacífico, para um futuro comum da Humanidade.

5 A Declaração de Pequim foi assinada na cerimônia de encerramento de um diálogo de reconciliação entre as facções realizado em Pequim de 21 a 23 de julho de 2024, e incluiu o apoio à solução política de dois estados.

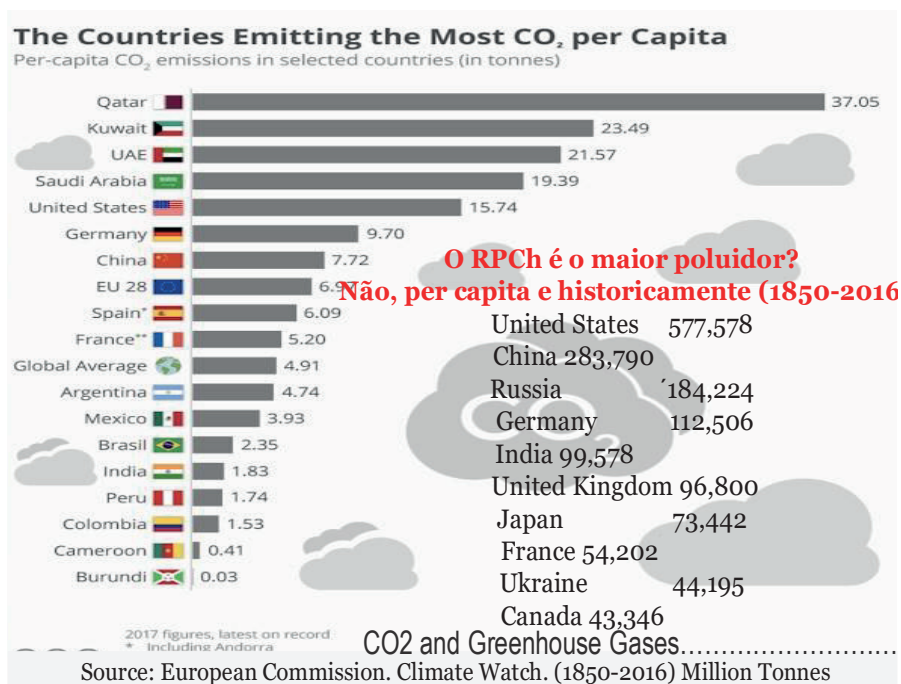


Fig. 2. A responsabilidade política oculta, pela crise climática

A segunda:

O Legalismo foi a filosofia do poder na China Imperial, da dinastia Qin 259-210 AC à dinastia Qing 1644-1911. Uma filosofia humanista, racionalista e sincrética, mas que se destinava a perpetuar a ordem feudal e a conciliá-la com as necessidades básicas do povo e resistia ao emergir dos interesses e valores da burguesia comercial. No entanto, os filósofos chineses, mesmo quando acederam à corte imperial e aos palácios dos senhores feudais e mandarins, nunca viram as suas doutrinas aceites e aplicadas pelo estado imperial.

Agora, a cadeia de revoluções chinesas colocaria à frente do estado de nova democracia republicana e do estado da nova democracia popular e socialista, os intelectuais conceptores da filosofia política, de Mao e Deng Xiao Ping, o promotor da Reforma e Abertura, Jiang Zemin, à Teoria das Três Representações apresentada na 4ª Sessão Plenária do 13º Comité Central (1998), ratificada pelo 16º Congresso do Partido (2002):

“As razões pela qual o PCCh conta com o apoio do povo é que durante os períodos históricos da revolução, construção e reforma sempre representou as forças

produtivas mais avançadas da China, a orientação da cultura mais progressista da China, e os interesses fundamentais da esmagadora maioria do povo chinês, o que permitiu construir a sociedade *xiaokang*, de harmonia social e nacional.”

Teoria política enriquecida com a perspectiva científica como base do desenvolvimento, de Hu Jintao, impulsionada pelo 16º Congresso Nacional do Partido _ 2002:

“A contradição principal na sociedade chinesa é entre as crescentes necessidades materiais e culturais do povo e o baixo nível de produção. Devido tanto a circunstâncias internas como a influências estrangeiras, a luta de classes continuará a existir dentro de um determinado contexto por um longo tempo e possivelmente pode agudizar-se sob certas condições, mas já não é a contradição principal. Na construção do socialismo devemos colocar as pessoas em primeiro lugar e pugnar pelo desenvolvimento global, equilibrado e sustentável.”

Para chegarmos à síntese de filosofia política para o século XXI, que é o legado político do presidente XI.

A CHINA É COFUNDADORA DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM

Adotada pela ONU em 10 de Dezembro de 1948 (A/RES/217), foi esboçada inicialmente por J. P. Humphrey, do Canadá e teve no Dr. P.C. Chang, representante da República Popular da China_ RPCh e das posições dos países asiáticos, o principal mediador dos consensos estabelecidos nos seus 30 artigos. Eleanor Roosevelt, que presidia à comissão das Nações Unidas, apoiou-a entusiasticamente, condicionando as potências imperialistas e colonialistas a subscrevê-la. Quais são os Direitos Humanos fundamentais que nela ficaram inscritos? Recusa de discriminação social. Direito à emigração. Direito das nações a governarem-se a si próprias. Autodeterminação e independência. Direitos laborais. Democracia Económica. Recusa do hegemonismo. O que o seu Artigo 21º prescreve o caminho para a cidadania e para a diversidade dos regimes democráticos, e não reconhece nenhuma superioridade à democracia liberal:

O SOCIALISMO COM CARACTERÍSTICAS CHINESAS

No ato de fundação da República Popular da China foi essa a via proclamada, o de uma Nova Democracia, que depois ficou consagrada no artigo 6º da Constituição, onde se define o conceito original de “Socialismo com caraterísticas chinesas”, baseado no Sistema de Cooperação Multipartidária e Consulta Política e nas Assembleias Populares, mas também um novo sistema económico, com o predomínio da propriedade pública”

O pensamento de Xi Jinping sobre o Socialismo com Caraterísticas Chinesas

para uma Nova Era inscreve-se nessa tradição democrática e humanista da filosofia política que nasceu da tragédia da II Guerra Mundial. Ao mesmo tempo que Xi Jinping defende, como orientação para a política internacional, que cada país tem o direito de escolher o seu caminho para a modernidade e proclama a via da paz para a construção de um destino comum para a humanidade (Prosseguindo e atualizando assim os 5 princípios da coexistência pacífica, outrora anunciados ao mundo por Zhou Enlai). E cito o presidente Xi Jinping:

“A China oferece uma alternativa ao modelo ocidental de modernização e aumenta a confiança e a determinação de muitos países em desenvolvimento, que procuram encontrar o seu próprio caminho para a modernidade”.

“Uma estratégia de defesa e segurança nacional” que recusa os pactos militares, privilegia as Nações Unidas como fórum da concertação política mundial e o bem-estar do seu povo, propõe um futuro comum para a humanidade com base numa nova Era de transição ecológica da economia e da sociedade, recuperando o património natural da China, sob a consigna, “A China Formosa”, promove a construção da paz e prosperidade de todos os países sem distinção de regime político, servidas pela criação de uma nova Rota da Seda, numa lógica de cooperação e partilha internacional do comércio que atrevesse todos os continentes. Esta visão política de conjunto realiza “O Sonho Chines” da plena soberania nacional, com a reintegração pacífica de Hong Kong, Macau e Taiwan, segundo o princípio de “Um país, dois sistemas”.



Fig.3 Da Nova Democracia ao Socialismo com caraterísticas Chinesas

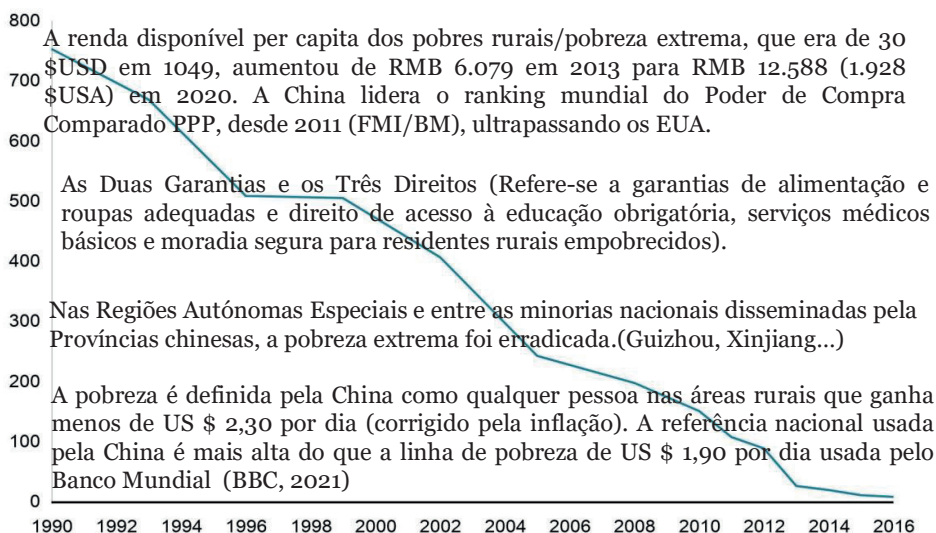
OS DOIS CENTENÁRIOS

O pensamento de Deng Xiaoping, herdeiro do pensamento de Mao Zedong sobre o socialismo com características chinesas, enfatizou que a China está na primeira etapa do socialismo e permanecerá assim por um longo tempo. Deng previu que tal percurso vai durar mais de cem anos, estabelecendo três tarefas históricas para avançar na modernização socialista:

- alcançar a reunificação nacional, pacificamente e aplicando o conceito de um país dois sistemas.
- salvaguardar a paz mundial
- promover o desenvolvimento comum

Xi Jinping, teorizou as duas etapas mais próximas, designadas como “dois centenários”, o do partido, fundado em 1921, cuja meta era a construção integral de uma sociedade moderadamente próspera e o centenário de fundação da República Popular da China, em 2049, que realizará a construção de um país socialista moderno em todas as regiões da China e para as suas 56 nacionalidades.

Erradicação da pobreza extrema. As Duas Garantias e os Três Direitos



Fonte. Banco Mundial e BBC

Fig. 4 A erradicação da pobreza extrema , é a base do desenvolvimento sustentável

A República Popular da China é a primeira potência mundial, na história moderna da humanidade, e cuja economia não depende das indústrias de guerra para o seu crescimento e sustentabilidade, e encontra na promoção da paz, da cooperação internacional e do desenvolvimento comum, a fonte da sua prosperidade. Por isso escrevemos que a proposta de Xi Jinping de construção conjunta da Faixa Económica da Rota da Seda e da Rota Marítima da Seda do Século XXI, é a Nova Rota da Seda para a Paz, assente numa cultura política de multilateralismo democrático numa constelação de propostas para uma Nova Era de paz e prosperidade comuns: A Iniciativa de Desenvolvimento Global (GDI)_ The Global Development Initiative (GDI), a Iniciativa de Segurança Global, The Global Security Initiative (GSI) a Iniciativa de Civilização Global, The Global Civilization Initiative (GCI): a Rota da Seda Digital, no âmbito da Conferência Mundial da Internet (WIC).

Nessa visão se deve integrar Portugal, hoje “O País do Meio”. A partir de uma nova visão estratégica e de um novo modelo de desenvolvimento económico, contribuir de forma autónoma e segundo os interesses nacionais, para integrar o nosso país no polo do multilateralismo cultural e científico, económico e político, constituído pela China, Brasil, Angola, Moçambique, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Timor_ os PLP, tendo como referência o Fórum Macau.

O ERGUER DA ÁFRICA

“O Brasil ainda não acordou para o enorme potencial nas relações com a África!” Proclamou a Conferência da Diáspora Africana nas Américas, em Salvador (Brasil), organizada com a União Africana e o Togo (em 31.08 e 01.09), reunindo a sociedade civil, académicos e governos de mais de 50 países, para debater as estratégias de fortalecimento das raízes africanas no mundo. Portugal, também não acordou! Por ser assim, vejamos o que ali se concluiu:

“ Uma das carências fundamentais das políticas públicas brasileiras no tocante à África, tem relação com a produção e disseminação contínua e em larga escala da história e da cultura africana. O resultado é o apagamento histórico causado pelo processo de colonização eurocêntrico e o racismo estrutural da sociedade.”

“...apesar de o Brasil ter menor poder de atrair parceiros que outros países, em termos de investimento, o seu diferencial é possuir um instrumento natural de afinidade com a África: uma resposta tropicalizada que o Brasil dá e que as grandes potências não conseguem oferecer... Essa afinidade, de colonização e escravidão, desigualdades sociais e desafios similares, logo, envolve relações de empatia e solidariedade...”

“..o Brasil ainda não logrou políticas e estratégicas com a África consistentes....

não são firmados acordos e projetos que tenham continuidade, eles são muito pontuais.” E, no plano político-económico, menosprezamos “...a transferência de tecnologia em diversos setores, como instrumento relevante de *soft power*.”

O FÓRUM MACAU

Esta Conferência, passou ao lado do nosso debate político e da comunicação social e, no entanto, as suas reflexões são cruciais para o relacionamento de Portugal com África. Tal como já passara a sexta conferência ministerial do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Fórum Macau, 21 a 23 de abril, 2024), que debateu e aprovou o plano de ação do organismo para os próximos três anos, e incluiu o Encontro de Empresários da China e dos Países de Língua Portuguesa.

Mas não completamente. O então Secretário de Estado das Comunidades reafirmou que a proximidade com Macau é prioridade, sublinhando a necessidade de dar atenção à qualidade dos serviços consulares e ao funcionamento da Escola Portuguesa e o recém-eleito primeiro-ministro logo visitou Angola.

A China elevou a um nível superior o projeto do Fórum Macau, como uma plataforma de ligação entre a China e os países de língua portuguesa, destinada também a contribuir para a diversificação da economia do território da Região Administrativa Especial de Macau, com o plano de desenvolvimento da área da grande Baía de Guangzhou, Hong Kong e Macau_ a *Greater Bay Area*.

Mas a atividade do Fórum Macau não se limita ao comércio entre a China e os países lusófonos, que era pouco mais de 11 biliões de dólares na data de fundação, em 2003 e atingiu 220,9 biliões de dólares, no ano passado. Os investidores chineses estabeleceram nos países de língua portuguesa centenas de empresas de investimento direto. Outras investiram em empresas dos países de língua portuguesa, mesmo quando a crise financeiro nos EUA bloqueou os mercados financeiros. Foi criado o Fundo de Cooperação e Desenvolvimento China - Países de Língua Portuguesa (PLP). Elaborou-se o plano comum de ataque à pandemia do COVID 19. Foi construído o Centro de Formação (de funcionários públicos) do Fórum de Macau e disseminados os Institutos Confúcio. Na China, dezenas de faculdades oferecem hoje cursos de língua portuguesa.

O investimento da China teve como contrapartida a abertura do seu mercado às exportações aos PLP, com Angola representando hoje 18% das trocas comerciais, logo após as 75% do Brasil, de tal modo que a República Popular da China registou um défice comercial de 74,1 mil milhões de dólares (68,3 mil milhões de euros) com o bloco lusófono em 2023, um novo recorde histórico, que desmente a ideia falaciosa de que as relações comerciais com a China conduzem à dependência e à dominação económica.

A China, desempenha hoje um papel fundamental na negociação dos conflitos e na

contenção da guerra. Nos últimos anos a China, o Brasil, Angola e os restantes países de língua oficial portuguesa, têm vindo a contruir um polo comum do multilateralismo, com uma crescente influência na política mundial, convergindo na defesa da paz e do desenvolvimento sustentável.

Se Portugal não se integrar, cada vez mais, nesse polo, no plano cultural e científico, político e económico (sem excluir a UE e outras parcerias internacionais), nos próximos decénios a sua diplomacia tornar-se-á completamente irrelevante e a nossa economia decairá como um apêndice das piores multinacionais e fundos financeiros, aqueles que se vão apropriando das privatizações sem critério e da fragilidade dos investidores nacionais, para transformar as empresas em fichas de casino.

Ao contrário, o investimento da China nos PLP e em África, distingue-se da estratégia das multinacionais do denominado ocidente, por 5 qualidades: Parcerias estratégicas. Capitalização e aumento do património, com reinvestimento dos resultados. Ausência de despedimentos. Manutenção das equipas de administração e gestão nacionais. Orientação para as necessidades do mercado dos países cooperantes.

O FÓRUM DE COOPERAÇÃO CHINA-ÁFRICA (FOCAC)

Esta reflexão, conduz-nos de novo à última manifestação da doença infantil da nossa classe política: o provincianismo da grande paróquia lisboeta, provocada pela cegueira autoinfligida na visão política, que carece de uma estratégia internacional autónoma de defesa e segurança, desenvolvimento sustentável e pacífico. Refiro-me ao desinteresse pela cimeira de 2024 do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), realizada em Pequim entre 4 e 6 de setembro.

Os 10 planos de ação de parceria propostos pelo presidente chinês Xi Jinping na Cimeira estão todos alinhados com a Agenda 2063 da União Africana, disse o presidente sul-africano Cyril Ramaphosa. Os 10 planos de ação de parceria cobrirão as áreas de aprendizagem mútua entre civilizações, prosperidade comercial, cooperação da cadeia industrial, conectividade, cooperação para o desenvolvimento, saúde, agricultura e meios de subsistência, intercâmbios culturais e interpessoais, desenvolvimento verde e segurança comum, afirmou o presidente Xi Jinping.

Em resposta, o Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, enunciou no seu discurso que a parceria da China com a África é o principal pilar da cooperação Sul-Sul. Nela se integram 52 (em 54) países africanos. Guterres destacou “o notável histórico de desenvolvimento da China — incluindo a erradicação da pobreza — capaz de fornecer a sua riqueza de experiência e conhecimento” ao continente africano, China que se tornou o maior parceiro comercial da África, no contexto da Iniciativa de Desenvolvimento Global promovida pelo seu governo, que está em consonância com a Agenda de Desenvolvimento Sustentável da ONU 2030. Conclui o Lddr das Nações Unidas:

“...podem contar com o apoio da ONU à parceria entre China e África, rumo ao nosso objetivo compartilhado de paz, desenvolvimento sustentável e direitos humanos, num planeta saudável!”.

E, nós, o primeiro país a abolir a escravidão e o último império colonial, resgatado pela revolução democrática de abril, berço de um rei que trocou a coroa do império pela refundação de duas pátrias irmãs, nós, a nação, que nos areópagos da Londres imperial proclamou, premonitoriamente, que também a África seria dos novos africanos, nascidos de uma única raça humana, misturada nas suas etnias..., nós como nação e os nossos líderes efêmeros, que respondemos?

O PARADIGMA DOMINANTE A OCIDENTE

FIM DA HISTÓRIA OU FIM DAS ILUSÕES NEOLIBERAIS?

OS RESULTADOS ELEITORAIS NOS EUA E A CAVERNA DE SARAMAGO

As democracias liberais trazem no seu ventre dois cancros fatais: promovem a concentração brutal e violenta do capital e substituem inexoravelmente o princípio da representatividade da maioria pela regra legal da legitimidade; ora, quem dita a lei é a classe dominante, minoritária, que com ela legitima a sua dominação, em última instância, o capital financeiro. De tal modo, que na democracia imposta pelo domínio dos EUA sobre o Japão, os líderes do Partido Liberal Democrata (LDP), burocratas seniores e das grandes empresas _ A Tríade do poder, governaram o Japão ininterruptamente desde 1955 a 2009, monopolizando o governo durante 54 anos. O povo do Japão, cunhou então um novo conceito político, “Amakudary”, atingir as delícias do paraíso na terra!

Analisemos então a evolução e o estado atual da democracia nos EUA, para podermos escolher o nosso próprio caminho democrático: José Saramago, no ano de 2001 (em Janela de Alma), dirigindo-se ao mundo, afirmou: “Hoje estamos a viver na caverna de Platão. Porque as imagens que estamos a ver, substituem a realidade...No mundo audiovisual... repetimos a situação das pessoas aprisionadas na caverna de Platão: olhando em frente, só vemos sombras e acreditamos que essas sombras são a realidade. E vai ser cada vez pior.”

Nós, os que fomos confinados à caverna, o que conhecemos do mundo eleitoral dos EUA? O nome de dois candidatos, que são afinal meras sombras das oligarquias que detêm todos os poderes na grande nação americana. A democracia americana nunca foi uma democracia económica. A democracia americana nunca foi uma democracia social. A democracia americana deixou de o ser, guerra após guerra, privatização em cima de privatização, quando em nome do liberalismo, abriu a arca de todos os demónios capitalistas/monopolistas e imperialistas. E encerrou no fundo da caverna o seu próprio povo e os povos do seu império global.

NENHUM PARTIDO REPRESENTA A VONTADE POLÍTICA DA MAIORIA DOS ELEITORES DOS EUA

O Facebook ajudou decisivamente a derrotar Hilary Clinton e a tornar a União Europeia, numa coligação militar de segunda linha, com o Brexit e a saída do exército do Reino Unido. Democratas e republicanos revessaram-se na tarefa de dividir a Europa, entre a Velha Europa do ocidente liberal e a Nova Europa, do leste autoritário e militarista.

Quase 244 milhões de americanos poderiam votar, segundo o *Bipartisan Policy Center*... Numa população de 335 milhões. 70 milhões de votos recebeu o candidato democrata, o republicano venceu com 74 milhões. Quase 100 milhões de americanos não votaram ou não puderam votar. A candidata dos verdes, Jill Stein, quando concorreu à Presidência em 2016, obteve 1,4 milhões de votos. Obteve mais votos no Michigan, Wisconsin e Pensilvânia do que a diferença pela qual Donald Trump derrotou Hillary Clinton em cada um desses estados. Por isso, foi acusada como a responsável pela primeira vitória de Trump e recebeu agora metade dos sufrágios, 700.000. Chase Oliver, do Partido Libertário, proclamando-se homossexual e pró-armas, recebeu 600.000 votos em nome da defesa dos direitos individuais. Cornel West, defendeu uma alternativa ao império, à supremacia branca, ao capitalismo, ao patriarcado e às limitações do sistema bipartidário, dominado por corporações. Obteve 500.000 votos. Os 3 candidatos somam quase 2 milhões a quem o sistema eleitoral nega automaticamente qualquer representação política, no Congresso e no Senado. O sistema admite uma alternância formal, mas reservada ao bipólio. Um sistema fossilizado, montado para perpetuar um monopólio de duas cabeças, incapaz de se renovar em modo democrático.

Fukuyama enganou-se, a democracia americana não era o fim da história cristalizada num prisma democrático de duas faces: esse regime de monopólio de duas cabeças decompôs-se numa amálgama onde só reluzem restos da democracia. A Cortina de Ferro de Churchill escondia afinal a sua própria duplicidade: enquanto proclamava a superioridade da democracia liberal, escrevia ao presidente americano, propondo que se usasse o poder exclusivo das bombas atômicas para tirar do mapa Moscovo e as principais cidades da União Soviética, e liquidar o socialismo, como confessou Lord Moran, o médico pessoal e confidente, no seu livro de memórias (*Churchill at War 19140-45*).⁶

6 Recordemos a frase de Churchill, celebrada mil vezes como se a história e as ciências políticas tivessem estagnado: "Many forms of Government have been tried and will be tried in this world of sin and woe. No one pretends that democracy is perfect or all-wise. Indeed, it has been said that democracy is the worst form of Government except for all those other forms that have been tried from time to time." (Churchill by Himself, p.574)

PORQUE DECAIU O VOTO DEMOCRÁTICO: O MITO DO CRESCIMENTO COMO REDENTOR DO EMPREGO E DA POBREZA E A SUA VOLATILIDADE

Trump ganhou 1 milhão de votos entre 2020 e 2024; os democratas perderam 9,4 milhões, mais de 6,5 milhões de votos democratas foram parar à abstenção. São eleitores que procuram uma nova democracia?

Antes da pandemia, em fevereiro de 2020, havia um total de 159 milhões de pessoas empregadas nos Estados Unidos. No final de abril desse ano, 26 milhões de empregos tinham desaparecido. Mas a explicação da pandemia esconde uma outra razão: a estratégia política das grandes empresas e do governo, foi o incremento da automação, da robotização e da Inteligência Artificial, que suprimiram milhões de postos de trabalho e esmagaram o valor do trabalho fabril e especializado. A dimensão dessa perda pode ser exemplificada por três casos concretos: um soldador podia receber até 50 USD por hora de trabalho, a robótica reduziu o custo da hora para os 8 USD. A JP Morgan contratava um exército de advogados para elaborar os contratos imobiliários, representando centenas de milhares de horas anuais: foram substituídos por complexos softwares. *Call centers* que empregavam milhares viram-se reduzidos a algumas dezenas, substituídos pelos *chatbots*. A aristocracia operária e a pequena burguesia, que integravam a classe média viram a sua condição social ser esmagada. As empresas tecnológicas tombariam a seguir, despedindo às dezenas de milhar.

Os números baixos do chamado pleno emprego, escondiam outra realidade preocupante, os novos postos de trabalho já não vêm da grande indústria e dos novos serviços tecnológicos, mas de micro e pequenas empresas, subsidiadas e endividadas, voláteis e onde reina a precaridade e o rendimento mínimo.

Em 2023, o rendimento médio familiar, ao decair 4%, baixou para 80.000 USD. Mas...Mais de metade dos estudantes universitários terminavam o curso com dívidas, uma soma total 1,7 mil milhões USD. Um terço da população em idade escolar não estava matriculada. Abaixo do limiar da pobreza viviam 36,8 milhões (11,1%). Os mais ricos possuíam 67% da riqueza, apenas 2,5% sobrava para os mais pobres. 1% das famílias ricas, possuía 26% da riqueza.

FECHOU-SE O SONHO AMERICANO

As eleições americanas de 2024 foram as mais caras da sua história, US\$ 15,9 milhares de milhões. 10,5 milhares de milhões em anúncios, cobrindo Presidência, Congresso e Senado. O candidato presidencial democrata gastou 1.600 milhões e o republicano 993. Mais 419 milhões gastaram-se publicidade digital,

Kamala Harris captou diretamente US\$ mil milhões. Do total, 40% dos valores vieram de pequenos doadores, e outros 586 milhões foram recolhidos pelos chamados comitês de ação política (PACs), a capa que esconde a porta giratória por onde circulam

os altos cargos políticos e nas administrações das grandes empresas.

Donald Trump arrecadou US\$ 382 milhões com 28% das doações vindas de pequenos apoiantes. Os comitês republicanos angariaram US\$ 694 milhões dos grandes doadores: Timothy Mellon, doou US\$ 197 milhões: Richard e Elizabeth Uihlein, Miriam Adelson, o CEO da Tesla e SpaceX Elon Musk, Kenneth Griffin, cada um mais de 100 milhões.

No lado democrata, destacaram-se Michael Bloomberg, com 93 milhões de dólares. George Soros 56 milhões.

Os investidores das indústrias de guerra e dos combustíveis fósseis, são agora os novos capitães da indústria. Acima deles, pairam os fundos abutre e os bancos gigantes. Capturaram o estado e canibalizam o estado, apoderaram-se progressivamente dos principais recursos de comunicação de massas. Fechou-se o sonho americano.

Os 100 senadores progressistas e os abstencionistas que farão? Haverá ainda tempo e recursos, para constituir um novo partido, verdadeiramente democrático e republicano, que resgate a democracia americana?

A POLÍTICA DE IMIGRAÇÃO E O SEU IMPACTO NA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA

Há um terceiro tumor a minar as democracias liberais: a hostilidade e o ódio contra a emigração, e as suas metástases já se .espalharam dos EUA à União Europeia e a Portugal. O Observatório da Emigração publicou em janeiro o Atlas da Emigração Portuguesa: só nos últimos 20 anos, o país viu sair mais de 1,5 milhões de cidadãos. No total, existem hoje cerca de 2,1 milhões de cidadãos na diáspora portuguesa, em todos os cantos do planeta. A França continua a ser o país com o maior número de imigrantes residentes nascidos em Portugal (573.000), seguindo-se a Suíça (204.000), os Estados Unidos (184.000), o Reino Unido (156.000), o Brasil (138.000), o Canadá (134.000) e a Alemanha (115.000). Cerca de 20.000 emigrantes portugueses regressam anualmente a Portugal, na sua maioria com menos de 40 anos, não vêm ricos, nem beneficiam de nenhum programa global para a sua reintegração. A contagem dos luso descendentes está por atualizar, mas podemos estimá-la na escala dos 5 milhões, se tomarmos como critério as pessoas que se identificam como lusodescendentes de emigrantes portugueses: no caso dos EUA, segundo um estudo da FLAD, há 1,3 milhões de pessoas que assumem essa condição. A Secretaria de Estado das Comunidades, em 2023, no âmbito da comemoração do 10 de junho, elaborava um documento, em que se lia: Dimensão e dispersão: Cerca de cinco milhões de portugueses e lusodescendentes. 2.240.152 pessoas com morada do Cartão de Cidadão no estrangeiro. Principais países de fixação: França, Brasil, Reino Unido, Suíça, Alemanha, China (inclui Hong Kong e Macau), Estados Unidos da América, Luxemburgo, Venezuela, África do Sul e Canadá. Organizados em 1.987 associações: Europa (1.114), América do Norte

(513), América do Sul (244), África (57), Oceânia (31) e Ásia (28), apoiados através de 136 candidaturas, num total de 903.989,87 euros, dirigidos prioritariamente para a capacitação das comunidades portuguesas na África do Sul e na Venezuela, na área das carências sociais. Através do Instituto Camões, I.P, a língua portuguesa é ensinada em 76 países. Em 2023 a rede do ensino de Português no estrangeiro abrangia 1.443 escolas e 72.726 alunos nos níveis de ensino pré-escolar, básico e secundário, dos quais, 37 725 na Europa, e 850 em África, a que se juntam, na modalidade de ensino apoiado, 34 151 distribuídos pelo Canadá, EUA, Venezuela e Austrália. Fora deste âmbito, destaca-se a contribuição do governo da República Popular da China, onde mais de 30 universidades ensinam a língua portuguesa, numa dimensão dirigida ao conjunto dos PLP. As remessas de emigrantes nacionais em 2022 elevaram-se a 3.892,2 milhões de euros, 1,6% do PIB português, segundo o Banco de Portugal e os imigrantes estrangeiros, embora tenham uma taxa de desemprego mais do dobro do que a dos portugueses, têm vindo a aumentar o seu contributo para a Segurança Social. Nesse mesmo ano, contribuíram com 1.861 milhões de euros e só beneficiaram de cerca de 257 mil euros (V Um saldo positivo de 1.604,2 milhões de euros para a Segurança Social, que é quase o dobro de há quatro anos. Os imigrantes pesam 7,5% no total da população e, citando ainda o Observatório das Migrações, têm uma taxa de atividade mais alta do que os portugueses, desempenhando sobretudo trabalhos mal pagos, mais arriscados e onde trabalham mais horas semanalmente do que os nacionais. Mas, na realidade, basta uma só árvore da mentira política, para esconder a floresta das verdades sociais e é comum encontrar nas redes sociais cópias de cheques da Segurança Social, verdadeiros ou falsos, com quantias que rondam os mil euros endereçados a nomes que soam a imigrantes, apresentados como prova irrefutável que parasitam os apoios sociais. Essa floresta, da verdadeira realidade social à escala da nossa própria emigração, revela-nos uma outra realidade e uma terrível ameaça que pode atingir em ricochete os milhões de portugueses na diáspora: Portugal é hoje o país europeu que, proporcionalmente, tem maior número de emigrantes e o oitavo em todo o mundo. Esta dimensão, deveria conduzir os dirigentes políticos a um debate cauteloso e prudente, sobre “a necessidade de controlar a emigração”, de “impor regras mais restritivas”, e, sobretudo, aos avisos hostis, “o risco de perder a identidade nacional, com o crescimento da sua comunidade, e a disseminação da sua religião, usos e costumes...”, “os perigos da emigração, que põem em causa a segurança nacional e dos portugueses”, “a exigência de contratos de trabalho prévios” ... É que, num mundo globalizado, todas as medidas tomadas pelos governos da nossa República, vão bater à porta, com estrondo, dos portugueses emigrantes e lusodescendentes.

“EI-LOS QUE PARTEM” ... MAIS JOVENS E INSTRUÍDOS

Ainda de acordo com estimativas do Observatório da Emigração, cerca de um terço (850 mil) dos jovens nascidos em Portugal com idades entre os 15 e os 39 anos vive neste momento no estrangeiro, tornando-se um fator decisivo do nosso inverno demográfico. Repartindo agora os €3,8 mil milhões das suas remessas: O maior contributo tem origem em França, com mais de mil milhões, seguido de muito perto pela Suíça e, por fim, do Reino Unido, com €458 milhões. O modelo das migrações em Portugal foi-se alterando ao longo do tempo, tendo o país sido, até à década de 90, sobretudo um ponto de exportação de trabalhadores, com competências profissionais, nas de baixo nível técnico e educacional. Após a crise financeira ocidental e a política de austeridade que nos impôs a Troika, a sangria de quadros médios e de alto nível, cresceu exponencialmente. Temos hoje associações científicas portuguesas em muitos países, nomeadamente no Reino Unido, em França, na Bélgica, nos Estados Unidos e na Suíça”, mas as políticas dos nossos governos não integram cuja opção estratégica para estabelecer e aproveitar, a sua ligação umbilical com a pátria. Num tempo em que o voto eletrónico está ao alcance de um click, o obsoleto sistema de voto consular e por correspondência, está montado para restringir a mobilidade do cidadão expatriado e tornar irrisório o seu contributo eleitoral. Olhemos de frente os números das eleições mais recentes: europeias: 29.727 votantes, em 1.515.935 inscritos. Legislativas: 333.520 votantes, em 1.546.747 inscritos.

A CRISE DA GLOBALIZAÇÃO CAPITALISTA, COMO CAUSA DAS VAGAS CONTINENTAIS DE IMIGRANTES

A caracterização de imigrantes económicos e refugiados, imbricou-se uma na outra, primeiro, porque toda a economia é economia política e as guerras locais são consequência da disputa geoestratégica entre as potências e grupos ocidentais. A política neocolonial das grandes potências em África, sob a tutela dos gendarmes franceses, gerou um fluxo desigual de extração de matérias-primas, dívida soberana e decomposição dos novos estados em fações dos senhores da guerra, cujos últimos episódios são a partição da Líbia em dois territórios e o sufocar da primavera árabe no médio oriente. Pelas fraturas nacionais causadas por esta política, entraram em força as organizações radicais e terroristas que se reclamam do islamismo, mais recentemente está a fazer-se a reaproximação desses países à Federação Russa pela via militar e o projeto da Nova Rota da Seda da China, dirigido à construção de Hubs africanos de desenvolvimento industrial sustentável, tomou forma na Etiópia e serviu de modelo à assinatura de 37 acordos de cooperação no Fórum China África de 2018, e à adesão à Rota da Seda de 53 dos 54 países africanos. Mas ainda não conteve a vaga intercontinental que chega às costas europeias, deixando para trás um mar de

cadáveres no mediterrâneo. Outra vaga continental de emigrantes varre de sul para norte o continente americano, como consequência da aplicação da doutrina Monroe, que fez deste continente uma reserva política e económica a sobre controle dos EUA, aplicada sempre que necessário pela organização de golpes de estado e a instauração de ditaduras militares e imposição do modelo económico do neoliberalismo. E as guerras pelo petróleo e as terras raras (o Afeganistão, segundo o Pentágono, é “ A Arábia Saudita do Lítio”) no oriente e oriente médio provocaram elas também, novas vagas, que assaltam os novos “muros da vergonha”, conceito batizado pelos líderes europeus e americanos durante a primeira guerra fria e que se afirmam os campeões dos Direitos Humanos. Na verdade, os artigos 13º a 15º da Declaração Universal dos Direitos do Homem, como também se reafirma nos seus Artigos 29º e 30º, concedem ao direito à emigração e à condição de refugiado, o estatuto superior de Direitos Humanos universais e inalienáveis. As elites políticas da época, sob as campas de 80 milhões de vítimas da II guerra mundial, juraram sujeitar os seus interesses nacionais ao dever de solidariedade para com todos os seres humanos. Hoje renegam o seu compromisso político.

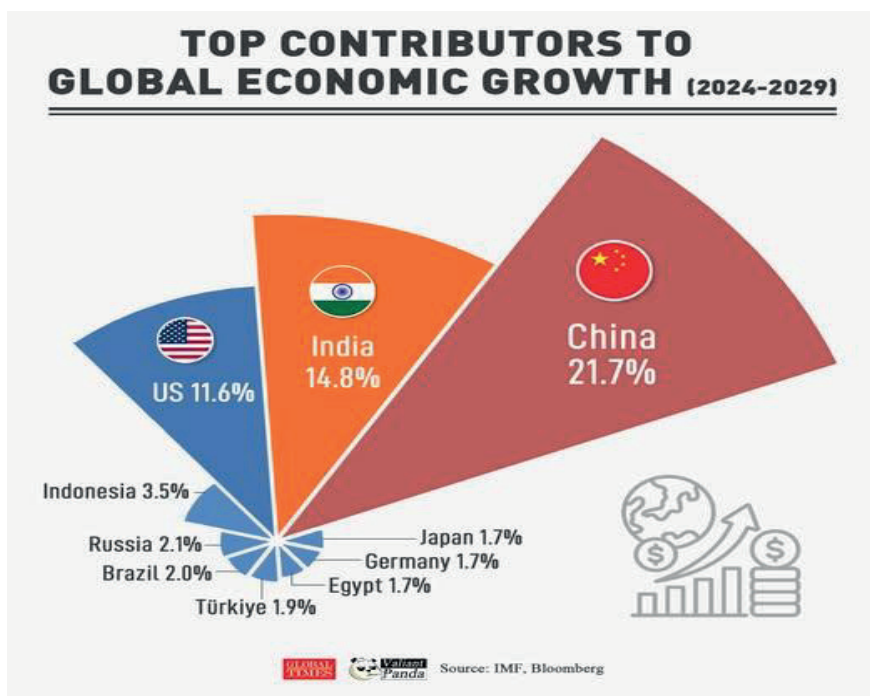


Fig.5 Sem a China, o mundo entraria em recessão

Segundo a Bloomberg (e o FMI), entre 2024 e 2029, a contribuição para o crescimento da economia mundial será liderado pela China, com 21,7%, seguida pela Índia, com 14,8%, os EUA, com 11,6%, a Indonésia com 3,5%, a Rússia com 2,1%, o Brasil com 2,0%, a Turquia com 1,9%, o Egito e a Alemanha com os mesmos 1,7%, o Japão com 1,7%... Segundo a Agência da ONU para o Desenvolvimento Industrial, em 2030 o contributo da China será de 45%, dos EUA de 11%, do Japão 5%, da Índia 3%, da Alemanha e Coreia do Sul de 3%, do México, Turquia e Indonésia, de 1%. Estes números falam por si: A Federação Russa não possui uma base económica para sustentar qualquer estratégia de reconquista do império czarista. Sem a China o mundo entrará em recessão. A União Europeia tornar-se-á irrelevante. E, questão existencial: sem a oposição da RPCh e das outras democracias liberais ou socialistas, as forças democráticas da grande nação americana serão completamente esmagadas e os 4 cavaleiros do apocalipse cavalgarão volta ao mundo com os freios nos dentes: recessão e crash financeiro, guerra, pandemia, crise geral do ambiente. Portugal não deve deixar arrastar pela queda da Europa. Não se trata de virar costas à UE, mas sim de não depender do seu mercado, que com o controle orçamental e financeiro nos aproxima do estatuto de semicolónia. Está constituído um novo polo do multilateralismo com base na aliança democrática, pacífica e progressista, entre a China e os PLP: o Portugal de Camões, de D. Pedro V e dos capitães de Abril, deve voltar a ocupar o seu lugar histórico, no coração de uma nova Era de cooperação pacífica e futuro comum, para a Humanidade.



AGOSTINHO COSTA

MAJOR GENERAL, MESTRE EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS, EX-CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA EUROPEAN RAPID OPERATIONAL FORCE (EUROFOR), EM ITÁLIA; CHEFIU O GABINETE DE PLANEAMENTO E PROGRAMAÇÃO DO INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES (ATUAL IUM)

A COOPERAÇÃO PORTUGAL-CHINA, NO CONTEXTO DA UE E DO SUL GLOBAL, O ERGUER DO BRASIL E DA ÁFRICA: ANÁLISE NOS PLANOS GEOPOLÍTICO E GEOESTRATÉGICO. A NOVA ORDEM INTERNACIONAL

RESUMO (LAYOUT)

As alterações verificadas nos planos económico, tecnológico, social e político, com a emergência de novos polos de poder e novos centros de desenvolvimento em geografias distantes dos tradicionais centros do poder eurocêntrico, vieram alterar os equilíbrios e criar novas dinâmicas conferindo ao sistema internacional um carácter multipolar e policêntrico.

A China pela sua relevância internacional nos planos económico, político, estratégico e cultural, bem ainda como pela ligação histórica a Portugal, nomeadamente pelos interesses que o nosso país mantém na Região Administrativa Especial de Macau, terá sempre que ser considerada como um parceiro privilegiado, merecedor de um lugar especial na Política Externa de Portugal. Até pela memória de ter sido com a China que Portugal procurou ultrapassar as vicissitudes do período da crise financeira, que levou à intervenção da troika para a estabilização das finanças públicas do nosso país. A relação com esta superpotência abre importantes janelas de oportunidade que não colocam em causa o quadro dos compromissos internacionais a que o país se encontra vinculado, mercê de integrar organizações políticas e de segurança regional.

随着经济、科技、社会和政治领域发生的变化，新兴权力极和发展中心在远离传统欧洲权力中心的地域崛起，这些变化打破了原有平衡，催生了新的发展动力，使国际体系呈现出多极化和多中心化的特征。

鉴于中国在经济、政治、战略和文化领域的国际影响力，以及中葡两国之间的历史联系——尤其是葡萄牙在中国澳门特别行政区的利益，中国始终应被视为葡萄牙外交政策中一个享有特殊地位的重要合作伙伴。更何况，在葡萄牙经历金融危机、接受“三驾马车”救助以稳定公共财政的艰难时期，正是中国帮助葡萄牙度过了困境。与这一超级大国的关系为葡萄牙开辟了重要的机遇之窗，而由于葡萄牙参与地区政治与安全组织，这种合作并不会影响其在国际承诺框架下的义务。

1. INTRODUÇÃO

“A Cooperação Portugal-China, no contexto da UE e do Sul Global, o Erguer do Brasil e da África” é um tema de inegável relevância, tendo em conta o contexto de profunda mudança que se verifica na ordem internacional, marcada por dois conflitos que suscitam preocupação, não só pela natureza dos atores, até porque envolvem potências nucleares, mas também pela relevância dos interesses em disputa e pelo seu impacto nos vários domínios das relações internacionais.

O contexto de confrontação geopolítica e geoestratégica atual levanta questões pertinentes sobre a adequabilidade do sistema internacional para dar resposta às alterações do contexto. Paralelamente, reforça a convicção da necessidade de redefinição das funções e revisão das estruturas das instituições que suportam o atual modelo de sistema internacional, a começar pela própria Organização das Nações Unidas cuja reforma do Conselho de Segurança tem vindo a ser reclamada desde há muito tempo a esta parte. Uma análise sistémica implica ainda que se pondere a adequação dos processos, para poder dar resposta aos desafios do futuro.

As alterações verificadas nos planos económico, tecnológico, social e político, com a emergência de novos polos de poder e novos centros de desenvolvimento em geografias distantes dos tradicionais centros do poder eurocêntrico, vieram alterar os equilíbrios e criar novas dinâmicas conferindo ao sistema internacional um carácter multipolar e policêntrico.

Os conflitos que grassam presentemente na Europa e no Médio Oriente, a par das mudanças verificadas em outras latitudes, tanto no campo securitário para enquadramento estratégico dessas regiões em alianças de segurança, como no quadro

da cooperação económica, podem interpretar-se como o efeito emergente de um sistema internacional em rápido processo de mudança, com novos atores a desafiar o *status quo*, pugnando por uma maior equidade nas relações económicas, equilíbrio na gestão dos recursos e critério no relacionamento entre os atores do sistema internacional.

É um facto inequívoco o deslocamento da centralidade económica para outras geografias, que não apenas a Europa e a América do Norte. A China representa presentemente um polo de desenvolvimento que extravasa largamente as suas fronteiras, com uma inquestionável presença global nos planos económico, tecnológico e cultural, acompanhando a transferência da centralidade da economia global para a Ásia verificada nas últimas décadas, com dinâmicas que extravasam o limite geográfico das suas fronteiras. A iniciativa *One Belt One Road* (a nova rota da seda) representa um elemento paradigmático neste domínio, representando um instrumento de cooperação e influência do país no exterior, com reconhecidos impactos benéficos nas economias e sociedades dos países que cooperam no seu desenvolvimento.

A relação de Portugal com a China, tendo em conta o enquadramento e as condicionantes que decorrem da localização geográfica de ambos os países no espaço euroasiático, bem como as relações históricas de amizade e cooperação entre os dois povos, atentas as incertezas da atual conjuntura internacional, merecem reflexão e a formulação de um pensamento sistematizado que sustente a orientação da política externa do nosso país.

Portugal é um país da frente atlântica do continente europeu, integrante da União Europeia, mas que interpreta a evolução no Sul Global e na área da lusofonia, em particular no Brasil e na África, como parte do espaço estratégico de interesse nacional conjuntural. As sinergias que decorrem de elementos identitários partilhados, a começar pelas vertentes da cultura e da língua, potenciam entendimentos e o estabelecimento de posições comuns em diversos domínios, sendo multiplicadores da relevância internacional destes países.

A China e o Brasil integram organizações multilaterais de carácter regional e global que lhes conferem acrescida importância no palco internacional. Outros países deste universo, em particular Angola, reúnem os elementos de potencial estratégico necessários para se afirmarem como atores relevantes na cena internacional. No seu conjunto, estes países representam um universo com assinalável potencial num sistema internacional em processo de transição para uma ordem internacional multipolar e policêntrica, onde lhes caberá certamente desempenhar um papel de relevo.

2. DELIMITAÇÃO DO TEMA

A V Conferência Internacional de Cooperação Portugal-China convoca-nos a uma reflexão sobre a “A Cooperação Portugal-China, no contexto da UE e do Sul Global, o

Erguer do Brasil e da África”, numa conjuntura em profunda mudança, com visíveis impactos no ambiente internacional. Alguns autores têm vindo a referir de que “mais do que uma era de mudança estamos a viver uma mudança de era”.

Ben Rhodes, antigo subsecretário de Estado para a Comunicação Estratégica da Administração Obama, num artigo publicado na revista *Foreign Affairs* antes das eleições nos EUA, intitulado “A Foreign Policy for the World as It Is”, sublinha que independentemente de quem for em 2025 o inquilino da Casa Branca, terá necessariamente que dar resposta a três preocupações, respetivamente: impedir uma guerra mundial; mitigar a aceleração da atual crise climática; lidar com o processo de desenvolvimento tecnológico, nomeadamente nos domínios da Inteligência Artificial.

Qualquer uma destas três questões é do plano global, tendo subjacentes questões de ordem existencial para a humanidade, requerendo vontade da parte dos decisores políticos para encontrar consensos e promover as iniciativas necessárias para garantir a efetividade dos processos. Sobretudo, o atual clima de confrontação militar deverá dar lugar à diplomacia e a cooperação com vista à transição para um modelo de economia sustentável, que galvanize esforços no sentido da aceleração da descarbonização da economia e assegure um desenvolvimento benéfico das novas tecnologias. A China, pela dimensão da sua economia, pela liderança nos domínios da investigação e desenvolvimento científico e tecnológico e pelo nível de entrosamento que mantém nos planos político e diplomático com os chamados países desenvolvidos e da maioria global, tem um papel central em qualquer um destes processos.

Em última análise, para que as tensões que se têm vindo a acumular no sistema internacional durante este conturbado período de transformação em que vivemos não se saldem por uma tragédia, que ponha em causa o modelo de civilização assente no primado do respeito pela Dignidade Humana e do Estado de Direito, mas igualmente a sobrevivência da própria espécie humana.

Existe a percepção de que o processo de globalização apresenta atualmente dinâmicas distintas das de há uns anos, nomeadamente na dimensão económica. A ascensão da Ásia, em particular da China, levou a uma revisão dos conceitos e a um esforço por parte do ocidente alargado para reverter a deslocalização da capacidade produtiva do ocidente para a Ásia. A atual palavra de ordem é “reindustrialização”, com o desígnio de esborear dependências e colmatar as fragilidades que a recente pandemia do Covid-19 trouxe à superfície.

Por outro lado, assiste-se com preocupação a tendências de antagonização da China, principal destino de deslocalização das indústrias do ocidente. De virtuosa fábrica do mundo surgem depois as classificações de “parceiro negocial, competidor estratégico e rival sistémico” da União Europeia. Mais recentemente ouvimos a futura Alta Representante da União Europeia para a Política Externa e de Segurança, Kaja

Kallas, apelidar a China de “adversário sistémico”, o que indicia um endurecimento da postura da próxima Comissão Europeia, em linha com interesses exógenos aos da União Europeia em geral e de Portugal em particular.

Do outro lado do Atlântico a Estratégia de Segurança Nacional da atual administração norte-americana entende a China como “apresentando o desafio geopolítico mais importante para os EUA”. O crescente aumento das tensões no Indo-Pacífico permite perspetivar um risco de contágio da instabilidade geoestratégica, com repercussões preocupantes no comércio mundial e, necessariamente, com um impacto negativo na Europa em geral e, consequentemente, no nosso país.

No Sul Global, registam-se dinâmicas de afirmação dos Estados, através de políticas externas mais desprendidas de tutelas ou de condicionalismos impostos por centros de poder exógenos aos respetivos espaços geográficos, a par da diversificação das relações externas, de uma maior atenção ao controlo da exploração dos recursos naturais e o surgimento de alianças estratégicas fora do círculo restrito das antigas potências coloniais. Parece estar a assistir-se a uma nova vaga de políticas desenvolvimentistas, nomeadamente em África, muito à semelhança do ocorrido durante a década de sessenta do séc. XX.

O Brasil, por seu turno, tem procurado compatibilizar o estatuto de potência predominante da América do Sul, gerindo equilíbrios de um espaço que é palco de competição internacional pelo acesso a recursos naturais de importância estratégica para as tecnologias da nova economia. Desempenhou o papel de *honest broker* na gestão da crise entre a Venezuela e a Guiana pela disputa da região do Essequibo. Por outro lado, tem procurado gerir os equilíbrios regionais possíveis, tendo presente os resquícios da doutrina Monroe, que ainda está presente no quadro da política externa do principal ator internacional daquele lado do Atlântico.

O tema é vasto requerendo um esforço de síntese. Focalizar-nos-emos na análise dos fatores nos planos geopolítico e geoestratégico, bem como nos catalisadores (desafios, ameaças e riscos) que poderão representar oportunidades para perseverar numa ordem internacional complexa, em processo de reajustamento da hierarquia de poderes e que importa não nos conduza a situações sem retorno, com efeitos irreversíveis.

3. CARATERIZAÇÃO DO AMBIENTE INTERNACIONAL

Antonio Gramsci definiu Crise como uma situação em que “o velho já morreu e o novo ainda está para nascer, sucedendo-se, entretanto, um conjunto de factos mórbidos”. Esta era a definição perfeita para descrever a Ordem Internacional vigente até 23 de fevereiro de 2022, com toda a panóplia de ingredientes da confrontação híbrida que se agudizou após 2008, com a Cimeira da NATO de Bucareste e a intervenção da

Federação Russa na Geórgia, com antecedentes no discurso do Presidente Vladimir Putin na Conferência de Segurança de Munique do ano anterior. Presentemente já não estamos em crise, mas em conflito, em todas os domínios, agora também no militar, com indicadores preocupantes resultantes de ambiguidades estratégicas, revisões de posturas nucleares das grandes potências e alargamento dos espaços geográficos de confrontação.

Para descodificarmos a situação atual, os conflitos em curso na Ucrânia e no Médio Oriente, e um terceiro teatro de operações em estado de atrição estratégica na região do Mar do Sul da China, é imprescindível revisitar a Geopolítica, um domínio do conhecimento que esteve votado ao ostracismo pelas más memórias associadas a conceitos como “espaço vital” e Mitteleuropa.

É obrigatório revisitar a teoria geopolítica do britânico Halford Mackinder sobre o conceito de *Heartland*, de “ilha mundial” e das “áreas pivô”. O pensamento do geopolítico norte-americano Spykman com o conceito de Rimland, que integra a área pivô, representando o controlo dos mares quentes que contornam o *Heartland*. É necessário reler o *long telegram* de George Kennan que inspirou a política norte-americana de contenção da URSS durante a Guerra Fria. Não menos importante, revisitar o pensamento geopolítico do polaco Józef Pilsudski, nomeadamente os conceitos de Prometeísmo e Intermarium que espelham o impulso para leste da Aliança Atlântica, estando o último institucionalizado pela “Iniciativa dos 3 Mares” e do “Grupo 9 de Bucareste”.

Ben Rhodes, no artigo anteriormente citado, refere que a “*rules-based international order*” já não existe. A Rússia e a China têm-se encarregado de apresentar uma alternativa. Os próprios EUA, no plano comercial e industrial têm vindo a distanciar-se dos mecanismos de globalização instituídos durante o pós-Guerra Fria. Potências como o Brasil, a Índia, a Turquia e os Estados do Golfo têm vindo a adequar as suas parcerias em função das circunstâncias e dos seus respetivos interesses. A questão do apoio à Ucrânia galvaniza essencialmente os países do ocidente alargado liderado pelos EUA. Enquanto a ordem anterior se vai desagregando, novos blocos emergem em alternativa.

No plano económico o consenso de Washington culminou com a crise financeira que galvanizou populismos contra elites consideradas como alheadas da realidade. A banalização do recurso a sanções económicas e a saturação da utilização do Dólar como meio de coação aceleraram o processo de desdolarização em curso. Concomitantemente, as preleções sobre democracia já suscitaram maior entusiasmo nas audiências dos países da maioria global. Esse sentimento está bem patente nas palavras de um oficial queniano, realçando a diferença das expectativas consoante o interlocutor seja do ocidente alargado ou da China (*every time China visits we get a hospital, every time Britain visits we get a lecture*).

Tudo isto agravado por uma crise moral provocada pela passividade do ocidente perante a tragédia na Palestina, a desvalorização das instituições internacionais, nomeadamente as da Organização Universal (ONU), com destaque para a hostilidade em relação ao Tribunal de Justiça Internacional e ao Tribunal Penal Internacional, nos processos movidos contra a atuação do Estado de Israel em Gaza e no Líbano.

4. FATORES DE TENSÃO E CATALISADORES DE RISCO NA ORDEM INTERNACIONAL

São vários os fatores de tensão que caracterizam a atual conjuntura geopolítica e geoestratégica internacional, que paulatinamente têm vindo a dar azo a situações de risco potencial de confrontação direta entre atores com capacidade para empregar armamento nuclear, que julgávamos fora dos horizontes de um processo de decisão racional.

O primeiro fator de tensão, que é causa e consequência do quadro preocupante em que nos encontramos, é o resultante dos sucessivos atropelos ao Direito Internacional e aos princípios do Direito Internacional Humanitário, que a serem observados teria havido alternativas diplomáticas à intervenção russa da Ucrânia e não assistiríamos à carnificina causada pelas tropas de Netanyahu em Gaza e na Cisjordânia.

No Médio Oriente, a ineficácia do exército israelita em Gaza, incapaz de concretizar, ao fim de 411 dias de combates, nenhum dos objetivos declarados, o que não impediu Telavive de se ter lançado numa aventura no Líbano, que poderá resvalar para um conflito regional alargado. A perspetivar-se o envolvimento do Irão no conflito e uma potencial ameaça existencial para Israel, ao abrigo da doutrina nuclear deste país, culminará na designada “Samson Option” – uma retaliação com armas nucleares por Israel.

No teatro de operações da Ucrânia o conflito que completou ontem 1.000 dias, tendo atingido um nível da confrontação impensável há dois anos. Acumulam-se fatores de tensão decorrentes de ambiguidades estratégicas de eficácia duvidosa, de jogos de poder difíceis de descodificar e de excessos de confiança desfasados das respetivas capacidades estratégicas. É agora agravado pelo atual período de transição de poder na Administração dos EUA, colocando legítimos receios sobre o impacto das disputas políticas internas daquele país na condução das operações, atentas as diferenças das posturas estratégicas em relação ao conflito por parte de Republicanos e Democratas, e a intenção declarada do presidente eleito Trump em colocar um fim na confrontação militar.

Parece ter-se mergulhado num misto de delírio e desespero, mesmo de ridículo e de burlesco, como se este conflito, que conta já com centenas de milhares de baixas, fosse mais uma série da Guerra dos Tronos. A fantasia em que enveredamos não é patente apenas no *dress code* dos atores, mas no facto de continuarmos vinculados a

uma realidade que já não existe, repetindo continuamente as mesmas receitas à espera de resultados diferentes, aplicando conceitos velhos a situações novas.

Neste domínio, a má notícia é continuarmos a considerar o emprego das Armas Nucleares com base nos pressupostos da doutrina da Guerra-Fria, do MAD (*mutual assured destruction*), assente num compromisso de 1978, assumido pelas potências nucleares na Assembleia das Nações Unidas desse ano, da não utilização destas armas contra Estados não-nucleares, que criou as bases para o Tratado de Não-Proliferação.

Na Revisão da Postura Nuclear dos EUA, realizada em 2010, esse princípio desapareceu, passando a considerar a possibilidade do emprego destas armas em resposta a um ataque com armas convencionais, químicas ou biológicas. As subseqüentes revisões da doutrina norte-americana alargaram o campo das hipóteses, nomeadamente como resposta a ciberataques.

Recentemente Pranay Vaddi, diretor de controlo de armamento do Conselho de Segurança Nacional dos EUA, referiu que entrámos numa nova era para as Armas Nucleares, na qual os EUA deixarão de colocar restrições aos quantitativos da respetiva colocação. A resposta de Moscovo não se fez esperar com Putin a aprovar uma revisão na doutrina de dissuasão nuclear da Federação Russa, alargando o conjunto das circunstâncias em que aquele país se considera legitimado para enveredar por uma retaliação nuclear e, conseqüentemente, subindo o patamar do risco de uma confrontação. O génio saiu da lâmpada, resta-nos aguardar para gerir as consequências.

Sem o propósito de efetuar prospetivas, mas tão somente analisar tendências, as recentes declarações do presidente da Rússia, acompanhadas com as *démarches* que realizou na Coreia do Norte e no Vietnã, indiciam a consolidação de novos blocos geopolíticos, geoeconómicos e geoestratégicos. Declarou o fim da arquitetura de segurança Euro-Atlântica e a sua substituição por uma alternativa centrada no espaço Euro-Asiático, num claro desafio à hegemonia do ocidente. Enquadrou esse desígnio num imperativo de reforma das instituições internacionais, a começar pelas Nações Unidas, com um novo desenho do Conselho de Segurança que espelhe a realidade internacional atual e onde África e a América Latina terão que ter representação. Vaticinou a necessidade de uma nova Ordem Internacional, de uma espécie de novo Tratado de Vestefália.

O futuro joga-se presentemente em vários tabuleiros do xadrez da geopolítica internacional, seja nos campos e nas cidades do Donbass, em Karkiv, Kupiansk, Chasiv Yar e Zaporizhia, ao longo dos 1.200 km da frente de combate, onde não estão apenas em causa interesses vitais e questões existenciais para os dois beligerantes, estando também em disputa o controlo de recursos minerais com um valor colossal. No dizer do Senador norte-americano Lindsey Graham os recursos minerais da Ucrânia representam 13 Triliões de dólares, dos quais 50% estão atualmente nos territórios

na posse dos russos. Joga-se também na geometria dos realinhamentos nas relações internacionais, com a emergência de alinhamentos no plano multilateral subordinadas a lógicas distintas das relações de poder e hegemonia que marcaram o período do pós-Segunda Guerra Mundial.

O sucesso dos BRICS é um exemplo paradigmático da mudança sistémica em curso nas relações internacionais, pelo acolhimento que colhe na generalidade dos países da maioria global. A focalização nas políticas de desenvolvimento económico e social, a par da participação numa organização que à hegemonia contrapõe a harmonia, conferindo prioridade à relação democrática entre os Estados, em detrimento da mera imposição de modelos exógenos de funcionamento das respetivas democracias, fazem parte dos fatores de atração dos BRICS que ajudam a entender o sucesso desta organização, que integra a China e o Brasil como Estados fundadores.

Acresce referir que foi dos BRICS que surgiram até ao presente os planos de Paz mais consistentes para o conflito da Ucrânia, protagonizados tanto pela China como pelo Brasil e África do Sul, para além das diligências no mesmo sentido desenvolvidas pelo Presidente Modi da Índia.

A relevância dos Estados na ordem internacional está indexada a vários fatores que definem a sua posição na hierarquia do sistema internacional. O poder e influência estão associados a diferentes fatores, não apenas do respetivo potencial estratégico, mas também de elementos intangíveis que vão do *soft power* associado às respetivas história e cultura, às relações históricas com outros povos e às perceções que foram capazes de desenvolver no seio da comunidade internacional, tendo em conta o aspeto percecional do próprio poder.

Os desafios para as designadas pequenas potências, nas quais Portugal se enquadra, são maiores, requerendo redobrada atenção para perseverar o espaço de manobra num ambiente internacional onde coexistem interesses antagónicos e as forças centrípetas em relação a diferentes centros de poder e esferas de influência. Sendo indiscutivelmente importante tomar opções, tendo em conta os fins-últimos do Estado (a Segurança e os Progresso e bem-estar), é também um facto inequívoco que uma pequena potência tem maiores vantagens em gerir as pertenças, procurando potenciar as oportunidades daí decorrentes, atenta a dimensão global dos principais desafios com que os Estados se confrontam presentemente e as interdependências que as atuais dinâmicas económicas e sociais acarretam.

Concomitantemente, importa ter presente as tendências de mudança estrutural em curso na ordem internacional anteriormente analisadas. É necessário, por um lado, sermos capazes de prospetivar os cenários que potenciem riscos e oportunidades para o nosso país e posicionar a sua política externa e de segurança em linha com o Interesse Nacional.

Na linha do pensamento do Professor Adriano Moreira, mais do que controlar danos de um processo que não conseguimos liderar dada a sua natureza de Estado exógeno no sistema internacional, Portugal deverá procurar influenciar através de uma política externa que saiba colher as vantagens dos elementos de potencial estratégico que dispomos. No mínimo, cabe-nos impedir que Portugal se converta num Estado exíguo do sistema internacional.

A formulação de uma Estratégia de Segurança Nacional que estabeleça as grandes linhas para a política externa de Portugal, é um exercício virtuoso e necessário que se impõe desde há décadas a esta parte. Revela-se fundamental no quadro das mudanças estruturais que irão certamente resultar dos conflitos em curso na Europa e no Médio Oriente, e da disputa entre titãs pela preservação da hegemonia ou transição para uma nova ordem internacional multipolar e policêntrica.

A China e a África, com especial atenção para o espaço da lusofonia, não representam apenas o espaço estratégico de interesse nacional conjuntural, mercê dos afetos e ligação histórica decorrente de séculos de interação entre os respetivos povos, são um capital de oportunidade pela conjugação dos fatores de potencial estratégico proporcionados pela localização geográfica pluricontinental, dimensão territorial e demográfica, reunido elementos de identidade de interesses que extravasam em muito os fatores conjunturais. Mesmo nesse domínio, a maré é favorável ao estreitar da cooperação entre Portugal e a China, alavancando-a no quadro de uma CPLP com uma visão e nível de ambição reforçados, assente numa orientação estratégica para a Política Externa do nosso país que tenha a sua centralidade em Lisboa e a perfeita perceção das oportunidades que uma articulação de interesses com Pequim, Brasília e Luanda comportam.

5. CONCLUSÕES

Como conclusões deste breve apontamento, sublinham-se as seguintes ideias-força sobre potenciais desenvolvimentos no plano global, com impacto na Ordem e Arquitetura de Segurança Internacionais, que irão emergir do processo de mudança em curso:

- O conflito da Ucrânia será um importante catalisador de mudança, com especial impacto na União Europeia e no vínculo transatlântico (NATO). O resultado das eleições de novembro nos EUA, com a vitória de Donald Trump, vai ter reflexos na evolução/conclusão do conflito.
- O conflito do Médio Oriente tenderá a ser um teatro de operações subsidiário da confrontação entre Grandes Potências, tendo como efeito emergente o desgaste do *soft power* norte americano e um exaurir de recursos.

- A situação no Indo-Pacífico, nomeadamente a questão de Taiwan, tenderá a evoluir em relação direta com os desenvolvimentos do conflito na Europa.
- O risco de confrontação nuclear, com emprego de armas nucleares táticas, seja no Médio Oriente ou na Europa, é uma possibilidade real, tendo em conta a evolução em ambos os teatros de operações.
- A transição para uma nova Ordem Internacional Multipolar, com polos alinhados segundo vínculos de ordem geográfica ou afinidades de natureza cultural, é um efeito emergente do atual clima de confrontação e do desgaste da Ordem Internacional do pós-Guerra Fria.
- O espaço da lusofonia, pela sua dimensão territorial e demográfica, índice de desenvolvimento económico e potencial relevância no contexto internacional, poderá constituir-se como um polo relevante com vértices em Brasília, Luanda e Lisboa, com o respetivo potencial exponenciado pela relação com a China, atenta a relevância deste país na Ordem Internacional e o seu potencial demonstrado nos vários domínios.
- A China pela sua relevância internacional nos planos económico, político, estratégico e cultural, bem ainda como pela ligação histórica a Portugal, nomeadamente pelos interesses que o nosso país mantém na Região Administrativa Especial de Macau, terá sempre que ser considerada como um parceiro privilegiado, merecedor de um lugar especial na Política Externa de Portugal. Até pela memória de ter sido com a China que Portugal procurou ultrapassar as vicissitudes do período da crise financeira, que levou à intervenção da troika para a estabilização das finanças públicas do nosso país. A relação com esta superpotência abre importantes janelas de oportunidade que não colocam em causa o quadro dos compromissos internacionais a que o país se encontra vinculado, mercê de integrar organizações políticas e de segurança regional.
- O Brasil continuará a desempenhar um papel crucial na senda da afirmação das potências regionais e no plano internacional. Tem vindo a afirmar-se com um ator incontornável e uma voz respeitada, com uma visão política universalista, promotora de uma ordem internacional assente nos valores da Paz e da cooperação internacional. No campo da lusofonia seria desejável que o Brasil assumisse a liderança da CPLP e a articulação das respetivas

políticas externas comuns, conferindo a esta organização multilateral uma relevância acrescida e um caráter de fórum de concertação de posições comuns em aspetos determinantes da ordem internacional e da salvaguarda de interesses comuns.

- No continente africano, de entre os países lusófonos Angola apresenta-se pelo seu potencial estratégico, localização geográfica crucial no Atlântico Sul e perspectivas de desenvolvimento, como um ator relevante. Caber-lhe-á sempre um papel de destaque em qualquer articulação futura de posições comuns, sendo potenciador de sinergias, tanto com a outra margem do Atlântico Sul, com o Brasil, como com Portugal e, naturalmente, com a China, país com quem tem desenvolvido uma cooperação estreita em diversos domínios.

Em síntese, a cooperação de Portugal com a China, atentas as mudanças estruturantes em curso na ordem internacional, conjugada com uma articulação com o Brasil e a África, nomeadamente com Angola, deverá constituir um eixo central na definição de uma política externa do Portugal para o século XXI, como forma de superar os riscos do presente e perseverar perante os desafios do futuro.

Agostinho Costa

costa.ad.@gnr.pt



PINTO RAMALHO

GENERAL, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO MULTISECULAR DE AMIZADE PORTUGAL-CHINA, EX-CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, FOI ADJUNTO DO MINISTRO DA DEFESA NACIONAL PARA AS RELAÇÕES EXTERNAS DE DEFESA, É DIRETOR DA REVISTA MILITAR

REFLEXÃO SOBRE A COOPERAÇÃO DE PORTUGAL COM A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA NOS AMBIENTES DA UNIÃO EUROPEIA, DO SUL GLOBAL, DO BRASIL E TAMBÉM DE ÁFRICA

RESUMO (LAYOUT)

As alterações verificadas nos planos económico, tecnológico, social e político, com a emergência de novos polos de poder e novos centros de desenvolvimento em geografias distantes dos tradicionais centros do poder eurocêntrico, vieram alterar os equilíbrios e criar novas dinâmicas conferindo ao sistema internacional um carácter multipolar e policêntrico.

A China pela sua relevância internacional nos planos económico, político, estratégico e cultural, bem ainda como pela ligação histórica a Portugal, nomeadamente pelos interesses

主题：葡萄牙在欧盟、全球南方、巴西及非洲背景下与中华人民共和国的合作。

关于这一议题，我想强调两个我认为应纳入本次思考框架的关键。.....

最新变化在于美国新任总统的上台，他明确表示其外交政策的重点目标转向印太地区。

不变的是中国在2049年——即中国共产党成立一百周年之际——实现习近平主席所提到的“开创中华人民共和国的新时代，建设富强国家”的目标。

为实现这个目标，中国确立了三大重点战略：实现中华民族的伟大复兴，成为全球第一大经济体，与打造世界一流军队。

Na impossibilidade de estar presente na V Conferência Internacional de Cooperação Portugal - China, agradeço o convite para apresentar, à distância, algumas reflexões sobre o Tema - a Cooperação de Portugal com a República Popular da China nos ambientes da União Europeia, do Sul Global, do Brasil e também de África.

Sobre esta matéria, gostaria de salientar dois aspetos que me parecem deverem ser enquadrantes desta reflexão.

Primeiro, olharmos para a conjuntura estratégica internacional e pensarmos naquilo que é novo e naquilo que é constante ou pelo menos assim se mantém no nosso horizonte mais próximo. O que se alterou foi a eleição de um novo Presidente dos Estados Unidos, que claramente afirma que o seu objetivo - daquilo que é conhecido na sua política externa - está virado para o Indo-Pacífico, para as preocupações que tem com a República Popular da China designadamente no âmbito económico e, também de certo modo, naquilo que se refere à segurança do daquela região.

Nesta matéria, é importante termos em atenção o que nos Estados Unidos, vai sendo dito e aquilo que vai sendo referido pelos elementos que estão à volta do Presidente Trump; há uma preocupação permanente sobre aquilo que poderão ser os “hotspots” da região, designadamente uma potencial instabilidade na Península da Coreia e também o problema do Taiwan.

Nesta reflexão é claro para os europeus que, para os EUA, a situação da Ucrânia e a situação do Médio Oriente são distrações estratégicas, digamos assim, daquilo que é o objetivo principal e, portanto, há alguns aspetos que vamos ter de ter em atenção, designadamente ao nível europeu.

O aspeto que é constante - que não se alterou - é o objetivo da China para 2049 - quando se celebra o centésimo aniversário do Partido Comunista Chinês - de concretizar aquilo que o Presidente Xi Jinping referiu como “a criação de uma nova era para a República Popular da China, uma nação rica e forte”.

Para isso foram indicados três grandes objetivos que se propõe atingir: O grande renascimento da Nação Chinesa; constituir-se como a primeira potência económica do ponto de vista global; dispor de uma força militar que seja considerada de *World Class*.

É claro que estes três objetivos têm já hoje instrumentos muito concretos no terreno, que temos vindo a acompanhar. Alguns deles prendem-se com o objetivo da cooperação e com o objetivo da afirmação económica - estou a referir-me à iniciativa *One Belt and One Road* e tudo aquilo a que lhe está associado no domínio da sua afirmação, não só do ponto de vista económico, mas também do ponto de vista político.

Do ponto de vista económico, o dinamismo que se está a verificar a nível dos BRICS: esses instrumentos económicos já existem, designadamente, o Banco do Desenvolvimento (BRICS 2009) e o Banco Asiático de Investimento de Infraestruturas (2014) mas também, a Organização de Cooperação de Xangai (2020) que são realmente

instrumentos do ponto de vista político e económico que contribuem e materializam a intenção da República Popular da China no sentido da sua afirmação política e económica em termos globais.

É uma política externa assente na cooperação económica, no âmbito do desenvolvimento de infraestruturas, de cooperação industrial, dentro de um conceito “Win-Win” e de uma diplomacia dirigida às populações (People to people diplomacy), tendo como objetivos declarados o primado do desenvolvimento, a partilha de infraestruturas e ser um fator de progresso da globalização e da Paz, quer em termos regionais, quer internacionais.

Do ponto de vista militar, estamos igualmente a assistir a um processo de afirmação, ligado à modernização e ao investimento que tem duas etapas de desenvolvimento:

Uma primeira etapa e de afirmação até 2035, onde há uma aposta na modernização e de ampliação da capacidade militar, para atingir em 2049, o tal estatuto de *World Class*. Essas alterações estão a verificar-se do ponto de vista da inovação, que resultam também daquilo que é a afirmação económica e tecnológica da República Popular da China. A afirmação no domínio das tecnologias da informação, da inteligência artificial, dos motores de elevada capacidade, de tudo aquilo a que temos vindo a assistir e que tem correspondência naquilo que é o desenvolvimento do seu instrumento militar, seja nos aspetos convencionais, seja nos aspetos nucleares.

A segunda etapa, tem um carácter permanente e está ligada a uma ação continuada de concretização de capacidades tecnológicas, no quadro da indústria de defesa, o que nos leva a assistir da parte da China a um grande avanço do ponto de vista tecnológico naquilo que são as tecnologias das hipervelocidades, da computação quântica, da inteligência artificial, da Internet IOT, das nanotecnologias, materiais compósitos, micro processadores, “*fuel cells*”, mas também ao dinamismo da sua Força Aérea e também da sua Marinha.

Temos neste momento, mais de 70% dos meios navais chineses produzidos já posteriormente a 2010, cerca de noventa submarinos nos últimos cinco anos e uma média de construção de aeronaves, de diversos tipos, da ordem da centena por ano.

Temos assistido também à construção de Porta-Aviões, nesta data o terceiro está em testes de mar, o objetivo declarado é atingir 5 em 2030, tendo como meta final, um efetivo de 6 a 10. Ainda no quadro da defesa prosseguem a I/D relativa aos motores de avião de última geração, Drones, deteção de meios hipersónicos, “*space base systems*”, robótica avançada e sistemas autónomos.

A modernização decorre também no domínio das capacidades nucleares, estando em curso o aumento do número de ogivas nucleares, que passará das actuais 200 para um número ainda não estabilizado, entre 1000 e 1300 até 2026, conforme foi transmitido aos membros permanente do CS/ONU.

Estes são aspetos que penso que devem ser ponderados, na medida daquilo que é constante e daquilo que são alterações conjunturais. Portugal, face à sua dimensão estratégica, deve ter capacidade para perspetivar a mudança, porque somos um país que temos uma relação multissecular com a República Popular da China. Mas estamos inseridos na NATO e na União Europeia e, portanto, toda a evolução das relações da China com a UE e com os EUA, assim como todas as transformações que vierem a ocorrer do ponto de vista económico e da segurança, na conjuntura internacional, dizem-nos respeito, pelo que temos de estar atentos e saber qual o posicionamento mais correto que devemos assumir, em qualquer momento e circunstância

É um desafio que se nos coloca, algo que penso que vai certamente ser debatido nesta conferência e, nesse sentido, de uma forma modesta, gostaria de deixar esta reflexão que são preocupações minhas e que partilho convosco, no sentido de eventualmente poderem ser acompanhadas e ponderadas no debate e no decurso da conferência, designadamente neste segundo painel.

Muito Obrigado.



JOÃO SANTOS PINTO

*DIRETOR CCILB – CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA LUSO BRASILEIRA.
ADVOGADO, SÓCIO DA CVSP ADVOGADOS.*

DO SUL GLOBAL PARA O MUNDO: O BRASIL COMO EIXO ENTRE PORTUGAL, CHINA E ÁFRICA

RESUMO (LAYOUT)

...o Brasil criou em Xangai a sua primeira representação consular permanente na Ásia. Esse gesto, aparentemente distante, mostra como desde cedo havia a percepção de que a China, mesmo ainda afastada dos circuitos ocidentais dominantes, seria um parceiro estratégico. Um século e meio depois, essa aposta revelou-se profética. A China tornou-se o centro industrial do mundo, e o Brasil transformou-se num fornecedor de recursos agrícolas e minerais cruciais. A ligação histórica ajuda-nos a perceber que este diálogo não nasce de improviso, mas tem raízes profundas...

O Brasil de hoje é uma potência média com impacto global...

A China, por seu lado, assenta a sua estabilidade interna na lógica da prosperidade económica... Nesta lógica, o Brasil é fornecedor privilegiado. Desde 2009, a China é o seu maior parceiro comercial... O desafio central é transformar essa procura em motor de desenvolvimento interno...

A política norte-americana... com tarifas de 10% a 30% sobre aliados e até 60% sobre produtos chineses, Washington empurra parceiros a procurar alternativas. O Brasil pode ser beneficiário, oferecendo produtos agrícolas e minerais em condições competitivas e ocupando espaços deixados por fluxos interrompidos. Ao mesmo tempo, pode reforçar a sua ligação à Europa e à China, assumindo-se como ator que não depende exclusivamente dos Estados Unidos. A transição energética é talvez a área mais promissora... o caso recente da fronteira entre a Polónia e a Bielorrússia mostra como estas cadeias globais são frágeis. Ao encerrar essa passagem, Varsóvia limitou drasticamente a circulação de mercadorias chinesas para a Europa...

O triângulo Brasil–China–Europa emerge assim como eixo decisivo. A China garante comércio e investimento. A Europa oferece normas, mercados e tecnologia. O Brasil tem escala, recursos e credibilidade. A Lusofonia amplia essa rede, criando proximidade cultural e confiança. Angola e Moçambique, com forte presença chinesa em infraestruturas, energia e telecomunicações, são exemplos de como o Brasil pode articular fóruns trilaterais. Portugal pode ser ponto de entrada para a Europa. E os BRICS funcionam como espaço de coordenação política...

As perguntas que ficam em aberto são decisivas. Conseguirá o Brasil transformar minerais críticos em motores de inovação? Saberá usar a ferrovia bioceânica e outras infraestruturas para diversificar rotas e gerar valor local? Estará preparado para conciliar cibersegurança com abertura tecnológica no 5G? Conseguirá alinhar-se com as normas ambientais europeias sem excluir milhões de pequenos produtores? E poderá transformar a Lusofonia, articulada com a China e os BRICS, em instrumento de cooperação concreta e não apenas em memória cultural?...

巴西在亚洲设立了首个常驻领事机构——上海领事馆。这一看似遥远的举动，表明当时人们早已意识到，即便中国仍游离于西方主导体系之外，也必将成为重要的战略伙伴。一个半世纪后，这一预见被证实极具前瞻性：中国已成为世界工业中心，巴西则转型为关键的农产品和矿产资源供应国。这段历史渊源让我们理解到，双方对话绝非偶然，而是有着深厚的根基……

今日的巴西已是具有全球影响力的中等强国……

而中国则将内部稳定建立在经济繁荣的逻辑之上……在此框架下，巴西扮演着特殊供应国的角色。自2009年起，中国始终是其最大贸易伙伴……核心挑战在于如何将这种需求转化为内生发展动力……

由此形成的巴西-中国-欧洲三角关系正成为关键轴线：中国保障贸易与投资，欧洲提供标准、市场与技术，巴西则贡献规模体量、资源储备与国际信誉。葡语文化圈更拓展了这张关系网，缔造文化亲和力与信任基础。安哥拉和莫桑比克境内中国主导的基础设施、能源和电信项目，正是巴西可借鉴的三边合作范例。葡萄牙可作为进入欧洲的门户，金砖机制则成为政治协调平台……

美国政策……对盟友征收10%-30%的关税，对中国产品甚至课税60%，迫使各国寻求替代方案。巴西可借此机遇，以优越条件提供农矿产品，填补中断的供应链空缺。同时通过强化与欧洲和中国的联系，塑造不依附于美国的独立形象。能源转型或是潜力最大的领域……近期波兰与白俄罗斯边境案例印证了全球供应链的脆弱性——华沙关闭通道后，中欧商品流通严重受阻……

悬而未决的关键问题包括：巴西能否将关键矿产资源转化为创新引擎？能否借两洋铁路等基建项目优化物流网络并创造本地价值？如何在5G领域平衡网络安全与技术开放？能否在对接欧洲环保标准时不排斥数百万小农户？又能否将葡语圈与金砖机制结合，打造超越文化记忆的实质性合作平台？

Este texto nasce da minha participação, enquanto Diretor da CCILB – Câmara de Comércio Luso-Brasileira, como orador na V Conferência Internacional de Cooperação Portugal-China, na mesa-redonda com o tema “A Cooperação Portugal-China, no contexto da EU e do Sul Global, o Erguer do Brasil e da África”, realizada em 20 de novembro de 2024. A preparação para esse encontro obrigou-me a revisitar dados históricos, a procurar interpretações atuais e a observar com atenção tendências que vão muito além das nossas rotinas profissionais. O resultado é esta reflexão, que não pretende ser académica nem definitiva, mas sim um contributo honesto e informado para o debate sobre o papel do Brasil na geopolítica contemporânea, com especial enfoque na sua relação com a China e com a Europa.

É útil começar por recordar um dado histórico: em 1882, o Brasil criou em Xangai a sua primeira representação consular permanente na Ásia. Esse gesto, aparentemente distante, mostra como desde cedo havia a perceção de que a China, mesmo ainda afastada dos circuitos ocidentais dominantes, seria um parceiro estratégico. Um século e meio depois, essa aposta revelou-se profética. A China tornou-se o centro industrial do mundo, e o Brasil transformou-se num fornecedor de recursos agrícolas e minerais cruciais. A ligação histórica ajuda-nos a perceber que este diálogo não nasce de improviso, mas tem raízes profundas.

O Brasil de hoje é uma potência média com impacto global. A sua agricultura alimenta centenas de milhões de pessoas em vários continentes; a sua energia combina petróleo em águas profundas com hidroeletricidade e renováveis; as suas reservas incluem ferro, níquel, lítio e terras raras, que são a nova moeda estratégica da transição energética e da mobilidade elétrica. A Amazónia, com 10% da biodiversidade mundial, coloca o Brasil no centro das negociações climáticas. Estas características conferem ao país uma relevância que transcende a sua posição regional. No G20, no Mercosul, nos BRICS ou na ONU, o Brasil tem hoje uma voz que não pode ser ignorada.

A China, por seu lado, assenta a sua estabilidade interna na lógica da prosperidade económica. Deng Xiaoping compreendeu, nos anos 80, que bastava abrir espaço à liberdade económica para assegurar crescimento, desde que o Partido mantivesse o controlo político. A prosperidade tornou-se o cimento da estabilidade. Quando a procura interna não basta, é o exterior que deve absorver a produção. Foi daí que

surgiu a Iniciativa Cinturão e Rota: uma forma de manter a máquina industrial em marcha, projetando-a para além das fronteiras e construindo infraestruturas que garantam escoamento de produtos e acesso a matérias-primas.

Nesta lógica, o Brasil é fornecedor privilegiado. Desde 2009, a China é o seu maior parceiro comercial. Em 2000, a participação chinesa nas exportações brasileiras não chegava a 2%. Em 2010, já era superior a 15%. Em 2024, a China absorveu cerca de um terço de todas as exportações brasileiras, com destaque absoluto para o minério de ferro, a soja, o petróleo e a carne bovina. Nos primeiros meses de 2025, mais de 42 milhões de toneladas de soja seguiram para a China, mais do dobro do volume enviado para os Estados Unidos. Esta complementaridade gera ganhos claros, mas também dependência: uma decisão administrativa em Pequim pode alterar de um dia para o outro os fluxos comerciais do Brasil.

O desafio central é transformar essa procura em motor de desenvolvimento interno. Exportar matéria-prima é rentável, mas não gera inovação nem valor acrescentado. O Brasil deve negociar contrapartidas que permitam processar parte desses recursos no país, criar empregos qualificados e atrair tecnologia. O interesse chinês em minerais críticos é um campo promissor. O níquel, usado em baterias, já atraiu investimentos chineses significativos. O lítio, concentrado em Minas Gerais e no Nordeste, é cobiçado por fabricantes de veículos elétricos. As terras raras, ainda pouco exploradas, podem ser decisivas para a indústria eletrónica global. Se o Brasil conseguir atrair investimento em refinação e produção local de baterias, poderá dar um salto qualitativo. Caso contrário, arrisca-se a repetir o padrão histórico de exportar recursos brutos e importar produtos acabados.

A mobilidade elétrica ilustra este dilema. A BYD instalou no Brasil fábricas de autocarros elétricos e prepara a produção de veículos ligeiros, apostando em usar o país como plataforma para a América Latina. A Chery consolidou presença no mercado local. Para o Brasil, é uma oportunidade: integrar cadeias de produção globais, captar tecnologia e reduzir dependência do petróleo. Mas há riscos. Se a indústria automóvel se limitar a montar veículos chineses, sem transferência de conhecimento, o país ficará numa posição dependente. O objetivo deve ser outro: negociar centros de investigação, formar engenheiros, criar clusters tecnológicos. Só assim a mobilidade elétrica deixará de ser importada para passar a ser parte do tecido produtivo brasileiro.

As infraestruturas são outro campo estratégico. A ferrovia bioceânica, pensada para ligar o Brasil ao Pacífico através do Peru, com saída no porto de Chancay, construído pela COSCO, pode encurtar prazos logísticos e diversificar rotas. Se concluída, permitirá ao Centro-Oeste brasileiro escoar grãos diretamente para a Ásia, sem depender do Canal do Panamá. Mas o projeto enfrenta obstáculos: financiamento, coordenação entre governos, impactos ambientais e resistência social. Outros investimentos mostram o

mesmo padrão: capitais chineses em portos como São Luís, em terminais de Santos, em concessões aeroportuárias e até em redes elétricas. A presença chinesa é crescente e coerente: reduzir riscos logísticos, diversificar rotas, garantir acesso a matérias-primas e abrir espaço para empresas nacionais.

Mas o caso recente da fronteira entre a Polónia e a Bielorrússia mostra como estas cadeias globais são frágeis. Ao encerrar essa passagem, Varsóvia limitou drasticamente a circulação de mercadorias chinesas para a Europa. Esta fronteira é central: cerca de 90% do transporte ferroviário entre a China e a União Europeia passa pela Bielorrússia e entra em território polaco, onde o centro logístico de Małaszewicze processa até 85% do tráfego com destino ao Ocidente. Em 2024, o valor das mercadorias transportadas por esta rota atingiu 25 mil milhões de euros, quase mais 85% do que no ano anterior. Em 2025, só até setembro, chegaram à Polónia mais de 227 mil contentores vindos da China, um aumento de 154% face ao ano anterior. O fecho da fronteira ameaça cadeias industriais europeias e fragiliza exportações chinesas que dependem desta ligação, afetando também gigantes do comércio eletrónico como a Temu e a Shein, que utilizam intensivamente este corredor. Este episódio mostra que a interdependência euro-asiática está sujeita a vulnerabilidades políticas, e reforça a importância de alternativas logísticas. Para o Brasil, significa que projetos como a ferrovia bioceânica e os portos atlânticos podem ganhar ainda mais valor, ao oferecer rotas seguras e previsíveis para fluxos comerciais que não podem depender de um único corredor terrestre.

No campo tecnológico, o 5G é um símbolo desta relação. Enquanto vários países ocidentais restringiram a Huawei, o Brasil manteve portas abertas. A Telefónica retirou equipamentos Huawei da Europa, mas não do Brasil, onde a rede já cobre mais de 60% da população. O resultado é pragmático: acesso rápido a tecnologia competitiva. Mas levanta dilemas: como garantir cibersegurança? Como evitar dependência excessiva? O caminho está em normas claras, diversificação de fornecedores e auditorias independentes.

Do lado europeu, a relação é diferente. A União Europeia é o segundo maior parceiro comercial do Brasil e aplica normas rigorosas. A nova regulamentação contra importações associadas à desflorestação obriga produtores a georreferenciar propriedades e a garantir rastreabilidade total. Para pequenos agricultores, isto pode ser um fardo; mas para o país, pode ser uma oportunidade. Cumprindo estas normas, o Brasil poderá vender a mercados de alto valor, destacando-se como fornecedor sustentável. Portugal e a Lusofonia acrescentam proximidade cultural e diplomática, tornando possível articular projetos triangulares: tecnologia europeia, escala brasileira e procura chinesa.

A política norte-americana acrescenta outra camada. Com tarifas de 10% a 30% sobre aliados e até 60% sobre produtos chineses, Washington empurra parceiros a

procurar alternativas. O Brasil pode ser beneficiário, oferecendo produtos agrícolas e minerais em condições competitivas e ocupando espaços deixados por fluxos interrompidos. Ao mesmo tempo, pode reforçar a sua ligação à Europa e à China, assumindo-se como ator que não depende exclusivamente dos Estados Unidos.

A transição energética é talvez a área mais promissora. O Brasil tem condições únicas para se tornar exportador de hidrogénio verde. Projetos no Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte já estão em fase de desenvolvimento. A Europa, pressionada por metas climáticas, procura fornecedores fiáveis. A China, interessada em energia limpa e tecnologia de baterias, vê no Brasil um parceiro complementar. Além disso, os biocombustíveis representam uma vantagem adicional: o etanol de cana, o biodiesel e, mais recentemente, os biocombustíveis de segunda geração colocam o país na vanguarda da descarbonização. O verdadeiro desafio é transformar esse potencial em realidade, gerando empregos, atraindo investimento e fortalecendo as cadeias de valor locais.

Neste contexto, a diplomacia brasileira ganha centralidade. O país mantém tradição de mediação e diálogo, valorizada tanto no Sul Global como no Ocidente. No G20, defende compromissos equilibrados sobre clima e comércio. No BRICS+, participa em debates sobre moeda comum e maior integração financeira. No Mercosul, procura conciliar integração regional com acordos externos. Na ONU, mantém voz ativa em defesa do multilateralismo. Esta posição de mediador é um trunfo raro num mundo cada vez mais polarizado.

O triângulo Brasil–China–Europa emerge assim como eixo decisivo. A China garante comércio e investimento. A Europa oferece normas, mercados e tecnologia. O Brasil tem escala, recursos e credibilidade. A Lusofonia amplia essa rede, criando proximidade cultural e confiança. Angola e Moçambique, com forte presença chinesa em infraestruturas, energia e telecomunicações, são exemplos de como o Brasil pode articular fóruns trilaterais. Portugal pode ser ponto de entrada para a Europa. E os BRICS funcionam como espaço de coordenação política.

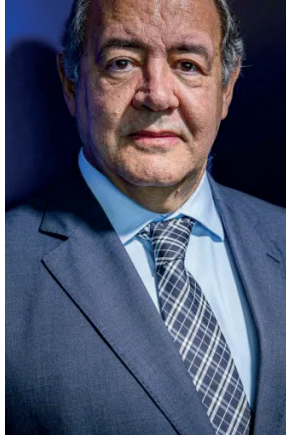
No entanto, este potencial depende de escolhas concretas. Se o Brasil aceitar ser apenas fornecedor de commodities, ficará preso a dependências externas. Se investir em tecnologia, inovação e cadeias de valor locais, poderá transformar recursos em desenvolvimento sustentável. A Europa e a China oferecem caminhos diferentes, mas complementares. A Europa exige sustentabilidade e rastreabilidade. A China garante procura e investimento. Cabe ao Brasil negociar, articular e não se deixar aprisionar por assimetrias.

Olhando para o futuro, é possível imaginar três cenários. Num cenário otimista, até 2035 o Brasil aproveita a procura chinesa, cumpre normas europeias, lidera em biocombustíveis e hidrogénio verde e torna-se polo de mobilidade elétrica. Num cenário

intermédio, continua a exportar commodities em grande escala, mas com ganhos limitados em industrialização. Num cenário negativo, aumenta a dependência da China, perde acesso preferencial à Europa por incumprimento de normas ambientais e vê diminuir a sua autonomia. O desafio é escolher qual destes caminhos seguirá.

As perguntas que ficam em aberto são decisivas. Conseguirá o Brasil transformar minerais críticos em motores de inovação? Saberá usar a ferrovia bioceânica e outras infraestruturas para diversificar rotas e gerar valor local? Estará preparado para conciliar cibersegurança com abertura tecnológica no 5G? Conseguirá alinhar-se com as normas ambientais europeias sem excluir milhões de pequenos produtores? E poderá transformar a Lusofonia, articulada com a China e os BRICS, em instrumento de cooperação concreta e não apenas em memória cultural?

Responder a estas questões exigirá ambição, pragmatismo e instituições sólidas. O Brasil tem recursos, escala e credibilidade. A relação com a China, articulada com a Europa e reforçada pela Lusofonia e pelo BRICS, pode ser a base de uma política externa mais autónoma e transformadora. Mas o tempo para decidir é agora: o mundo não espera, e as lacunas criadas serão sempre preenchidas por quem tiver capacidade de agir.



ANTÓNIO COSTA SILVA

MINISTRO DA ECONOMIA E DO MAR DURANTE O XXIII GOVERNO DE PORTUGAL. LICENCIADO EM ENGENHARIA DE MINAS PELO INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO, MESTRE EM ENGENHARIA DE PETRÓLEOS NA IMPERIAL COLLEGE, DOUTORADO PELAS DUAS FACULDADES. NA VIDA PROFISSIONAL, PASSA PELA COMPANHIA PORTUGUESA DE SERVIÇOS, PELA MULTINACIONAL FRANCESA CGG, PELO INSTITUTO FRANCÊS DO PETRÓLEO E, PELA PARTEX, EMPRESA DA FUNDAÇÃO GULBENKIAN. PROFESSOR JUBILADO DO INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO.¹

UM MUNDO MULTIPOLAR, “DESGLOBALIZAÇÃO” E NEONACIONALISMO

RESUMO (LAYOUT)

Estamos a assistir a três grandes mudanças sísmicas no nosso planeta com as implicações que este processo tem na formatação das relações internacionais.

A primeira é a mudança geopolítica – nós estamos a passar de um mundo unipolar, com a dominação hegemónica dos Estados Unidos, para um mundo que vai ser cada vez mais multipolar.

A segunda mudança, é uma transformação económica gigantesca, porque o modelo da globalização acelerada está em retração, e alguns analistas já falam em “desglobalização”.

A terceira, é uma mudança sísmica de natureza ideológica. Estamos a passar do neoliberalismo, de um domínio quase absoluto dos mercados com uma desregulamentação quase total, para um neonacionalismo agressivo baseado no protecionismo e na defesa e uso egoísta dos recursos. Esta mudança é perigosa e resulta do facto das lógicas política e económica estarem a divergir, sendo que a política e a segurança assumem hoje um papel determinante.

Neste contexto a cooperação de Portugal com a China e com os países da Comunidade de

¹ Os temas referidos no título, estão desenvolvidos em duas obras recentes do autor, que aqui anotamos: Governar no Século XXI, Desafios, Soluções, Liderança, editado pela Bertrand (02.2025). Portugal na Europa e com a Europa: Que Futuro? Editado pela Guerra e Paz (06.025).

Língua Portuguesa pode ser uma força benigna para reforçar o movimento a favor da paz e da estabilidade nas relações internacionais e para defender e reforçar o comércio, o desenvolvimento das economias e a sustentabilidade.

Portugal desempenha um papel ativo na construção da multipolaridade através da rede de relações que tem no mundo, desde a Lusofonia à África, às Ásias, ao Atlântico Sul e Atlântico Norte. A tudo isso acresce o papel que desempenha na União Europeia, atuando como ponte para construir grandes plataformas internacionais de cooperação direcionadas para a resolução dos problemas do nosso tempo.

Neste contexto, convido os países que estão interessados a olharem para as vantagens competitivas de Portugal. Nós somos um país aberto, que tem ligações com todos os continentes do mundo e que, sobretudo, advoga a paz, a prosperidade, o comércio, a colaboração entre as Nações.

我们正在目睹地球上发生的三大剧烈变革，这一进程对国际关系的格局具有深远影响。

首要的是地缘政治格局的转变——我们正从美国霸权主导的单极世界，逐步迈向日益多极化的全球秩序。

第二大变革是一场规模空前的经济转型——由于加速全球化的模式正在衰退，一些分析人士甚至已开始提出“逆全球化”的概念。

第三大变革是意识形态领域的剧烈震荡。我们正从新自由主义——即市场近乎绝对主导、监管几近全面缺失的旧模式，转向以保护主义及对资源的自私性捍卫与利用为基础的激进新民族主义。这一转变危险重重，根源在于政治逻辑与经济逻辑的分道扬镳，而今政治与安全因素已占据决定性地位。

在此背景下，葡萄牙与中国及葡语国家共同体的合作，或将成为强化国际关系和平稳定、推动贸易发展与经济可持续性的良性力量。

葡萄牙通过其全球关系网络——从葡语圈到非洲、亚洲，再到南大西洋与北大西洋地区——积极推动多极化格局的构建。与此同时，葡萄牙在欧盟内部发挥着独特作用，致力于搭建以解决时代难题为导向的大型国际合作平台，扮演着关键桥梁角色。

我诚邀有意向的国家关注葡萄牙的竞争优势。我国是一个开放型国家，与世界各地保持紧密联系，尤其倡导和平、繁荣、贸易往来与国家间协作。

Exmos. Senhoras e Senhores

Muito obrigado pelo convite para participar nesta conferência.

Estamos a viver atualmente, como todos sabemos, uma situação internacional extraordinariamente complexa. Estamos como os nossos antepassados que estavam em Constantinopla, em 1453, ou em Paris, em 1789, em que viram, literalmente, o fim de uma era e o começo de uma era nova.

O mundo é hoje um sistema cada vez mais adaptativo e complexo, no qual os problemas crescem e amontoam-se, com as dificuldades do crescimento da economia, o aumento feroz das rivalidades geoestratégicas entre grandes potências, o aumento do nacionalismo agressivo, o declínio da cooperação global, o crescimento do protecionismo, o arrefecimento do comércio global, o aumento das desigualdades e a escalada da emergência climática.

Antes da multiplicidade de crises que estamos a viver hoje assistimos durante décadas a um período extraordinário de desenvolvimento económico e social do planeta, com a globalização, o crescimento do comércio internacional, a crescente integração das economias, o funcionamento quase perfeito das cadeias logísticas e das redes de abastecimento (as *Supply Chains*), com base no célebre modelo *Just in Time*. E temos hoje um paradigma diferente com a crescente fragmentação geopolítica e geoeconómica, a ocorrência de guerras e confrontações no mundo, da Ucrânia ao Médio Oriente, da Ásia à África. Temos também a interrupção no funcionamento das cadeias de abastecimento e um declínio muito preocupante do comércio internacional. E atenção como disse o filósofo francês Montesquieu: “O comércio é um pacificador das relações internacionais e um promotor do bem-estar e da prosperidade das Nações”.

O declínio do comércio e as roturas nas cadeias de abastecimento e nas redes logísticas de fornecimento tem afetado de forma muito particular os *microchips*, que são indispensáveis para o funcionamento de múltiplos setores da economia mundial, da indústria automóvel aos computadores, das telecomunicações à eletrónica, da aeronáutica às indústrias do espaço e da defesa. Neste contexto, é toda a economia mundial que é afetada, as perspetivas de crescimento são condicionadas, as empresas e os consumidores são penalizados. Neste novo quadro geopolítico e geoeconómico de crescente fragmentação e confronto devemos perguntar que mundo é que queremos construir e refletir sobre o caminho que estamos a seguir para ultrapassar os problemas e desafios atuais e abrir caminho para o reforço da cooperação internacional.

É neste contexto que Portugal tem pugnado e deve pugnar sempre pelo reforço das relações internacionais e da cooperação. Portugal tem um imenso “soft power” no mundo, tem relações amigas e próximas com muitos países de todos os continentes do mundo, e desde logo com a China, que é uma das grandes potências económicas,

tecnológicas, industriais e comerciais do planeta. Ao mesmo tempo Portugal tem relações muito estreitas com o Brasil, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste, e é um ator empenhado na CPLP, a Comunidade de Países de Língua Portuguesa. No tempo em que vivemos Portugal e a China podem trabalhar em conjunto com a CPLP e os países de expressão portuguesa para impulsionar a cooperação internacional, reforçar as relações comerciais, construir grandes plataformas colaborativas para dinamizar o investimento nas infraestruturas físicas e digitais, no desenvolvimento económico e tecnológico, na sustentabilidade, na luta contra as alterações climáticas.

Estamos a assistir a três grandes mudanças sísmicas no nosso planeta com as implicações que este processo tem na formatação das relações internacionais.

A primeira é a mudança geopolítica – nós estamos a passar de um mundo unipolar, com a dominação hegemónica dos Estados Unidos, para um mundo que vai ser cada vez mais multipolar. Portanto, se as nações colaborarem entre si e cooperarem, podem contribuir para diminuir a fragmentação e o confronto e para construírem uma ordem internacional capaz de preservar a paz e de promover o comércio internacional.

A segunda mudança, é uma transformação económica gigantesca, porque o modelo da globalização acelerada está em retração, e alguns analistas já falam em “desglobalização”. Não creio que vá acontecer uma total reversão da globalização, porque isso seria trágico para os países e para os povos. Como a história demonstra o colapso da globalização e o retorno ao nacionalismo e à competição entre blocos pode significar um retrocesso nos padrões e na qualidade de vida dos povos, um aumento da pobreza das nações, a estagnação económica e mais desigualdades. Neste contexto a cooperação internacional é fundamental e fortalece as forças de interdependência que levam as nações a procurar a paz, a tecer laços económicos mais fortes e a desenvolver projetos de interesse mútuo, como vimos no passado. É importante termos uma espécie de “ajustamento” da globalização às condições atuais com uma maior regionalização das cadeias de produção e das cadeias logísticas e de abastecimento, mas preservando o comércio internacional e assegurando um novo ciclo de prosperidade e de luta contra a pobreza, como aconteceu no ciclo anterior, em que milhões de pessoas saíram da pobreza na China, no Brasil e noutros países do mundo.

A terceira, é uma mudança sísmica de natureza ideológica. Estamos a passar do neoliberalismo, de um domínio quase absoluto dos mercados com uma desregulamentação quase total, para um neonacionalismo agressivo baseado no protecionismo e na defesa e uso egoísta dos recursos. Esta mudança é perigosa e resulta do facto das lógicas política e económica estarem a divergir, sendo que a política e a segurança assumem hoje um papel determinante. Assistimos ao facto de algumas potências

transformarem o comércio, a tecnologia, a indústria, as cadeias logísticas e de abastecimento, e a competição, em armas geopolíticas, o que é mau para a economia e para o bem-estar global. Isto é tanto mais grave quanto vivemos num mundo muito interdependente, e esta “arsenalização” do comércio e da tecnologia cria dificuldades adicionais em toda a parte.

Neste contexto a cooperação de Portugal com a China e com os países da Comunidade de Língua Portuguesa pode ser uma força benigna para reforçar o movimento a favor da paz e da estabilidade nas relações internacionais e para defender e reforçar o comércio, o desenvolvimento das economias e a sustentabilidade.

Portugal é hoje uma economia atlântica avançada, no cruzamento das redes da globalização e no cruzamento de três continentes. Está conectado globalmente através de excelentes infraestruturas físicas e digitais e é uma grande plataforma tecnológica e logística. Devido à sua localização geográfica e ao desenvolvimento tecnológico, Portugal atua como um polo central do paradigma da conectividade através da sua rede de portos e da sua rede de cabos submarinos. Ao mesmo tempo, Portugal é hoje uma jangada atlântica que projeta o seu “soft power” para o mundo e reforça as suas alianças com múltiplos países, em todos os continentes.

Portugal desempenha um papel ativo na construção da multipolaridade através da rede de relações que tem no mundo, desde a Lusofonia à África, às Ásias, ao Atlântico Sul e Atlântico Norte. A tudo isso acresce o papel que desempenha na União Europeia, atuando como ponte para construir grandes plataformas internacionais de cooperação direcionadas para a resolução dos problemas do nosso tempo.

Nos últimos anos Portugal tem potenciado os ativos da sua economia para construir abordagens duplamente ganhadoras (“win-win”), atraindo investimento estrangeiro para áreas que são cruciais para o futuro, como a eletrificação da economia, a mobilidade sustentável, as energias renováveis, a fabricação de baterias, a fabricação de carros elétricos, a fabricação de cátodos e de cabos de alta tensão, as indústrias verdes como o aço verde, a produção de amónia e de etanol verde, as biotecnologias incluindo as biotecnologias aplicadas às ciências da saúde, a indústria do “software” e dos algoritmos, o desenvolvimento e aplicação da Inteligência Artificial em múltiplos domínios, a eletrónica e microeletrónica, a produção de equipamentos industriais como eletrolisadores e pás eólicas. Muitos destes projetos e investimentos têm tido a colaboração da China, que é hoje um dos países mais desenvolvidos do mundo em domínios tecnológicos avançados.

O desenvolvimento destes projetos exige investimento, tecnologia, know-how e matérias-primas críticas. Portugal é um dos países europeus que mais engenheiros forma por ano e engenheiros de alta qualidade. Este é um dos fatores competitivos do país, a par da sua localização geográfica estratégica e da sua segurança (estando

sempre colocado na parte cimeira dos rankings internacionais de segurança como um dos países mais seguros do mundo). Portugal tem também algumas matérias-primas estratégicas como lítio, cobre, zinco e outros recursos, que são outro fator de atratividade do país para desenvolver as fileiras económicas adequadas para a transição energética e a eletrificação da economia. Tudo isto é importante porque nos últimos cinco anos, tem crescido a procura de lítio no mundo, que é essencial para as baterias elétricas. Aumentou 3 vezes, sendo que o consumo global cresceu cerca de 60%. Já o consumo de níquel subiu cerca de 40%. Sem estes minerais estratégicos não há revolução tecnológica, não há mobilidade sustentável, não há motorização elétrica, não há carros elétricos, não há a transformação digital. Portanto, face a todas estas questões, a cooperação entre Portugal e a China é bem-vinda e pode ser essencial para ajudar a transição energética na Europa.

A Europa está confrontada com um problema em termos da sua matriz energética. Quando a Rússia invadiu a Ucrânia no dia 24 de fevereiro de 2022, o modelo energético europeu entrou em colapso. A Alemanha e outros países europeus dependiam do gás barato fornecido pela Rússia. A dependência da Europa do gás russo era de mais de 40% e num ano assistimos a uma mudança impressionante. A dependência do gás russo foi reduzida de forma assinalável, mas as importações que substituíram o gás russo vieram dos Estados Unidos, com o gás natural liquefeito (LNG), cujas importações cresceram mais 52% em termos de volume num ano. E o outro fornecedor foi o Médio Oriente com mais 42,5% na importação de petróleo e mais 185% na importação de gás, particularmente do Qatar. O problema é que este gás que é importado destes países é muito mais caro. O gás condiciona o preço da eletricidade na Europa, porque temos um mercado da eletricidade na Europa que é marginalista. Isto significa que é a última fonte de energia que entra para responder à procura que existe em determinado momento, que formata o preço, e essa fonte invariavelmente é o gás natural, que tem hoje os preços muito elevados. Com isto a Europa está confrontada com um problema energético grave porque os preços do gás e da eletricidade na Europa são entre 3 e 5 vezes mais elevados do que nos EUA, o que cria um problema de competitividade à indústria europeia. É isto que leva a Alemanha a procurar reconverter o seu modelo industrial.

Neste contexto Portugal tem também uma posição competitiva em termos da sua matriz energética.

Portugal com a Espanha constitui uma espécie de “ilha energética” na Europa. A Europa nunca foi capaz de construir o mercado energético europeu da energia. Face a este facto Portugal conseguiu, em conjunto com Espanha, negociar com a União Europeia em 2022 um mecanismo para desligar o preço da eletricidade do preço do gás natural, o chamado “mecanismo ibérico”, que protege os preços da eletricidade.

Na Península Ibérica o preço da eletricidade está desacoplado do preço do gás e Portugal, com a aposta que o país fez nas energias renováveis e na transformação da sua matriz energética, tem hoje 31% da energia primária que vem de fontes renováveis. Se olharmos para a eletricidade, 71% da eletricidade que o país utilizou em 2024 foi proveniente de fontes renováveis. O resultado é que Portugal tem preços grossistas de eletricidade que são muito competitivos e em 2024, como mostram os dados do Eurostat, ficou 26% abaixo da média europeia. Isto constitui outra grande vantagem competitiva para Portugal.

É por isso que o país está a conseguir atrair grandes companhias internacionais para investir no país, porque o preço da energia é decisivo para a fabricação das baterias elétricas, dos novos equipamentos, para tudo aquilo que tem a ver com o desenvolvimento das indústrias tecnológicas, com os centros de tratamento de dados, e Portugal tem grandes vantagens a esse nível pela sua localização geográfica. Portugal está no centro da bacia Atlântica e tem comunicações através de cabos submarinos com a América do Sul, com a África, com o Médio Oriente, com os EUA, e muitos centros de tratamento de dados estão sediados no país. Como vimos se acrescentarmos a isto que Portugal é um dos países mais seguros do mundo, tem preços competitivos da energia, e forma engenheiros de grande qualidade, é sem dúvida um país a ter em conta para realizar investimentos e projetos na Europa.

Neste contexto, convido os países que estão interessados a olharem para as vantagens competitivas de Portugal. Nós somos um país aberto, que tem ligações com todos os continentes do mundo e que, sobretudo, advoga a paz, a prosperidade, o comércio, a colaboração entre as Nações.

Muito obrigado.



*No Jantar com o
Presidente XI Jinping*

Y PING CHOW

*PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO LUSO INTERNACIONAL DO ENSINO E DA CULTURA
PRESIDENTE DA CCPC-PME – CÂMARA DE COMÉRCIO PORTUGAL-CHINA DE
PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS*

A COMUNIDADE CHINESA EM PORTUGAL: UMA PONTE PARA O FUTURO NUM CONTEXTO GLOBAL EM MUDANÇA

UM MUNDO MULTIPOLAR, “DESGLOBALIZAÇÃO” E NEONACIONALISMO

1. HISTÓRIA E ENRAIZAMENTO DA COMUNIDADE CHINESA

A história da comunidade chinesa em Portugal começou na década de 1930, com a chegada dos primeiros imigrantes, maioritariamente da província de Zhejiang, em particular da vila de Qingtian. Este grupo pioneiro, composto por cerca de 120 jovens, deu os primeiros passos como “gaveteiros” e vendedores ambulantes.

Nas décadas seguintes, a comunidade foi prosperando e diversificando as suas atividades:

- **Década de 1960:** Ingressaram no setor da restauração.
- **Década de 1980:** Com a abertura da China, chegaram familiares dos primeiros imigrantes, iniciando uma nova fase como vendedores nas feiras livres, onde comercializavam artigos chineses.
- **Décadas de 1990 e 2000:** Marcadas pela proliferação das “Lojas de 300”, um fenómeno que se estendeu a todas as cidades, vilas e aldeias do país.

2. O PAPEL DA LIGA DOS CHINESES EM PORTUGAL NA INTEGRAÇÃO E DIÁLOGO

Desde a sua fundação, em 1997, a Liga dos Chineses em Portugal tem sido um motor fundamental na dinamização de projetos que unem os dois povos. O seu trabalho incide em várias frentes:

- **Promoção da Igualdade:** Colaboração ativa com a Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação.
- **Representação Institucional:** Representamos a comunidade junto do Alto Comissariado para as Migrações.
- **Intercâmbio Cultural e Institucional:** Organizamos diversas atividades, com forte presença no Norte do país, destacando-se as celebrações do Ano Novo Chinês e o estímulo a geminações entre municípios portugueses e chineses.
- **Apoio Empresarial:** Facilitamos a internacionalização de empresas para a China, através de serviços de intermediação de negócios entre entidades dos dois países.

3. A CCPC-PME COMO CATALISADOR DE OPORTUNIDADES ECONÓMICAS ESTRATÉGICAS

Na minha qualidade de Presidente da CCPC-PME, enfatizo a importância de iniciativas que aprofundem as relações económicas bilaterais:

- **“Visa Golden” Tecnológico:** Defendo a implementação estratégica de um “visto golden” tecnológico para Portugal. Esta medida seria ímpar para atrair investimento direto estrangeiro para os setores da tecnologia e investigação científica, impulsionando a modernização e o crescimento sustentável da economia portuguesa.
- **Oportunidades na Grande Baía:** Os recentes acordos no âmbito do projeto da Grande Baía são cruciais para o fortalecimento das relações bilaterais. Esta plataforma de colaboração tecnológica e económica abre portas para que empresas portuguesas acedam a novos mercados, parcerias e oportunidades de alto valor acrescentado.
- **O Fórum Macau como Ponte Institucional:** O Fórum Macau consolida-se como um espaço fundamental para a construção de pontes comerciais e institucionais, promovendo encontros, iniciativas e acordos que facilitam a troca comercial e a partilha de conhecimento.

Neste contexto, o papel da CCPC-PME revela-se determinante ao apoiar as empresas portuguesas na entrada no mercado chinês e ao fomentar sinergias que contribuem para a competitividade económica e tecnológica de Portugal.

4. UM NOVO PATAMAR: A INTEGRAÇÃO NA FUNDAÇÃO LUSO INTERNACIONAL

Um marco histórico recente ocorreu em junho de 2025, quando um grupo de representantes das associações chinesas integrou a gestão da Fundação Luso Internacional. Esta conquista coloca a comunidade chinesa num patamar mais elevado, trazendo também maiores responsabilidades. Representa uma condição única para aprofundar a integração da comunidade e dedicar-se com maior impacto ao ensino e à divulgação da sua cultura em Portugal.

葡萄牙华人社群：全球变革格局下的未来之桥

周一平

葡萄牙国际教育与文化基金会主席

葡中中小企业商会主席

（主题：多极化世界、“去全球化”与新兴民族主义）

一、葡萄牙华人社群的历史与根基

葡萄牙华人社群的历史始于二十世纪三十年代。首批移民主要来自中国浙江省，特别是青田县。这个由约120名青年组成的先锋群体，最初以“提包客”和流动小贩的身份迈出了第一步。

在随后的几十年里，华人社群不断繁荣，业务活动日趋多元化：

- **二十世纪六十年代：**开始涉足餐饮行业。
- **二十世纪八十年代：**随着中国的改革开放，早期移民的家属陆续抵达，开启了在露天市场销售中国商品的新阶段。
- **二十世纪九十年代至二十一世纪初：**以“三百店”为标志，其业务遍布葡萄牙全国各城市、城镇乃至乡村。

二、葡华侨联在融合与对话中的角色

自1997年成立以来, 葡华侨联 一直是推动连接两国人民项目的核心动力。其工作涵盖多个方面：

- **促进平等：** 与平等与反歧视委员会积极合作。
- **机构代表：** 在移民高级专员署代表华人社群。
- **文化与制度交流：** 组织了众多文化活动，在葡萄牙北部地区影响显著，其中以春节庆祝活动和推动中葡两国城市结好尤为突出。
- **商业支持：** 通过为两国实体提供商业中介服务，协助企业开拓中国市场。

三、葡中中小企业商会作为战略经济机遇的催化剂

作为葡中中小企业商会主席，我强调采取举措深化双边经济关系的重要性：

- **技术“黄金签证”：** 我主张为葡萄牙战略性地实施技术“黄金签证”。此举对于吸引外国直接投资进入科技和研究领域将是独一无二的，能推动葡萄牙经济的现代化和可持续增长。
- **粤港澳大湾区机遇：** 在粤港澳大湾区项目框架下达成的最新协议对于加强双边关系至关重要。这一科技与经济合作平台为葡萄牙企业进入新市场、建立高附加值合作伙伴关系和业务机会打开了大门。
- **澳门论坛作为制度性桥梁：** 澳门论坛是构建商业与制度桥梁的关键平台，它推动的会议、倡议和协议促进了贸易便利化与知识共享。

在此背景下，葡中中小企业商会在支持葡萄牙企业进入中国市场、培育提升葡萄牙经济与技术竞争力的协同效应方面，发挥着决定性作用。

四、新台阶：融入葡萄牙国际教育与文化基金会

近期的一个历史性里程碑发生在2025年6月，一批华人社团代表加入了葡萄牙国际教育与文化基金会的管理层。这一成就将华人社群提升到了一个更高的平台，同时也带来了更大的责任。这为深化华人社群融入，并在葡萄牙更有效地致力于其文化教育传播提供了独一无二的契机。



PAULO AFONSO B. DUARTE

PROFESSOR AUXILIAR NA UNIVERSIDADE LUSÓFONA DO PORTO, PROFESSOR CONVIDADO NA UNIVERSIDADE DO MINHO E INVESTIGADOR NO CENTRO DE INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA DA UNIVERSIDADE DO MINHO. ESPECIALISTA EM “UMA FAIXA E UMA ROTA”, DA ÁSIA CENTRAL. VICE-PRESIDENTE DA CCDPCH.

CHINA, PORTUGAL AND THE ATLANTIC: THE SHIFTING GEOPOLITICS¹

RESUMO (LAYOUT)

This chapter has sought to analyze the challenges and opportunities generated by China's growing presence in the Atlantic, by focusing on the potential that Portugal may offer within Chinese maritime interests, as well as on how both Beijing and Lisbon may benefit from their Blue Partnership.

We have thus highlighted that Portugal was the first European Union Member-State to sign a “Blue Partnership” with the People's Republic of China. This can be explained through various reasons, namely the Portuguese privileged geographic and resources conditions and its long-standing maritime tradition, as well as the excellence of its marine scientific research.

1 Esta comunicação foi realizada com base no artigo coletivo, com o mesmo título, de Jorge Tavares da Silva, Paulo Afonso B. Duarte and Rui P. Pereira, aqui republicado.

J. T. da Silva: University of Beira Interior, Covilhã, Portugal. P. A. B. Duarte (B) Lusophone University, Porto, Portugal e-mail: duartebrardo@gmail.com; pauloduarte@eeg.uminho.pt; p5786@ulusofona.pt

R. P. Pereira, Ministério da Economia de Portugal, Lisbon, Portugal

P. A. B. Duarte Minho University, Braga, Portugal

© The Author(s), under exclusive license to Springer Nature Singapore Pte Ltd. 2023P. A. B. Duarte et al. (eds.), Portugal and the Lusophone World, https://doi.org/10.1007/978-981-99-0455-6_9

本章旨在分析中国在大西洋地区日益增强的存在所产生的机遇与挑战，重点探讨葡萄牙在中国海洋利益框架下可能发挥的作用，以及中葡“蓝色伙伴关系”为双方带来的共赢前景。

需要指出的是，葡萄牙是欧盟首个与中华人民共和国签署“蓝色伙伴关系”的国家。这一合作关系的建立主要基于以下因素：葡萄牙得天独厚的地理位置和资源条件、悠久的海洋传统，以及其卓越的海洋科研实力。

INTRODUCTION

Considerable attention has been paid to China's maritime ambitions in the conventional sea lanes of communication as well as through a potential, albeit seasonal Arctic route (Butt et al. 2020; Erickson and Wuthnow 2016), the Atlantic has been the object of scarce investigation, which is a gap that we are aware of and wish to respond to. An exception in this regard is the work of Goldstein (2017) who investigates whether China is crafting an Atlantic maritime strategy.

Portuguese and Chinese official sources and news agencies as well as of secondary sources drawing upon the most respected authors that have been producing knowledge on the topics that we address here, despite the fact that

In turn Martinson (2019) explores China's stance as an Atlantic Naval Power, which has been further complemented by Ferreira-Pereira and Duarte's (2022) research on the relevance of the South Atlantic in China's Global Policy. This being said, when it comes to assessing Chinese interests in a specific part of the vast Atlantic, which is the Portuguese Sea, existing literature is scarce, with exceptions of the works of Duarte and Leandro (2020) or Silva and Pereira (2020). Although Portugal is a nation recognized for its relationship with the sea, after being part of the European construction process, the Atlantic option has lost some vigor. However, the political power intends to place the sea as a national goal, drawing up several official documents in order to define a strategy for the sector (Governo de Portugal 2021). This is due to the importance of the sea in the magnitude and prosperity of nations, as was defined by US strategist Alfred Mahan (1890). This author considered maritime power as a result of some strengths and factors, instruments and geographic circumstances that work together to achieve the domain of sea. For him it was essential to consider some elements: geographic position, physical configuration and territory extension; effective population to national psychology.

Drawing on the importance of the Sea both to Portugal and China, this chapter

seeks to understand the shifting geopolitics in the Atlantic Ocean stemming from China's increasing interest in the Portuguese Sea. Thus, following this main goal, other secondary objectives arise, as best expressed by the following questions: What opportunities can the Portuguese Sea provide to Chinese interests? What geopolitical factors justify the Chinese presence in these waters? We shall see that the Chinese factor could bring geopolitical challenges to Portuguese Foreign Policy, as Lisbon is an important and traditional ally of both the United States (US) and NATO. The time frame that best serves this analysis is the one that follows the creation of the Belt and Road Initiative (BRI) in 2013, which includes, as we shall see, both the land and maritime corridors. Interestingly, Portugal has the perfect ingredients that China's BRI is looking for, due to its huge maritime platform as well as its geostrategic position between Europe, Africa and the Americas, together with its land connection to the rest of Europe.

We will use a qualitative analysis, based on hermeneutics, i.e. on understanding, composed both of primary sources, such as we believe that current literature does not yet properly address Chinese maritime initiatives in the Portuguese Sea and its inherent geopolitical contours and challenges. To achieve the above stated goals, this chapter has been structured as follows. In the first section, we will draw some considerations on the Atlantic essence of Portugal. In the second section, we will provide the reader with some background regarding the 21st Century Maritime Silk Road. The following section will address the so-called "Blue Partnership" between Portugal and China, while the last section analyses the contours and geopolitical implications of China's presence in the Portuguese Sea. The conclusion summarizes the main findings.

PORTUGAL AND THE ATLANTIC: THE ESSENCE OF A NATION

Portugal as a nation began essentially as an agricultural place, even though its lands are always bathed by the Atlantic Ocean. It was with the Aviz Dynasty (1385–1580) that this special relationship became closer and the country discovered its maritime vocation. The sea gained national interest in Portugal and from Lisbon led to the "globalization of inter-dependencies" (Moreira 2018, p. 55). Over time, Portugal gained a maritime mentality, and in the thirteenth century, it had already an intense commercial activity with northern Europe, England, Flanders and Normandy (Silva 2020). Although two ancestral traditions marked the essence of Western civilization—the Greco-Roman tradition and the Judeo-Christian tradition—we find a strong link with the maritime core (Espada 2014). The Atlantic constitutes a source of resources, a channel to transport people and goods, although potentially causing competition, threats to security and conflicts. The connection to the sea prevents Portugal's tendency from becoming a tiny state within the framework of the European Union (Moreira 2018).

The Atlantic offers to Portugal a huge central role in the relationship between Europe and the United States but also interconnecting with other continents. It is important to remember that world trade is predominantly carried out by maritime transport, giving importance to countries with coasts and ports. In addition, the sea appears as an alternative to road transport that environmental public policies are trying to reduce. New European projects such as “motorways of the sea” are putting Portugal in an intermodal maritime-based logistic chain, in an attempt to develop a shipping arrangement in which goods are delivered directly from sender to receiver (“door-to-door service”), increasing efficiency of national ports (European Commission 2022).

In 2017, the Portuguese Ministry of the Sea outlined a strategy for increasing national port competitiveness, to be implemented within a decade (Diário da República 2017). Its main goals consisted of adapting infrastructure and equipment to increase the size of ships, demand and optimize connections to the hinterland; improving the operational conditions of the port units and creating platforms for technological acceleration and new skills in ports (ibidem).

In the report “Economic Recovery Plan” prepared by António Costa Silva (2020) for the Portuguese Government, regarding the post-pandemic context (Covid-19), the need to strengthen the national rail network in its connection to Spain, and the country’s port capacity, with special emphasis on increasing the “radius of reach” to the port of Sines (Costa Silva 2020) appear:

Exploring the maritime dimension of the country requires the reinforcement of investment in its port structures, in logistics platforms, in the expansion of quays and storage capacity, in cargo handling equipment, consolidating the country’s role as a commercial and logistics platform, reinforcing its inclusion in global trade, energy, transport, technology and knowledge networks. This must be done in conjunction with the sea cluster, treating the sea as a crucial asset of the country’s territory, sovereignty, economy and development.

The Portuguese port of Sines, according to the same report, should be equipped with an ore port terminal for the export of strategic mineral resources, essentially taking lithium into account. In addition, there is a need to:

Consolidation of a multipurpose national port hub that meets the demands of demand in the segments of commercial shipping, tourism, long and short-distance transport, considering ports for the integration of the logistics chains they serve, and completing them with the necessary investments. (Costa Silva 2020)

The idea of creating an industrial deployment area, concentrated around the deep-water ocean port in Sines dates back to the early 1970s, when Portugal was under the rule of Marcelo Caetano. At the time, almost half of the population was still engaged in agriculture, in a country that Silva Costa (1967) called in a small book as “macrocephalous”, in a huge imbalance between Lisbon and the rest of the territory. Nowadays, port modernization in terms of digitalization, including investment in the 5G mobile communications network, is essential, with a view to gaining efficiency in processes, reducing costs and increasing competitiveness. The port of Sines currently has a weight of 1.5% in the national economy, representing 2% of employment and more than 56% of containerized cargo handled in commercial ports on the mainland. In this type of cargo, the growth of the last 15 years was reflected in the passage from 20,000 TEU, in 2004, to more than 1.75 million TEU, in 2018. It corresponds to an increase in the order of 8652.2% at an average annual rate of 37.6% (Expresso 2019). These maritime facilities were the ones that grew the most in terms of cargo handled in Europe, being also leaders in the same indicator in Portugal. Competition between ports is one of the factors that mark the dynamics of economic globalization and maritime transport, forcing Portugal to be strongly assertive in this area.

The port has no restrictions on the reception of any type of ship or cargo, a relevant factor in the context of the great international competitiveness in this area:

The port of Sines] has a “privileged geographical location, at the cross- roads of the main commercial routes, which allow it to assert itself as the great hub of the Euro-Atlantic façade, offering regular connections to the main international consumption centers and providing companies located in its Hinterland with greater competitiveness in foreign markets. (Cacho 2020)

It is the main port on the Ibero-Atlantic front, whose geophysical characteristics have contributed to its consolidation as a national strategic asset, being, on the one hand, the main energy supply port in the country (oil and derivatives, coal and natural gas) and, on the one hand, it is already positioned as an important general/containerized cargo port with high growth potential to be an Iberian, European and world reference. It is a development hub for the region and for the country, capable of receiving oil, ore and bulk carriers. It has gained strategic relevance in view of the Atlantic valorization by the new infrastructures in Latin America. The port intends to be an Atlantic port of Europe, a fundamental link in the international logistics chains, enriched with thereinforcement of the container handling capacity of Terminal XXI (it has a storage area of 39.1 ha which makes it possible to provide a total capacity of 2100.000 TEU per year) (Cacho 2020; Porto de Sines 2022).

It is also important to mention the importance of the Azores archipelago in the Portuguese geopolitical context, reinforcing its central role in the Euro-Atlantic axis. The “Portuguese sea” has enormous energy, commercial, logistical, financial and, essentially, political potential (Lima 2016). The Chinese interest in the Azores archipelago is a proven fact, but not declared, due to the competitive environment that this country has with the United States (Rodrigues and Silva 2020). The Azores has gained relevance since Washington announced the reduction of its troops at Lajes Base (Alexander 2015). The United States has been neglecting Atlantic relations and has reinforced its presence in the Pacific. The Trump administration ended the Transatlantic Trade and Investment Partnership (TTIP) free trade project, which paradoxically promised to bring about an intensification of Euro-Atlantic trade. The possibility of underground storage of US fracking gas was open, which could serve as an alternative to European supplies of Russian gas. The war in Ukraine at the beginning of 2022, promised to reinforce this entire previous project. The apparent reduction of the United States in the Atlantic would be an opportunity for China. The archipelago with its nine islands has a privileged geographical position, which makes it immediately attractive as a manager of maritime power. The possibility of attracting Chinese companies is being discussed at the deep-water port in Vitória, on Terceira Island. Here, too, the interests shared with the United States end up hampering the progress of effective investment proposals (Silva 2020).

The national and international interest in the Atlantic has one matter that has become unavoidable to examine: the extension of the continental shelf under UN legislation. In the contemporary international-legal context, it corresponds to an opportunity that states have—in a peaceful way—to extend the area of sovereignty and jurisdiction over living and non-living resources of the bed and marine subsoil (Coelho 2017). A geological, economic, geostrategic and political wealth is available to Lisbon, to which countries, among others, such as China and the United States do not fail to pay particular attention. The Portuguese maritime space is rich in mineral resources and rare marine species, which can be used in medicine and pharmacology, which are currently included in the legal regime of the high seas. There is also a strong probability of the existence of hydrocarbons, natural gas, methane, ores in a state of high purity and hydrothermal vents (Madureira 2017). Portugal has a continental coastline of 942 square kilometers, which, together with the islands, constitutes an Exclusive Economic Zone (EEZ) with 1.72 million square kilometers (Público 2018a). This is the third largest EEZ in the European Union. In the case of enlargement of the Continental Shelf, it will increase from 18 to 40 times the land territory, which transforms 97% of Portugal into a maritime area. The maritime space resulting from the merger of the EEZ and the extension of the Continental Shelf (CP), to be approved

by the UN, will be equivalent to the territory of India (Público, 2018a). It means that Portugal gains sovereign rights to prospect and exploit its natural resources beyond 200 nautical miles. In fact, the continental shelf comprises only the soil and subsoil (and not the water column), throughout the natural extension of its terrestrial territory. Portugal is obliged to show convincing technical and scientific arguments for the evaluators at the service of the UN to grant the extension proposal (EMEPC 2020; Madureira 2017).

THE 21ST CENTURY MARITIME SILK ROAD: THE RATIONALE

To better understand Chinese maritime cooperation with Portugal, as well as Beijing's aspirations in the North Atlantic, this section will provide the reader with the background of China's 21st Maritime Silk Road, a component of China's Belt and Road Initiative.

With the exception of the maritime incursions of Admiral Zheng He, during the Ming Dynasty, China has traditionally emphasized land power and security issues over sea. In other words, China has predominantly been a continental power, with considerable buffer zones (e.g. the Xinjiang) providing security to its most eastern provinces. Nonetheless, Chinese elites' perception of the threats has significantly changed, with the 12th and 13th Five Year Plans reflecting a qualitative shift from land to sea in regard to the need to protect Chinese interests. Thus, in practice, Chinese strategic mindset has broadened to increasingly acknowledge the importance of the seas as part of a holistic and hybrid strategy in which sea and land are interdependent. Not surprisingly, China's Belt and Road Initiative, the flagship of nowadays' Chinese domestic and Foreign Policy, is in its essence a hybrid initiative. In fact, following Xi Jinping's visit to Kazakhstan in September 2013, from where he officially announced the Silk Road Economic Belt (Xinhua 2015), one month later, in October 2013, the Chinese President publicly presented the 21st Century Maritime Silk Road, during his visit to Jakarta (Ibidem).

Therefore, the fact that the BRI is simultaneously land- and sea-oriented confirms the increasing importance of the sea to Chinese elites and strategic circles. After all, there is no way to deny that most of Chinese trade, and *lato sensu*, of the world's trade, is conducted by sea.

What is more, China has been particularly concerned with the so-called Malacca dilemma. The latter refers to the omnipresent fear within China's Foreign Policy that one day a rival power or coalition of powers may prevent Chinese ships from using the straits of Malacca (Duarte 2018). The latter is one of the world's most important chokepoints, as well as the main maritime passage between the Indian Ocean and the Pacific Ocean, through which most of the world trade circulates. Although the

so-feared maritime blockade never materialized, this concern is nonetheless one of the drivers for China's going out policy in recent years, namely characterized by an unimpeded access to sources in order to mitigate the aforementioned Malacca dilemma (Duarte 2017). Despite China being already a great oil exporter until 1993, its unprecedented and rising consumption leads China to look abroad to meet its domestic needs. Nevertheless, China was a latecomer to the international oil market, when the most relevant oil fields had already been taken by the United States and some EU countries (Ibidem). That explains in part China's turn to the so-called rogue states. Regarding these, for instance, former Sudan or Libya provided China with a (quasi)monopoly in terms of access to and exploitation of oil, which offered Beijing great opportunities in terms of energy security, but also serious economic losses as those caused by the death of Gaddafi.

Coming back to the sea, Chinese naval doctrine is, to a large extent, inspired by US naval thinking, specifically, on Alfred Mahan's thesis. According to Mahan (1890), trade implies both a merchant navy and a navy capable of protecting it, as well as support points for resupply across the ocean. Such rationale thus provides the drivers for the so-called String of Pearls, which is an artificial coastline in the Indian Ocean, formed by support points (ports) along the main maritime arteries, which extend approximately from Myanmar to the Strait of Hormuz (Butt et al. 2020). Such an infrastructure network serves Chinese naval purposes, as it allows the Chinese navy to refuel, in addition to carrying out surveillance and protection missions of the sea lanes of communication, for longer periods and at larger distances from China. Despite Chinese naval assertiveness in the Indian Ocean being far less considerable when compared to the island-build-up that Beijing is undertaking in the East China Sea, it is nonetheless a motive for great concern to New Delhi. In practice, India tries to counterweight Chinese incursions in the Indian Ocean by joining Japan, Australia and the United States in naval drills in the Pacific Ocean, as well as in trying to dissuade the coastal states from the Indian Ocean, to be receptive to Beijing's combination of soft power and economic incentives (Duarte 2017).

Far away, in the remote Atlantic, despite this having been a region of scarce interest for the People's Liberation Army Navy (PLAN) which has the Pacific and to a lesser extent the Indian Ocean as main priorities, there seems to be a tendency for evolution. In fact, the vast Chinese diaspora which is often the object of violence and robbery in both African and Latin American shores of the Atlantic, as well as the increasing importance of ensuring oil and food security for China, have been turning Beijing's attention to the South Atlantic. Should there be a need of urgent evacuation of Chinese citizens living in the Western shores of Africa or in the Atlantic shores of Latin America, the fastest response from the PLAN, whose nearest base is in Djibouti,

would take approximately two weeks to reach the South Atlantic (Ferreira-Pereira and Duarte 2022). But there is at least one more factor that has been rendering the Atlantic more appealing to Chinese naval calculus, at the same time that it shows a departure from the Chinese traditional bystander approach to the region to an emerging South Atlantic naval power. This factor comes from the awareness in Beijing (Martinson 2019; Ferreira-Pereira and Duarte 2022) that the South Atlantic can provide China with a complementary “exterior strategy” to help the PLAN alleviate US pressure in Chinese coastal waters. Such strategy consists of using the South Atlantic to “diffuse the attention of extra-regional powers away from China’s maritime periphery”, by mobilizing a “permanent fleet of 2–3 aircraft carrier strike groups” to the region, in an attempt to “deter and pin down US forces” (Martinson 2019, p. 28).

Although the Indian Ocean, the Pacific and the Atlantic are the conventional maritime arteries of international trade, the literature (see Zeng et al. 2020; Bennett et al. 2020) has been paying increasing attention (given the melting of polar ice caused by climate change) to alternative routes for the transit of goods between East and West. Thus if, in the past, the Arctic was mainly perceived with a mixture of curiosity and fascination, today it has become increasingly closer and inseparable reality from China’s long-term projection capacity. It is not a question of if, but when. In fact, it is imprudent to advance dates for the polar crossing to stop being only seasonal and allow a daily passage of goods in transit from the East to the West, and vice-versa. For now, what can be argued with certainty and credibility is that there is no consensus among experts about the effectiveness of using a polar route, which has nonetheless generated a rising use of the expression Polar Silk Road both by academics and Chinese official documents (Woon 2020; China’s Arctic Policy 2018).

After having shed light on the contours of China’s maritime aspirations within the framework of its 21st Century Maritime Silk Road, the following section focuses on the specific case of Portugal, namely on the so-called Blue Partnership between China and Lisbon.

THE “BLUE PARTNERSHIP”

BETWEEN PORTUGAL AND CHINA

Portugal is an oceanic country, with a coastline of about 2500 km² and one of the biggest exclusive economic zones of the world, extending through 1.7 million km², including a vast diversity of ecosystems and resources. The Portuguese maritime triangle (continental part, Madeira and the Azores islands) constitutes 48% of total maritime waters under jurisdiction of the European Union (EU) Member-States in adjacent spaces to the European continent (Sea National Strategy 2021–2030).

Considering its privileged geographic and resources conditions as well as its

long-standing maritime tradition, the sea economy has been increasing in importance. Currently, the annual turnover of maritime industry totals around 6 thousand million euros, representing about 3% of the country's Gross Domestic Product (GDP) and 4% of total exports (Ferreira 2021).

Apart from the economic dimension, the excellence of marine scientific research in Portugal has been attracting interest from other countries, including the People's Republic of China (PRC). For instance, in May 2016, a group of researchers from the PRC met with researchers from the University of the Azores, in Horta, Faial, to discuss scientific partnerships related to sea resources, namely the exploration of seabed minerals in the vast sea ground of the Azores (Portuguese American Journal 2016).

One month later, in June 2016, the Minister of the Sea from the People's Republic of China, Wang Hong, visited the Azores Island and afterwards took part in the 1st United Nations Ocean's Meeting Conference, which was held in Lisbon. On the fringes of the event, a Memorandum of Understanding (MoU) was signed between the Chinese Oceanic State Administration and the Portuguese Ministry of the Sea, establishing cooperation in the fields of blue economy, marine environmental protection, research and monitoring of the marine fund in international waters, marine technological sciences, training and education in sciences of the sea and management of marine biological resources (Silva and Pereira 2020).

As regards its implementation, it should be done through the organization of governmental delegations from both countries, exchange of scientists, professors and students, sharing experimental data, research results, scientific information as well as the provision of equipment and services with a view to increasing ocean and space research and monitoring in the Atlantic. Other actions consist of jointly holding seminars and conferences and also submitting joint proposals for projects and programs from the European Union.

One year later, in October 2017, the Portuguese Minister of the Sea, Ana Paula Vitorino, headed a business mission to China, which culminated with the signature of an Action Plan in the field of the Blue Economy (also known as "Blue Partnership"), following the MoU signed in 2016. On this occasion, some sectors for potential business cooperation and investment were highlighted, namely ports, blue biotechnology, aquaculture and shipbuilding, and platform construction for oceanic renewables energies (Silva and Pereira 2020).

It is important to note that Portugal was the first European Union Member-State to sign a "Blue Partnership" with the People's Republic of China, as declared by the Chinese Vice-Minister of Foreign Affairs, Wang Chao, during a Press Conference on the preparation of the State Visit to Portugal from the Chinese President, Xi Jinping (Lusa, cit. by Público 2018b).

Additionally, during the visit of Xi Jinping to Portugal (4 and 5 December 2018), a Memorandum of Understanding on the Implementation Plan of STARLAB was signed, which foresees the establishment, in Portugal, of a Research Laboratory for Advanced Technology in the fields of Sea and Space, comprising areas such as 4D vision, development of satellite platforms or technologies for oceans monitorization and surveillance (Silva and Pereira 2020).

This joint project is coordinated by the Portuguese Science and Technology Foundation and the Academy for Innovation in Microsatellites from the Chinese Science Academy (IAMCAS). According to Zhang Yonghe, director of IAMCAS, the laboratory is studying the climate change, the currents in deep ocean and the health of marine ecosystems, and its objective is to create technology that allows not only monitoring and protection of the oceans, but also the promotion of the sea economy sustainable development (Público 2021a).

Although STARLAB laboratory has been serving as a platform for cooperation between Portuguese and Chinese universities and research institutions, it should also be noted that some activities appear to be lagging behind, namely the Portuguese “Infante” microsatellite for maritime and land surface observation, to be completed until October 2021, which was not confirmed (so far, there is no estimate on the new date for its conclusion).

Despite the shortcomings, perspectives for bilateral cooperation look promising overall. In a recent International Conference on Portugal- China Cooperation held in Lisbon (14 and 15 December 2021), the Chinese Ambassador in Portugal, Zhao Bentang, highlighted the ongoing cooperation in the areas of sea protection and promotion, biodiversity preservation and maritime pollution combat as well as the exchanges between universities and research institutions from both countries for the development of the “blue economy” (Observador 2021).

At the same Conference, the Portuguese Minister of the Sea, Ricardo Serrão Santos, confirmed that the channels for scientific and technological cooperation between Portugal and China are already well established, but there is still much room for improvement. Among current opportunities for cooperation and Chinese investment, two stand out: the Sea National Strategy 2021–2030 (made public on 4 June 2021) and the Recovery and Resilience Plan (RRP), which has a Sea Component (no. 10) that foresees the creation of a Blue Hub encompassing the creation of a vast infrastructure network and technological poles in Alentejo and the Algarve, Peniche, Lisboa, Aveiro and Porto. Consequently, bilateral cooperation with China can be established in new and emerging areas and, at the same time, reinforced in others of mutual interest, namely blue biotechnology, oceanic renewable energies, aquaculture and fisheries (Conference recording available on YouTube 2021).

Thus, maritime cooperation is considered as an important element of bilateral cooperation between Portugal and China, and there are many complementarities to explore. Portugal has advantages in marine sciences research and China has the financial capacity to support scientific research projects. By joining efforts, both countries will have more opportunities to cooperate on maritime protection, marine resources development, maritime scientific research, maritime economy, construction and technological upgrade of ports infrastructure and facilities (Yu Hui op cit Ferreira 2021). As regards ports cooperation, the Chinese interest in the Port of Sines (the main Portuguese oceanic port) is well known. The Port of Sines weighs 1.5% of the Portuguese economy, 2% of total employment and represents more than 56% of total container handling capacity in the Portuguese ports. It is currently an energy asset for Portugal, the main international maritime platform for the movement of oil, refined products, LPG, Liquefied Natural Gas, petrochemical products and coal. The Port of Sines, including its Industrial and Logistics Zone at the rear, with more than 2000 ha, is already an international logistics platform with capacity to welcome the major players in the maritime, port, and industrial and logistics sectors (Silva and Pereira 2020).

As to Portugal, it has been expressed, on several occasions, the interest in the extension of the Belt and Road Initiative maritime route to the Atlantic, in order to include the Port of Sines. However, although China, as well as other relevant players (namely the United States), has repeatedly expressed its interest in the Port of Sines potentialities, the fact is that, until now, such interest has not materialized. For instance, in the context of the international public procurement for the construction and concession of the new Sines container terminal (Vasco da Gama), which was opened between October 2019 and April 2021, no proposals were presented (Público, 2021b).

CHINA IN THE PORTUGUESE SEA: CONTOURS AND GEOPOLITICAL IMPLICATIONS

Portugal has been considered a case study in all EU when it comes to assess the manifestations and receptiveness vis-à-vis China's presence in the framework of its BRI in EU's space. Ferreira-Pereira and Duarte (2021, p. 228) put forth two main reasons for this unique relation:

Similarly to other EU member states, the first reason is linked to Beijing's preference for bilateralism in dealing with Lisbon in order to advance its BRI-related priorities and interests. The second reason, however, rests on the collaborative approach exhibited by Portuguese national authority's vis-à-vis Chinese bilateral initiatives since the beginning of the sovereign debt crisis. Eventually, such a bilateral approach enabled Beijing's authorities to explore possibilities and initiatives outside the framework of the existing EU-China Strategic Partnership and other cooperative multilateral

arrangements like the Galileo Programme. The issue of public debt in yuan and the monitoring of space as well as the Atlantic Ocean are case in point.

One should recall here that it was the international bailout period (2011–2014) in which the Portuguese economy was facing hard times that triggered China's investments. While the center right government led by Passos Coelho had launched the controversial Gold Visa scheme through which several Chinese obtained Portuguese nationality, the center-left Socialist government, in turn, had shown an increasingly receptive stance towards the BRI (Ferreira-Pereira and Duarte 2021). On the occasion of Chinese President Xi Jinping's visit to Portugal in December 2018, the two countries signed a memorandum of understanding to promote logistics, air, land and maritime cooperation under the BRI. In total, 17 bilateral agreements were signed covering various sectors (Jornal Económico 2018). Some of the topics covered by the agreements were particularly sensitive. This was the case of the joint project between China and Portugal—called STARLAB1—for microsatellite production as well as Ocean monitoring, in the face of scrutiny from European partners (Duarte 2020; Duarte and Leandro 2020).

It should be noted that Portugal has the third largest Exclusive Economic Zone (EEZ) in the EU and may even double its maritime territory if the United Nations considers the proposal to enlarge the seabed, presented by Lisbon in 2009, to be legitimate. In the event of approval, a larger maritime area presupposes that there will also be a greater allocation of naval and air resources to monitor a large part of the Atlantic (bearing in mind that the size of the current EEZ is already

1 If implemented, STARLAB would enable cooperation between Portugal and China on microsatellite launches and ocean monitoring. It should be borne in mind in this connection that one of the reasons given by the EU for suspending cooperation with China in developing the Galileo Programme (the EU's satellite navigation system) is precisely the fear of alleged espionage and strategic parity (shared, incidentally, by the US NASA, which also refuses to cooperate with China on space matters) that such cooperation is likely to offer Beijing. Portugal could therefore be the first EU country to set a precedent in such a sensitive matter, which, together with the other aspects mentioned, makes it to be seen as a case study in the EU Belt and Road significant for a country that has only two submarines). A larger maritime area also means a greater probability of finding and extracting riches from the bottom of the ocean, something that interests China in the context of its Belt and Road. Will Portugal be able to maintain the difficult balance between its interests and national sovereignty, its strategic commitments to the EU and NATO, and at the same time collaborate with China in monitoring the North Atlantic (NATO's privileged space)? This rhetorical questioning cannot be dissociated from point 10 of the bilateral agreements (which

provides for the Memorandum between MEO and Huawei regarding the development of 5G technology), as a result of the tensions currently being felt both in the United States and in the EU and other countries. In short, Oceans, Space and 5G technology are precisely the forbidden fruit as the EU and the United States (metaphorically) conceive it, or also, the forbidden borders in Duarte and Leandro's (2020) vision. All in all, China's presence in Portugal and Lisbon receptive stance towards the BRI can be seen as "a somewhat innovative factor in the country's contemporary foreign policy", which "has been characterized by long-standing advocacy of the US strategic interests inside and outside NATO, and also a politico-diplomatic alignment to preferences and concerns of leading European players such as Germany and France" (Ferreira-Pereira and Duarte 2021, p. 229). Lisbon has been actively criticized by former US Ambassador to Portugal, Mr George Glass, who has warned several times that "this Xi is not the China with whom the Portuguese have been trading for 500 years" (apud *Diário de Notícias* 2019, para.1, Author's translation).

One issue of promising importance when discussing the challenges and opportunities generated by the growing Chinese presence in the Atlantic Ocean is the Azores, more specifically the potential that the Lajes Field is likely to offer in the framework of the 21st Century Maritime Silk Road. Despite being for decades home to US 65th Air Base Wing, recent years have shown an unprecedented series of alleged "technical landings". Interestingly, Chinese President Xi Jinping himself had already landed in Lajes on 24 July 2014, where, among others, the then Deputy Prime Minister Paulo Portas was waiting for him. This episode is far from being a unique case, as the alleged technical stopovers, an expression with which Beijing officially justifies the visits of Chinese politicians to Terceira Island, have been following US gradual disinterest in the Lajes field, accompanied by a decrease of US military (Duarte 2020).

Chinese alleged technical stopovers at Lajes have aroused the concern of Devin Nunes, Republican Chairman of the House Intelligence Committee, as shown in his letter to then Secretary of Defense, Ashton Carter, on 20 September 2016:

The Chinese delegation is in negotiations to expand China's investments and presence in the islands, including in the port of Terceira. [...] It has also expressed interest in using the airstrip at the Lajes Base. [...] The Chinese plans in the Azores aim to create a logistics and intelligence center, which could eventually be expanded for other military purposes. (In CBS News 2017)

In practice, Terceira island is likely to help China kill two birds with one stone in the North Atlantic, insofar as, in addition to Lajes, Beijing is showing interest in the construction of a deep-water port at Praia da Vitória, which is the island's main port

(Duarte 2020). On the other hand, the context seems to be favorable for the restructuring of the port of Praia da Vitória so that it can accommodate the largest cargo ships in the world, judging by the favorable conclusions of a technical opinion requested by the Chamber of Commerce of Angra de Heroísmo, released in 2018 (ibidem). Another factor that attests to the added value that the expansion and modernization of the port of Praia da Vitória may represent for Portugal is intrinsically linked to the relevance that Liquefied Natural Gas (LNG) has been acquiring nowadays, and even more in the ongoing search for alternatives for Russian gas to Europe. That is where geoeconomics and geopolitics meet with possible advantages for Portugal stemming from the use of Praia da Vitória for transshipment. After all, Nord Stream 2 will not be filled with Russian gas and the The United States has become an extraordinary gas exporter worldwide. In this sense, Russia's "special operation in Ukraine" could have set an unprecedented logistical opportunity for Portugal in the Atlantic. Only time will let us know.

CONCLUSION

This chapter has sought to analyze the challenges and opportunities generated by China's growing presence in the Atlantic, by focusing on the potential that Portugal may offer within Chinese maritime interests, as well as on how both Beijing and Lisbon may benefit from their Blue

Partnership. We have thus highlighted that Portugal was the first European Union Member-State to sign a "Blue Partnership" with the People's Republic of China. This can be explained through various reasons, namely the Portuguese privileged geographic and resources conditions and its long-standing maritime tradition, as well as the excellence of its marine scientific research.

Under the "Blue Partnership", bilateral cooperation with China can be developed in new and emerging areas, such as blue biotechnology, oceanic renewable energies, aquaculture and fisheries, taking advantage of opportunities resulting from the National Sea Strategy 2021–2030 and the Sea Component of the Portuguese Recovery and Resilience Plan. Additionally, maritime cooperation between both countries should also encompass ports, where there is still much room for improvement. This could involve, on the Portuguese side, the Ports of Sines, Douro-Leixões, Aveiro and Lisboa, to name just a few.

Scarce EU countries can provide China with a strategic foothold in-between land and Sea, such as Portugal. Certainly, Greece—with its Piraeus port—is also an exception that pleases the Chinese merchant navy which crosses the Suez Canal en-route to the Mediterranean. Nonetheless, Portugal's geostrategic location between the Americas, Africa and Europe has all assets to help China expand its Twenty-first-

Maritime Silk Road to the North Atlantic. But in the process, the Portuguese Sea, one of the largest exclusive economic zones in the world (which may even double its maritime platform), may be forbidden waters for Beijing. In fact, despite the significant receptiveness that Lisbon has been showing towards China's BRI since the traumatic experience generated by post- 2008 economic hardship, geography is insurmountable. That is, there is no way for Lisbon to deny that Portuguese waters are also NATO's waters and sphere of influence. This complicates Portuguese Foreign Policy, which so far has been smart and effective in dealing with US warnings and pressure to keep China outside the North Atlantic realm. It remains to be seen, however, for how long more Lisbon can continue to maximize its interests vis-à-vis China without testing Washington to the limit.

REFERENCES

- Alexander, D. 2015. "U.S. to cut European military bases as budgets shrink". <https://www.reuters.com/article/us-usa-defense-europe-idUKKBN0KH18O20150108>. Accessed May 8, 2022.
- Bennett, M., et al. 2020. "The opening of the Transpolar Sea Route: Logistical, geopolitical, environmental, and socioeconomic impacts". *Marine Policy*. <https://doi.org/10.1016/j.marpol.2020.104178>
- Butt, K., Kharl, S., and Bhatti, K. 2020. "String of pearls: Politics of ports in Indian Ocean". *South Asian Studies* (1026-678X), 35(1): 73–86.
- Cacho, J. L. 2020. "As potencialidades do Porto de Sines". ADFERSIT — Associação Portuguesa para o Desenvolvimento dos Sistemas Intergrados de Transportes. <https://adfersit.pt/noticia/439/as-potencialidades-do-porto-de-sines>. Accessed June 1, 2022.
- CBS News. 2017. "Defense Dept. decision gives China chance for foothold between U.S. and Europe". May 3, 2022. <https://www.cbsnews.com/news/azores-withdrawal-gives-china-foothold-between-us-europe/>
- China's Arctic Policy. 2018. The State Council Information Office of the People's Republic of China January 2018. Accessed May 4, 2022. http://english.www.gov.cn/archive/white_paper/2018/01/26/content_281476026660336.htm.
- Coelho, P. 2017. "O Artigo 76.º da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar — A Problemática da Aplicação Técnica de Conceitos Jurídicos pela (in)Controversa Comissão de Limites da Plataforma Continental". Tese de Doutoramento. Porto: Faculdade de Direito da Universidade do Porto.
- Costa, S. 1967. Portugal, País Macrocéfalo. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Costa Silva, A. 2020. "Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020–2030". Governo de Portugal. <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3d%3dBQAAAB%2bLCAAAAAAABAAzNDAYtAQAzID%2fFAUAAAA%3d>. Accessed June 1, 2022.
- Diário de Notícias. 2019. <https://www.dn.pt/mundo/este-xi-nao-e-a-china-com-quem-os-portugueses-tem-comerciado-durante-500-anos-10878774>.

html. Accessed May 3, 2022.

Diário da República. 2017. “Resolução do Conselho de Ministros” nº 175/2017, série I de 2017-11-24. <https://dre.pt/dre/detalhe/resolucao-conselho-ministros/175-2017-114248655>. Accessed February 11, 2022.

Duarte, P. 2017. *Pax Sinica*. Lisbon: Chiado Editora.

Duarte, P. 2018. “Whose Silk Road? The Chinese, US, European Union and Russian strategic projects for regional integration in Central Asia”. In *The New Silk Road in the Context of East Asian Relations and Wider International Implications*, edited by Carmen Mendes, 38–49. Routledge.

Duarte, P. 2020. *De Lisboa a Pequim: Portugal na Faixa e Rota Chinesa*. Lisboa: Instituto Internacional de Macau.

Duarte, P., and Leandro, F. 2020. “The Ultimate European Border: The Belt and Road Initiative Discovers Portugal”. In Duarte, P. and Leandro, F. (eds). *The Belt and Road Initiative—International Perspectives on an Old Archetype of a New Development Model*, 363–388. Singapore: Palgrave Macmillan.

EMEPC—Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental. 2020. <https://www.emepc.pt/>. Accessed May 9, 2022.

Erickson, A., and Wuthnow, J. 2016. Barriers, springboards and benchmarks: China conceptualizes the pacific ‘Island Chains’. *The China Quarterly*, 225: 1–22. <https://doi.org/10.1017/S0305741016000011>

Espada, J. 2014. *Portugal, a Europa e o Atlântico*. Lisbon: Alêtheia.

European Commission. 2022. “Motorways of the Sea”. https://transport.ec.europa.eu/transport-modes/maritime/motorways-sea_en. Accessed February 11, 2022.

Expresso. 2019. “Sines. Terminal Vasco da Gama promete criar 1.350 postos de trabalho”. <https://expresso.pt/economia/2019-10-16-Sines.-Ter-minal-Vasco-da-Gama-promete-criar-1.350-postos-de-trabalho>. Accessed May 9, 2022.

Ferreira, R. 2021. “China de olhos postos na transição digital, economia do mar e saúde em Portugal”. *O Jornal Económico*. <https://jornaleconomico.pt/noticias/china-de-olhos-postos-na-transicao-digital-economia-do-mar-e-saude-em-portugal-755602>. Accessed January 11, 2022.

Ferreira-Pereira, L. C., and Duarte, P. 2021. "China and the Belt and Road Initiative in Europe: The case of Portugal". In Ntousas and Minas (eds). *The European Union and China's Belt and Road*, 218–234. Routledge.

Ferreira-Pereira, L. C., and Duarte, P. 2022. "The South Atlantic in China's Global Policy: Why It Matters?" In Duarte, P., Leandro, F. and Galán, E. (eds). *The Palgrave Handbook of Globalization with Chinese Characteristics*. Singapore: Palgrave Macmillan.

Goldstein, L. 2017. "Is China Crafting an Atlantic Maritime Strategy?" *The National Interest*. <http://nationalinterest.org/feature/beijing-sea-china-crafting-atlantic-maritime-strategy-19622>. Accessed May 18, 2022.

Governo de Portugal. 2021. "Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2021 sobre a Estratégia Nacional para o Mar". <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3d%3dBQAAAB%2bLCAAAAAAABAAzNLQwsQQAODaj3AUAAAA%3d>. Accessed May 18, 2022.

Guedes, A. 2012. "Geopolitical Shifts in the Wider Atlantic: Past, Present, and Future". In Richardson, J. et al. 2012. *The Fractured Ocean: Current Challenges to Maritime Policy in the Wider Atlantic*, 11–57. *Wider Atlantic Series*.

Jornal Económico. 2018. <https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/do-com-ercio-a-educacao-conheca-os-17-acordos-de-cooperacao-assinados-entre-por-tugal-e-china-385631>. Accessed May 2, 2022.

Lima, B. 2016. *Portugal e o Atlântico*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Madureira, P. 2017. *A Plataforma Continental Portuguesa-Os Recursos Minerais Marinhos*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.

Mahan, A. 1890. *Influence of Sea Power Upon History, 1660–1783*. Boston: Little, Brown and Company.

Martinson, R. 2019. "China as an Atlantic Naval Power". *The RUSI Journal*, 164(7): 18–31. <https://doi.org/10.1080/03071847.2019.1700684>

Moreira, A. 2018. "O Mar em Perspetiva". *Cadernos Navais*, Centro de Estudos Estratégicos da Marinha, nº 50, outubro. Lisbon: Edições Culturais da Marinha.

Observador. 2021. "China quer mais parcerias e cooperação com Portugal". <https://observador.pt/2021/12/14/china-quer-mais-parcerias-e-cooperacao-com-portugal/>.

Accessed January 12, 2022.

Porto de Sines. 2022. <https://www.apsinesalgarve.pt/porto-de-sines>. Accessed June 1, 2022.

Portuguese American Journal. 2016. “President Vasco Cordeiro welcomes Chinese Minister of the Sea”. <https://portuguese-american-journal.com/china-president-vasco-cordeiro-welcomes-chinese-minister-of-the-sea-azores/>. Accessed January 12, 2022.

Público. 2018a. “Extensão da plataforma continental vai estar fechada até 2021”. <https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/extensao-da-plataforma-continental-vai-estar-fechada-ate-2021-345332>. Accessed June 1, 2022.

Público. 2018b. “Xi em Portugal: Pequim destaca cooperação com Lisboa em países terceiros”. <https://www.publico.pt/2018b/11/23/economia/noticia/xi-portugal-pequim-destaca-cooperacao-lisboa-paises-terceiros-1852203>. Accessed January 11, 2022.

Público. 2021a. “Laboratório sino-português junta-se à iniciativa chinesa Uma Faixa, Uma Rota”. <https://www.publico.pt/2021a/12/10/ciencia/noticia/laboratorio-sinoportugues-juntase-iniciativa-chinesa-faixa-rota-1988072>. Accessed June 1, 2022.

Público. 2021b. “Concurso para novo terminal do Porto de Sines encerra sem propostas”. <https://www.publico.pt/2021b/04/07/economia/noticia/concurso-novo-terminal-porto-sines-encerra-propostas-1957584>. Accessed January 13, 2022.

Recuperar Portugal. 2021. “Resilience and recovery plan”. C10 (Mar), <https://recuperarportugal.gov.pt/c10-mar/?lang=en>. Accessed January 15, 2022.

Rodrigues, C., and Silva, J. T. da. 2020, “Portugal, China and the US: A universalist’s stance to get along with both powers”. In Esteban, M. et al. (eds), *Europe in the face of US-China Rivalry, A report by the European Think-tank Network on China (ETNC)*, 131–135.

Sea National Strategy 2021–2030. Council of Ministers Resolution no. 68/2021, published at *Diário da República*, Series I, no. 108, 4 June 2021. https://dre.pt/dre/detalhe/resolucao-conselho-ministros/68-2021-164590045?_ts=1654214400034. Accessed January 10, 2022.

Serrão Santos, R. 2021. Speech at the 3rd International Conference on Portugal- China Cooperation. Lisbon, 14 and 15 December. https://www.youtube.com/watch?v=_kPYokghAeg. Accessed January 15, 2022.

Silva, A. C. 2020. “Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020–2030”. Report to Portuguese Government. <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3d%3dBQAAAB%2bLCAAAAAAABAAzNDAYtAQAzID%2fFAUAAAA%3d>. Accessed February 11, 2022.

Silva, J. T. da. 2020. Portugal-China—As Relações Luso-Chinesa, do Mundo Quinhentista ao Contexto Contemporâneo. Macau: Instituto Internacional de Macau.

Silva, J. T. da, and Pereira, R. 2020. “China and the Portuguese Atlantic: The BRI’s last puzzle piece”. Leandro, F., and Duarte, P. (eds.), *The Belt and Road Initiative—International perspectives on an old archetype of a new development model*, 389–409. Palgrave.

The 12th Five-Year Plan. 2011. “The 12th Five-Year Plan for economic and social development of the People’s Republic of China”. In Central committee of the Communist Party of China. Beijing. http://www.csrc.gov.cn/pub/csrc_en/newsfacts/release/201210/W020121010631355001488.pdf. Accessed May 4, 2022.

The 13th Five-Year Plan. 2016. “The 13th five-year plan for economic and social development of the People’s Republic of China 2016–2020”. Compilation and Translation Bureau, Central Committee of the Communist Party of China. Beijing. <https://en.ndrc.gov.cn/policies/202105/P020210527785800103339.pdf>. Accessed May 4, 2022.

Woon, C. 2020. “Framing the Polar Silk Road: Critical geopolitics, Chinese scholars and the (Re)positionings of China’s Arctic interests”. *Political Geography*, 78. <https://doi.org/10.1016/j.polgeo.2019.102141>.

Xinhua. 2015. “Chronology of China’s Belt and Road Initiative”. 28 March. http://www.xinhuanet.com/english/2015-03/28/c_134105435.htm. Accessed May 4, 2022.

Zeng, Q., et al. 2020. “The competitiveness of Arctic shipping over Suez Canal and China-Europe railway”. *Transport Policy*, 86: 34–43. <https://doi.org/10.1016/j.tranpol.2019.11.005>;

